



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL –
PPGPSI

TESE DE DOUTORADO

**Políticas Públicas de Justiça e de Segurança: limites e possibilidades de emancipação dos
sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo-RS**

Israel Kujawa

Orientador: Professor Doutor Pedrinho Arcides Guareschi

Coorientador: Professor Doutor Mauro Gaglietti

Porto Alegre

2016

ISRAEL KUJAWA

Políticas Públicas de Justiça e de Segurança: limites e possibilidades de emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo-RS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social e Institucional. A tese foi construída sob orientação do Professor Doutor Pedrinho Arcides Guareschi e sob coorientação do Professor Doutor Mauro Gaglietti.

Porto Alegre

2016

ISRAEL KUJAWA

Políticas Públicas de Justiça e de Segurança: limites e possibilidades de emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo-RS

Banca Examinadora

Professor Doutor Pedrinho Arcides Guareschi – PPGPSI da UFRGS

Professor Doutor Mauro Gaglietti – PPG de Direito da URI

Professora Doutora Jussara Mendes – PPGPSI da UFRGS

Professor Doutor Neuro Zambam – PPG de Direito da IMED

Professor Doutor Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – PPG de Psicologia da UFRJ

Porto Alegre, 08 de março de 2016.

“Sentimos que, mesmo depois de serem respondidas todas as questões científicas possíveis, os problemas da vida permanecem completamente intactos.” (Ludwig Wittgenstein)

Às mulheres

Minha mãe Angelina, minhas irmãs, Gema e Sonia, minha esposa Nelci.

A Angelina que, junto com o Silvestre, meu pai, *in memorian*, são os principais protagonistas da minha trajetória.

A Gema, minha irmã mais velha, eu não lembro, mas certamente me cuidou no início da minha vida e continua me auxiliando com a sua energia poderosa. A Sônia, minha irmã mais nova, pela sabedoria, pela família e pelos três sobrinhos exemplares.

A Nelci, minha esposa, pelo carinho, pelo amor, pela construção, pela capacidade de cuidar, pela convivência de 24 anos, pelo aprendizado e pelos dois filhos maravilhosos e bem-criados.

Aos filhos

Ao Artur, pela sabedoria, disciplina, parceria e ampliação de sentido para a existência.

A Sofia, pela sabedoria, disciplina, aprendizado e ampliação de sentido para existência.

Aos irmãos

David, Dérico (*in memorian*), Domingos, Danilo, João Carlos (*in memorian*) e Herinque. Todos, cada um a seu modo e nas suas condições, contribuíram com a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Pedrinho Arcides Guareschi, por acreditar em mim e abrir as portas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para meus estudos. Trata-se de um grande sonho realizado com sua ajuda.

Ao meu coorientador, Mauro Gaglietti, pela parceria no trabalho, em projetos de atuação comunitária, em referenciais teóricos e publicações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS, representado no conjunto de professores, funcionários, mestrandos e doutorandos, pela oportunidade de conviver, de frequentar um ambiente privilegiado de crescimento, aprendizado e reconhecimento.

À equipe de pesquisa, liderada pelo Professor Pedrinho Guareschi, que compõe a Linha de Pesquisa 3 do PPGPSI da UFRGS – *Redes Sócio Técnicas, Cognição e Comunicação*, pois a construção do conhecimento é dependente de pessoas que formam grupos, constituem equipes e trabalham de forma coletiva, buscando um fim comum.

À IMED – Faculdade Meridional, instituição que possibilita minha docência no ensino superior e é grande incentivadora, apoiadora da qualificação profissional que visa à excelência acadêmica.

Ao Doutor Neuro Zambam, colega de instituição, que me apresentou Amartya Sen e que demonstra a possibilidade de conciliar mundo acadêmico e mundo da vida, teoria e prática.

À Doutora Jussara Mendes, pessoa acessível, respeitosa e reconhecidora. Tive a feliz oportunidade de conhecê-la, por indicação do meu orientador, Pedrinho Guareschi. Sou muito grato pelos grandes debates sobre o mundo do trabalho e a saúde do trabalhador, pela capacidade de condução pedagógica.

Ao Doutor Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, conhecedor do tema que está entre as principais preocupações do povo brasileiro e das pessoas do mundo todo – a segurança. Tive a oportunidade de conhecê-lo em um congresso da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em Torres (RS). Fiquei encantado com sua acessibilidade e disponibilidade em conversar com meus alunos de graduação, usando os recursos tecnológicos e explicando para eles a importância da psicologia na formulação e execução de políticas públicas.

Aos sujeitos entrevistados nesta tese, em nome da Ortelina Brigida de Miranda, com 67 anos de idade, que é a escolhida para simbolizar os vinte e um sujeitos, mulheres, homens, lideranças comunitárias, pessoas que dedicam um tempo de suas vidas para auxiliar outras pessoas.

Aos cidadãos em geral, uma vez que a UFRGS, instituição pública que oportunizou minha qualificação pessoal e profissional, é mantida com recursos advindos dos cidadãos que contribuem financeiramente com o pagamento de impostos.

RESUMO

A tese faz uma análise de projetos decorrentes da reforma do judiciário vinculados ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Trata-se de um programa com abrangência nacional para atender regiões metropolitanas com maiores índices de violência e menores índices de assistência no conjunto das políticas públicas. O Pronasci tem como proposta a atuação nas raízes socioculturais da violência e da criminalidade, além da articulação das ações de segurança com políticas sociais por meio da integração da União com estados e municípios. Estabelece um foco de atuação territorial em que deverão atuar os agentes comunitários de mediação, mulheres da paz, beneficiários do Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) e policiais comunitários. Tem entre suas diretrizes a participação, visando à cidadania e à emancipação dos sujeitos envolvidos com as situações que demandam segurança e justiça. O problema da pesquisa centra-se na investigação dos limites e das possibilidades do Pronasci na emancipação dos sujeitos, a partir dos projetos Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Polícia comunitária, desenvolvidos em Passo Fundo-RS, nos anos de 2011 e 2012. O objetivo geral da tese é analisar as novas políticas públicas no campo *justiça*, no que se refere à participação dos sujeitos envolvidos no sistema de segurança e nos projetos do Pronasci. A investigação do problema seguiu um procedimento metodológico que inclui a reconstrução de um referencial teórico das bases conceituais do Pronasci e dos projetos executados em Passo Fundo-RS. Os pressupostos metodológicos aproximam-se do referencial teórico apresentado pela *Hermenêutica de Profundidade* e pela *Teoria da Complexidade*. As informações foram classificadas em nove categorias principais, e a análise interpretativa das informações extraídas da pesquisa identificou limites e possibilidades na emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações decorrentes do Pronasci. Os resultados da pesquisa indicam que os projetos do Pronasci se configuram como alternativas de políticas públicas que motivam aproximações entre diversas áreas do conhecimento, desafiando e contribuindo para que o conjunto dos cidadãos sejam protagonistas na identificação e no encaminhamento das situações problemas.

Palavras-chave: Estratégias Comunicativas. Segurança. Justiça. Pronasci. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The thesis analyzes projects arising from judicial reform linked to the National Program for Public Security with Citizenship (Pronasci). It is a program with national coverage to meet metropolitan areas with the highest rates of violence and minor assistance rates in all public policies. Pronasci proposes the performance in the socio-cultural roots of violence and crime, as well as joint security actions with social policies through the Union's integration with states and municipalities. Establishes a focus of territorial action they should act Mediation Community Agents, Women of Peace, beneficiaries of the Youth Protection Project for Vulnerable Territory (Protejo) and community police officers. Has among its guidelines the participation, aimed at citizenship and emancipation of the subjects involved with situations that require security and justice. The problem of research focuses on the investigation of the limits and possibilities of Pronasci in the emancipation of subjects, from the projects Community Justice, Women for Peace, I protect and Community Police, developed in Passo Fundo-RS, in the years 2011 and 2012 . The overall aim of the thesis is to analyze the limits and possibilities of new public policies in the justice field, with regard to the participation of those involved in the security system and Pronasci projects. The investigation of the problem, followed a methodological procedure which includes the reconstruction of a theoretical framework, the conceptual bases of Pronasci and projects executed in Passo Fundo-RS. The methodological assumptions approach the theoretical framework presented by *Depth Hermeneutics* and the *complexity theory*. The information was classified into nine major categories and interpretative analysis of the extracted research information identified limits and possibilities in the emancipation of the subjects involved in the actions resulting from Pronasci. The survey results indicate that Pronasci projects are configured as public policy alternatives that motivate approaches between different areas of knowledge, challenging and contributing to all the citizens are protagonists in the identification and referral of situations problems.

Keywords: Communicative Strategies. Security. Justice. Pronasci. Public Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício da Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDHPF	Direitos Humanos de Passo Fundo
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
1ª CONSEG	Primeira Conferência Nacional de Segurança
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EC	Emenda Constitucional
GGI	Gabinete de Gestão Integrada
GGI–M	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
IMED	Faculdade Meridional
MPS	Ministério da Previdência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMPF	Prefeitura Municipal de Passo Fundo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Protejo	Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SRJ	Secretaria da Reforma do Judiciário
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUSEPE	Superintendência dos Serviços Penitenciários
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UAMPAF	União das Associações de Moradores de Passo Fundo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Visão geral do conjunto das instituições que compõem os projetos do Pronasci investigados	64
Quadro 2: Informações gerais dos participantes da pesquisa.....	97

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Grupo de debutantes	126
Foto 2 – Uma das inúmeras vezes que a colcha foi utilizada	129
Foto 3 – Foto simbolizando uma das inúmeras ações das mulheres da paz.....	131
Foto 4 – Aproximação entre autoridades e lideranças sociais.....	147
Foto 5 – Grupo em frente ao núcleo de justiça comunitária, Bairro Záquia, Passo Fundo-RS	148

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
2.1 Localização conceitual	21
2.1.1 Políticas públicas de segurança e modelos de conhecimento.....	22
2.1.2 O legislador e o intérprete	27
2.1.3 O espaço da psicologia junto à segurança pública	32
2.2 A construção de políticas públicas no Brasil.....	36
2.2.1 A segurança e as políticas públicas	37
2.2.2 Intervenções através de políticas públicas e a segurança	40
2.2.3 As políticas públicas no contexto da Constituição de 1988	43
2.3 Ações do Estado brasileiro, após a Constituição de 1988, para o acesso à justiça	44
2.3.1 A administração da justiça	45
2.3.2 Reforma do judiciário	47
2.3.3 Jurisdição estatal e jurisdição comunitária na viabilização do acesso à justiça	49
3 O PRONASCI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA.....	53
3.1 Bases conceituais do Pronasci.....	54
3.1.1 Justiça, segurança e comunidade.....	55
3.1.2 A participação social nas políticas públicas	58
3.1.3 O Pronasci e a 1ª CONSEG	60
3.2 Os Projetos do Pronasci	63
3.2.1 Articulação institucional dos projetos.....	64
3.2.2 Justiça Comunitária, Mulheres da Paz e Protejo	67
3.2.3 Polícia Comunitária.....	68
3.3 A abrangência Pronasci.....	70
3.3.1 Cidadania, justiça e segurança	70
3.3.2 Sustentabilidade política e conceitual	72
3.3.3 Sustentabilidade econômica	73
4 O PRONASCI EM PASSO FUNDO-RS	75
4.1 A gestão da política pública de segurança a partir do Pronasci em Passo Fundo-RS	75
4.1.1 A Secretaria Municipal de Segurança e a presença das três esferas do Estado.....	76
4.1.2 GGI-M: um espaço de reformulação, formulação e planejamento	78
4.1.3 Sobre o diálogo das instituições entre si e com a sociedade	80
4.2 Justiça Comunitária	81
4.2.1 Justiça e segurança a partir das comunidades	81

4.2.2	Construção de novas referências	83
4.2.3	Atuação dos mediadores	85
4.3	O Pronasci e a atuação das mulheres, dos jovens e da polícia comunitária.....	86
4.3.1	Mulheres da Paz	87
4.3.2	Protejo	88
4.3.3	Polícia Comunitária e os Territórios da Paz.....	89
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	94
6	CATEGORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	101
6.1	As informações representadas em nove categorias	101
6.1.1	Aprendizagem	101
6.1.2	Desenvolvimento	104
6.1.3	Reconhecimento	106
6.1.4	Dimensão comunitária da política pública	109
6.1.5	Relações entre os sujeitos e as instituições	112
6.1.6	Mediação horizontal.....	114
6.1.7	Políticas públicas e políticas de governos.....	116
6.1.8	Aproximação e coesão do grupo	117
6.1.9	Continuidade das ações	121
6.2	Três episódios	124
6.2.1	O baile de debutantes comunitário	125
6.2.2	A construção e utilização da colcha	127
6.2.3	O assassinato da Sílvia.....	130
7	A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DA JUSTIÇA DA SEGURANÇA	134
7.1	A política pública de segurança no referencial do pensamento complexo	137
7.2	Segurança e cidadania nos projetos do Pronasci.....	141
7.3	A segurança e a justiça como exercícios de aproximação.....	143
8	CONCLUSÃO.....	152
	REFERÊNCIAS	159
	ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	169
	ANEXO B: ATAS DO GGI-M DE PASSO FUNDO-RS.....	173

1 INTRODUÇÃO

“Cientificismo é a crença irracional na verdade científica.” (Fritjof Capra)

A questão da segurança pública, dentre as diferentes funções do Estado, é apresentada pela opinião pública como uma de suas obrigações centrais, acima até das questões de saúde, educação e infraestrutura. O aumento de casos com danos físicos e psicológicos e o aumento das estatísticas com mortes decorrentes de ações violentas corroboram a tese de que o sistema de segurança do Brasil apresenta-se como um problema, evidenciando necessidades de maiores formulações teóricas, alterações nas políticas e na quantidade de investimentos despendidos pelo Estado. Um aspecto relevante a ser evidenciado é sua relação com o judiciário e com a justiça. O judiciário pode ser compreendido como um poder materializado em um conjunto de instituições a serviço da justiça. Contudo, a dificuldade de acesso, a demora em seus procedimentos, os altos custos, o excessivo formalismo e o distanciamento do contexto das demandas evidenciam que o judiciário brasileiro, no atual modelo de funcionamento, não consegue assegurar a justiça. Essa condição deficitária do Estado e do judiciário, como uma de suas instituições com a função de garantir segurança com justiça, motiva nos cidadãos um sentimento de insegurança, podendo incentivar a busca de outras formas de praticar a justiça, criadas nos diferentes contextos de vida. Tais alternativas evidenciam, em alguns casos, o aumento da violência, chegando a práticas inaceitáveis, como os linchamentos.

Entendemos, para fins da presente tese, que justiça e segurança mantêm relações entre si, pois a segurança é um direito de todo cidadão e, no momento em que tal direito não é assegurado, é tarefa do Estado, através da atuação de suas estruturas, garantir a segurança com justiça. Nesse sentido é relevante analisar o que está sendo feito e o que precisa ser feito para melhorar as condições de segurança e, portanto, de justiça. Para isso, é importante refletir sobre o conceito de segurança e justiça na sua dimensão prática, associada ao bem-viver. Nessa forma de defini-las, estão incluídas as condições econômicas e materiais, as condições de poder e cidadania, a disponibilização de informações, a educação e a ética. Dentro dessa perspectiva de análise, a efetividade da segurança associada à justiça ocorre a partir do desenvolvimento de políticas públicas que ultrapassam a institucionalidade do judiciário e

requerem uma nova perspectiva epistemológica, rompendo referenciais lineares e simplistas¹. Os referenciais apoiados na cultura e nos valores específicos de um contexto comunitário, associados com as formas de subjetivação que orientam comportamentos, apresentam-se como elementos centrais para pensar a segurança e a justiça.

As políticas públicas de segurança são definidas como ações, projetos e programas que visam assegurar a garantia de uma convivência social e familiar isenta de violências e ameaças de violência. Para serem viabilizadas precisam associar segurança, justiça e formas de subjetivação, superando o referencial simplista, que disponibiliza mecanismos para separar os bons dos maus, os corruptos e não corruptos, os bandidos e não bandidos, os violentos dos não violentos. A relação e a aproximação dessas dimensões implicam no rompimento da visão dualista e maniqueísta, possibilitando uma ampliação e ressignificação do conceito de segurança, apontando para novos referenciais de sentido, nos quais o indivíduo violento é composto por dimensões não violentas e, por sua vez, o indivíduo não violento é composto por características violentas. Nessa mudança de sentido ou de referencial epistemológico, a centralidade da razão formal cede espaço para a razão crítica e para a linguagem.

Pensadores como Ludwig Wittgenstein, Paulo Freire, Michel Foucault, Jürgen Habermas, Boaventura de Sousa Santos, Amartya Sen, Edgar Morin, Luis Alberto Warat e Serge Moscovici construíram seus pensamentos em um intervalo de tempo que não ultrapassa um século, com temas e problemas diversos. No entanto, pode-se dizer, salvas as diferenças, que a centralidade do conceito *estratégias comunicativas*, em que o sentido é sempre identificado e interpretado num contexto, num “mundo da vida”, de forma dialógica, se apresenta como um ponto comum entre esses pensadores. Pode ainda ser dito que esses autores entendem o conhecimento como construção, a partir da história de vida, com a centralidade do social em substituição ao monológico, ao natural ou formal. Nessa forma de análise, a relação entre as diversas dimensões da vida, das diversas áreas do conhecimento apresenta-se como forma de superar o pensamento patológico. *Pensamento patológico* e *inteligência cega* são termos usados por Morin (2011) para justificar a necessidade de substituir a forma simples pela forma complexa de pensar, que estabelece relações. Na forma *simples* de pensar não há atenção para o estabelecimento de relações entre os diversos temas,

¹ O próprio termo “epistemologia” em seu sentido de apresentar-se como forma de conhecimento certo e estável passa por questionamentos e mudanças, visto que muitos têm sugerido que ele *deveria ser substituído por outro termo que evocasse tipos diferentes de associações, diferentes mecanismos e representações mentais* (MARCOVÁ, 2006, p. 39). Dessa forma, os referenciais rígidos e preestabelecidos cedem espaços para novos referenciais flexíveis e construídos nos contextos de vida.

a exemplo da psicologia, da segurança, da justiça e das políticas públicas. Na forma *complexa*, por sua vez, prevalece o entendimento de que não é possível efetivar a segurança sem viabilizar justiça através de práticas institucionais e individuais ou através de políticas públicas.

A presente tese está vinculada com a equipe de pesquisa, liderada pelo Professor Pedrinho Guareschi, que compõe a Linha de Pesquisa 3 do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo título é *Redes Sócio Técnicas, Cognição e Comunicação*. A qualificação pessoal e a construção do conhecimento são dependentes de pessoas que formam grupos e constituem equipes, que trabalham de forma coletiva, buscando um fim comum. A tese aqui apresentada dialoga, especialmente, com os conceitos de cognição e estratégias de comunicação.

Os debates públicos e acadêmicos em relação ao tema *políticas públicas de segurança com justiça*, comprovados em números de Conferências Públicas Nacionais e publicações de teses e dissertações registradas na CAPES, é significativamente menor, se comparado aos temas das Políticas Públicas de Saúde, de Educação ou de Assistência Social. Nos debates sobre saúde são contabilizadas quinze conferências, sendo que a décima quinta está programada para dezembro de 2015, sendo as conferências municipais e estaduais já estão em curso. A 1ª Conferência Nacional de Assistência Social ocorreu em 1995 (BRASIL, 1995), e a nona ocorreu em 2013. A primeira conferência sobre educação ocorreu em 1941, em conjunto com a política pública de saúde (BRASIL, 1941); em 2010 ocorreu a Conferência Nacional de Educação – CONAE (BRASIL, 2010 a) e a última CONAE, em 2014 (BRASIL, 2014). Em relação ao tema *segurança*, apenas uma conferência foi realizada em 2009, não sendo divulgado oficialmente, até o momento, cronograma para a segunda. A Primeira Conferência Nacional de Segurança (1ª CONSEG) é um marco significativo na política pública de segurança e trouxe, entre seus desdobramentos, a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP).

Em relação a pesquisas que resultaram em teses e dissertações, o banco de dados da CAPES² registra a partir do descritor *políticas públicas de segurança e de justiça* um resultado de 32 incidências. Esse dado representa um nível de pesquisa significativamente menor, se comparado com políticas públicas de assistência social – 346, de saúde – 1870 registros ou de educação – 2620 registros (BRASIL, 2016).

²Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>

Os parâmetros conceituais que justificam o estabelecimento de relação entre diversas áreas para a construção de novos sentidos – somados ao baixo índice de debates públicos e pesquisas acadêmicas que aproximam segurança e justiça, e somados também à classificação do tema da segurança como algo que mobiliza as pessoas e a sociedade – compõem uma parte significativa da justificativa desta pesquisa. Neste campo, que envolve várias áreas do conhecimento, se apresenta uma grande demanda para a psicologia ou para uma forma de compreendê-la como ciência e como intervenção social e institucional. Nessa compreensão, a psicologia aproxima-se do exercício de cidadania evidenciada no início deste século XXI, que apresenta conflitos, confrontos e dificuldades em conciliar o estabelecimento de fronteiras entre segurança e liberdade. (BAUMAN, 2003). O desejo de atingir níveis satisfatórios de segurança é confrontado com as transformações geradas pela *imposição* de mudanças, que aumentam a instabilidade e insegurança. Essas mudanças na vida pessoal, social e profissional, representadas como um exercício de liberdade, podem ser subjetivadas como imposições geradoras de insatisfação e insegurança. Nesse aspecto a psicologia pode contribuir evidenciando e apresentando recursos para a estabilização emocional.

Outro componente associado que auxilia na explicação e na justificativa para o recorte desta pesquisa é o meu envolvimento com a gestão de políticas públicas nas áreas da educação, da habitação e do planejamento, somado à identificação conceitual presente em pensadores que denunciam as limitações da razão instrumental e do pensamento, simples e fragmentado. Na época de construção do projeto e aprovação da Secretaria Municipal de Segurança eu exercia a função de secretário substituto da secretaria municipal do planejamento e coordenador da participação popular na gestão municipal.

Em consonância com essas razões de contexto, a presente tese trata da temática da segurança e da justiça a partir das políticas públicas oriundas do debate em torno da Reforma do judiciário e materializadas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) implementado em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. A perspectiva de análise será os limites e as possibilidades das referidas políticas produzirem segurança com cidadania, resultando em condições de justiça e formas diferenciadas dos sujeitos sociais, individuais e coletivos, interagirem e ampliem sua condição de cidadania, a partir da efetivação dessas políticas.

A tese faz uma análise dos projetos decorrentes da reforma do judiciário, vinculados ao Pronasci e tem a participação dos sujeitos na segurança e na justiça como situações-problema. A problemática da pesquisa centra-se na investigação dos limites e das

possibilidades dos projetos do Pronasci desenvolvidos em Passo Fundo-RS e deseja-se que a discussão do problema evidencie a participação dos sujeitos sociais envolvidos nos referidos projetos, constituindo, através do seu protagonismo, instrumentos para ampliação de sua condição de segurança, justiça e cidadania. O protagonismo na atuação é condição para que um sujeito subordinado a condições de dependência e submissão perceba possibilidades de emancipação, ampliando sua independência.

O objetivo geral da tese é analisar os limites e as possibilidades das novas políticas públicas no campo da justiça no que se refere à emancipação dos sujeitos envolvidos no sistema de segurança, especificamente nos projetos do Pronasci. Os objetivos específicos são a identificação de aspectos que associam as bases teóricas da psicologia, da justiça e das políticas públicas que se apoiam na Constituição Federal de 1988, a reconstrução do histórico do Pronasci como política pública, a reconstrução dos projetos do Pronasci executados em Passo Fundo e a análise interpretativa das informações extraídas com a pesquisa, visando identificar os limites e as possibilidades dos projetos na emancipação dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci.

A investigação do problema, com vistas nos objetivos descritos, segue de um percurso que inclui a reconstrução de um referencial teórico, do histórico do Pronasci e dos projetos executados em Passo Fundo-RS. Neste percurso incluem-se entrevistas realizadas com vinte e um participantes dos projetos do Pronasci, assim como documentos jornalísticos, registros fotográficos e um documentário.

Para dar conta do problema de investigação e atingir os objetivos da tese, formulamos duas questões orientadoras que nos conduzem ao mapeamento do que denominamos de limites e possibilidades para a emancipação dos sujeitos envolvidos com as novas políticas de segurança e de justiça. Tais questões se colocam nas condições sociais atuais de Passo Fundo e do Brasil:

- 1 Quais as possibilidades na implantação das novas políticas de segurança vinculadas ao Pronasci e quais as limitações, a partir da cidade de Passo Fundo-RS?
- 2 Quais as implicações na subjetivação dos sujeitos, em seu contexto, com a efetivação dos projetos?

A tese é composta, além dos capítulos dedicados à introdução e à conclusão, por seis capítulos de desenvolvimento, que tratam das bases teóricas da psicologia e da justiça na sua relação com a segurança e com as políticas públicas apoiadas na Constituição Federal de

1988, do Pronasci como política pública, da reconstrução dos projetos do Pronasci executados em Passo Fundo-RS, da descrição das informações que implicaram em modos de subjetivação, nos temas da cidadania, da justiça e da segurança, nos cidadãos envolvidos com os projetos.

No primeiro capítulo do desenvolvimento, denominado de *acesso às políticas públicas*, tratamos inicialmente da *localização conceitual*, identificando aspectos que relacionam as bases epistemológicas da segurança com justiça e com a psicologia. A segunda parte do capítulo, denominada de *construção de políticas públicas no Brasil*, trata das bases teóricas das políticas públicas de segurança e de justiça, das intervenções através e das relações da segurança, a partir do contexto da Constituição Federal de 1988 (CF/88). E a terceira, denominada de *ações do Estado Brasileiro, após a Constituição de 1988, para o acesso à Justiça*, trata das mudanças na forma de administrar a Justiça, da reforma do judiciário e de duas formas de jurisdição.

O segundo capítulo do desenvolvimento trata do que denominamos de *O Pronasci como política pública de segurança*, identificando as *bases conceituais do Pronasci* e incluindo os temas justiça, segurança e comunidade, participação social nas políticas públicas e as relações com a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. A segunda parte do capítulo dois, denominada de *Os projetos do Pronasci*, trata da articulação institucional dos projetos Justiça comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Polícia Comunitária. A terceira parte, denominada de *A abrangência do Pronasci*, trata das relações entre cidadania, justiça e segurança, da sustentabilidade econômica e da sustentabilidade política.

O terceiro capítulo do desenvolvimento trata do que denominamos de *O Pronasci em Passo Fundo-RS*. O capítulo inicia abordando a *gestão da segurança*, com a instituição da Secretaria Municipal de Segurança e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M). A segunda parte trata da *Justiça Comunitária*, incluindo a relação com as comunidades e a construção de novos referenciais para segurança, representados na capacitação e atuação de mediadores comunitários. A terceira parte relata o *projeto Mulheres da Paz, Protejo e Polícia Comunitária*.

O quarto capítulo do desenvolvimento trata dos *Procedimentos metodológicos*. Neste capítulo estão descritos os passos realizados pela pesquisa na definição dos procedimentos para coleta das informações. Também faz parte deste capítulo um quadro com as informações dos vinte e um sujeitos participantes da pesquisa.

O quinto capítulo do desenvolvimento, que denominamos de *Categorização e interpretação das informações*, apresenta a descrição dos *achados* da pesquisa. Sintetizamos o conjunto das informações em conceitos, os quais representamos por meio das seguintes palavras e expressões: *aprendizagem; desenvolvimento; reconhecimento; dimensão comunitária da política pública; relações entre sujeitos e instituições; mediação horizontal; políticas públicas e políticas de governos; aproximação e coesão do grupo; e continuidade das ações*. Essas nove palavras e expressões são ilustradas pela descrição de três episódios: o baile de debutantes comunitário; a construção e utilização da colcha; e o assassinato da Sílvia.

No sexto capítulo do desenvolvimento, parte final da tese, retomamos o problema para analisá-lo sob a luz do percurso teórico, legal e prático da pesquisa. No referencial teórico está incluído o que denominamos de pensamento simples e de pensamento complexo, no referencial legal está a Constituição Federal do Brasil de 1988, que legitima aproximações entre segurança, cidadania e justiça. E na parte prática da pesquisa está incluído o conjunto de informações coletadas com os diversos instrumentos já relatados e detalhados no capítulo quatro, que trata da metodologia.

E, na conclusão, tratamos dos *limites e possibilidades das Políticas Públicas de Justiça e de Segurança, a partir dos projetos realizados em Passo Fundo-RS, para a emancipação dos sujeitos*.

2 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

“O conhecimento é uma ilha cercada por um oceano de mistério. Prefiro o oceano à ilha.” (Ludwig Wittgenstein)

A complexidade do tema *políticas públicas* inclui definições sobre o papel do Estado e do mercado no cotidiano das pessoas. São dois conceitos (Estado e mercado) abstratos que, ao mesmo tempo, podem ser considerados como principais determinantes da vida social. A definição da atenção, do investimento e da gestão de temas sociais estratégicos ocorre por intermédio do que se denominam políticas públicas. Em um modelo estatal absoluto, ditatorial, as políticas públicas são determinadas e executadas predominantemente pelo Estado através do conjunto de suas instituições. Em um modelo estatal democrático, as instituições comunitárias e o mercado (instituições privadas) também interagem, interferem e executam as políticas públicas. Na história recente a sociedade brasileira vivenciou o modelo absoluto, ditatorial, bem como está vivenciando o que pode ser denominado de transição para um estado democrático. Na variável *estado democrático* duas visões são confrontadas: uma visão associada com o modelo liberal que apregoa o *estado mínimo* e outra que defende uma maior participação em temas estratégicos como educação, saúde, segurança. A visão que defende a ação do Estado através de políticas públicas, para ser democrática, deve incluir e conceder espaços para os cidadãos e para as comunidades.

O objetivo deste capítulo é mostrar que a segurança e a justiça mantêm relações estreitas entre si, bem como ambas se relacionam com as definições de conhecimento, de judiciário, de psicologia e de políticas públicas para acesso à justiça. O capítulo está dividido em três partes. A primeira, denominada de *localização conceitual*, identifica as bases epistemológicas da política pública de segurança, trata da justiça e da segurança nas dimensões subjetivas, formal e prática. A segunda parte do capítulo, denominada de *construção de políticas públicas no Brasil*, trata das bases teóricas para as políticas públicas de segurança e de justiça, das relações com o Estado brasileiro e com a Constituição de 1988. A terceira denominada de *ações do Estado Brasileiro, após a Constituição de 1988, para o acesso à Justiça*, trata das mudanças na forma de administrar a justiça, da reforma do judiciário e de duas formas de jurisdição.

2.1 Localização conceitual

Entre as inúmeras formas de compreender os conceitos de segurança, justiça e políticas públicas interessa a definição que considera a complexidade das relações com justiça e com subjetividade. Além disto, não é possível tratar da justiça sem relacioná-la com o judiciário, com a segurança, com a psicologia e com as políticas públicas. Nesse modo de pensar encaixam-se as compreensões que apontam a relação conceitual e a forma de vida como parâmetro para compreender a segurança. Ao caracterizar a época em que estamos vivendo como tempos líquidos, Bauman afirma que a aposta na autodeterminação livre se apresenta na mente das pessoas como experiência aterrorizante, infeliz e vulnerável a forças que não entende e não controla.

Os laços inter-humanos, que antes teciam uma rede de segurança digna de um amplo e contínuo investimento de tempo e esforço, e valiam o sacrifício de interesses individuais imediatos (ou do que poderia ser visto como sendo do interesse de um indivíduo), se tornam cada vez mais frágeis e reconhecidamente temporários. A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade. Incentiva as atitudes competitivas, ao mesmo tempo em que rebaixa a colaboração e o trabalho em equipe a condição de estratégias temporários que precisam ser suspensos ou concluídos no momento em que se esgotarem os seus benefícios. (BAUMAN, 2007, p. 8-9).

Nessa forma de conceituar, a segurança não se limita ao cumprimento de normas de condutas não violentas, mas se localiza no modo de vida, de produção econômica, de consumo, de convivência social e afetiva. Ao tratar das relações entre segurança e modelo de governo neoliberal, de acordo com Bicalho et al. (2015), é possível identificar o aumento da busca por segurança, também, como decorrência da “sensação de medo e de insegurança, de modo generalizado, engendrando subjetividades em pânico, criminalizando os protestos e as subversões de movimentos sociais críticos ao neoliberalismo [...]”. (p. 335).

Nas bases conceituais que envolvem o sistema de segurança estão incluídos os conceitos de intervenção através de políticas públicas, de justiça, de judiciário, de segurança e de psicologia. Para localizar esses conceitos, na primeira parte deste ponto trataremos das formas de conhecimento, reconhecimento e intervenção através de políticas públicas; na segunda parte, da segurança associada com múltiplos fatores, em especial com a justiça; na terceira parte, das relações entre segurança e psicologia.

2.1.1 Políticas públicas de segurança e modelos de conhecimento

O tema da segurança acompanha a história cotidiana dos seres humanos e pode ser identificado como um dos propulsores da evolução tecnológica, visto que uma das razões para ampliação da produção de alimentos, de energia, de habitação, de locomoção e para a construção das armas relaciona-se com o desejo de obter maior segurança individual e coletiva, seja das ameaças de outros seres humanos ou das manifestações da natureza. Mas cabe, na sequência desse raciocínio, a pergunta sobre o que é segurança ou a falta dela, que se apresenta como insegurança.

A insegurança pode ser identificada a partir de um conflito que se localiza na própria pessoa, entre duas pessoas, entre dois grupos de pessoas ou ainda entre pessoas e instituições. Esses conflitos germinadores de insegurança estão associados com problemas materiais, morais, de subsistência e de falta de acesso a serviços públicos, os quais, normalmente, estão associados a injustiças ou sentimento de injustiça. Portanto, a segurança está associada a múltiplos fatores, sendo distinta, mas não independente da justiça, assim como a justiça está associada, mas é distinta e não está restrita aos limites institucionais do judiciário. Essa caracterização da segurança se distancia da objetividade, da ordem linear, e se compromete com a circularidade, com a multiplicidade, com a complexidade das condições e necessidades materiais e morais, com a complexidade da qualidade de vida e do bem-estar em geral dos indivíduos. De outro modo, se aproxima do que Bauman (2010, p. 168) define como morte das evidências:

Era evidente para todos, exceto para os cegos e ignorantes, que o Ocidente era superior ao Oriente, os brancos aos negros, o civilizado aos rudes, o culto ao não educado, o são ao insano, o saudável ao doente, o homem à mulher o normal ao criminoso, o mais ao menos, os ricos à austeridade, al alta produtividade à baixa produtividade, a alta cultura à baixa cultura. Todas essas evidências agora estão mortas. Nenhuma delas resta sem questionamento.

Os questionamentos dos parâmetros para segurança e para a justiça se apoiam na crítica feita ao pensamento cientificista, predominante a partir da modernidade, que enfatiza as certezas, supostas realidades objetivas, ignorando a subjetividade e a multiplicidade dos fenômenos. Nesse questionamento a segurança se apresenta como problema no cotidiano das pessoas, nos seus contextos de vida. Sua caracterização depende da relação de um conjunto de contextos que ajudam a explicar a cultura e o comportamento humano no atual momento histórico.

A crítica aos referenciais científicistas e a construção de novos parâmetros epistemológicos para entender os significados de segurança e sua relação com justiça está no pensamento de Warat (2004, p. 169) quando afirma:

Quero mostrar que esses erros, ignorâncias, cegueiras, perigos, fugas do eu e simulacros do real têm como traço em comum (o mais forte) o modo de construção do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade de nossa subjetividade e do real. A modernidade moldou uma concepção de ciência e de epistemologia que foi produtora de uma parte de sua visão de mundo, atravessado por uma compulsão de ordem e razão, origem e fundamento do paradigma da simplicidade, a que Morin sempre faz referência.

O pensamento científico instituído e consolidado com ênfase nas particularidades, especificidades, especialidades, formalidades, objetividades, cálculos e certezas que separaram o *sentido* e o *sem sentido*, o conhecimento e o não conhecimento, passa a ser caracterizado e criticado, por um conjunto de autores que, para efeito desta pesquisa, associamos ao paradigma da complexidade. A partir do pensamento desses autores, a segurança não é consequência de uma forma linear de compreender a sociedade na qual o progresso do conhecimento está restrito à necessidade de respostas objetivas. Para situar melhor essa forma de caracterizar a segurança se faz necessário ainda uma menção e distinção entre o referencial da razão e o referencial da linguagem.

Para explicitar a centralidade do referencial da linguagem, na caracterização do sentido de um tema a – neste caso o tema da segurança e justiça – é relevante para a reconstrução o conceito de conhecimento. Nesse modo de pensar, o referencial para o conhecimento com sentido se dá a partir do paradigma da linguagem. Trata-se de um movimento que tem em Wittgenstein um dos protagonistas e principais expoentes, podendo ser compreendido como um movimento (KUJAWA, 2009) que se consolida ao lado ou em substituição ao referencial da razão, sintetizados por Descartes e Kant (OLIVEIRA, 1996), pensadores que iniciam e fecham um ciclo, vinculado a uma forma de pensar, que tem a razão como referência central. Um novo ciclo na forma de pensar apoiou-se no que pode ser denominado pensamento crítico e concede mais espaço para a *linguagem* e para a comunicação que passaram a ocupar o lugar da *razão*, com a justificativa de valorizar os sujeitos reais, históricos, em substituição ao sujeito transcendental, formal e metafísico. Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos desta pesquisa serão acessados através da linguagem, que é cultural, de contexto, e não de uma razão que se apresenta de forma abstrata e formal.

Compreende-se que o pensamento complexo se aproxima do paradigma da linguagem ao usá-la como ferramenta para interpretar contextos e intervenções sociais. Nessa

perspectiva, a linguagem aponta limites na forma racional de pensar e distinguir conhecimento de não conhecimento, por apoiar-se exclusivamente na referencial da razão (ou de uma forma de razão) e não reconhecer os mistérios, a complexidade do real e do social. Dessa forma, o predomínio da razão científica (clara e distinta) passa a conviver com a linguagem, que é social, cultural, imprecisa e complexa. (MORIN, 2011).

Os elementos acima expostos nos permitem afirmar que há duas formas distintas de compreender a segurança: uma associada ao que denominamos pensamento simples, apoiado na razão e em uma forma de fazer ciência que se afasta do social das mudanças e das incertezas; e outra, associada com o que denominamos de pensamento complexo, que se apoia na linguagem, no social e na manifestação das subjetividades. A compreensão do problema da segurança depende, também, e em especial, da sua relação com justiça e com o judiciário. Para explicitar essas relações entre os diversos campos do conhecimento, faz-se necessário considerar a economia, a ética, a política, utilizando recursos que transcendem os limites de um campo específico do conhecimento. Da mesma forma, para tratar do tema da segurança e da política pública, talvez o mais adequado não seja uma classificação limitada a uma ciência específica. Nesse sentido, é oportuno registrar que a organização do conhecimento por especialidades só será útil se estas não estiverem fechadas em si mesmas, compartimentadas umas em relação às outras. Em sintonia com esse pensamento, um ponto de partida, um campo específico de conhecimento ou uma situação problema (no nosso caso a segurança) deve ser analisado em relação ao todo. Portanto, um tema como a segurança, ao apresentar-se como problema, demandará a contribuição de várias áreas do conhecimento para ser elucidado e caracterizado.

A sobreposição do indivíduo ao coletivo pode ser percebida como um dos fatores que contribuem para o aumento dos conflitos e da violência entre os cidadãos e destes com a natureza. O índice de episódios violentos nos diversos ambientes sociais (escola, trânsito, família) engrossam as estatísticas da insegurança e a sobrecarga das estruturas do sistema de segurança. Por exemplo, um indivíduo que, no seu contexto de vida, polui uma nascente de um rio, comete uma violência contra a natureza e contra as pessoas que vivem em outros contextos e são afetados pelas águas poluídas desse rio. No entanto, a cultura do individualismo dificulta a percepção das relações do seu ato, no seu contexto, com outros contextos próximos a ele. Esse modelo de conhecimento predominante legitimou-se com o auxílio da ideia de um sujeito universal ou de um sentido formal, completo e definitivo. Tal concepção de objetividade, de neutralidade, de universalidade, pode ser considerada como

paradigma constituidor do conjunto das ciências modernas, incluindo a psicologia e o direito. O predomínio desse modelo, construído por um *sujeito racional*, universal e neutro em relação às influências exteriores e históricas, possibilitou grandes progressos no conhecimento centrado em especialidades, distanciando o foco de temas associados ao sentido de contextos específicos, que mudam e são subjetivos.

O modelo de ciência desintegra o homem e os problemas globais, segundo Warat (2004, p. 183): “Esses especialistas criaram um modelo de ciência, espantado com a complexidade, que desintegra os problemas globais e a própria ideia de homem. É um modelo de ciência, absolutamente, desinteressado em tratar de explicar o sentido da vida.” Em sintonia com essa forma de pensar, para tratar da segurança como um sistema que inclui diversas áreas e diversos contextos, faz-se necessário um modelo de conhecimento que não se omita em tratar das mudanças e aceite estabelecer relações entre diversas áreas do conhecimento e dos sujeitos e seus contextos. Nesse sentido, para tratar do problema da segurança, faz-se necessário, também, explicitar uma caracterização ampla do conceito de conhecimento, percebendo que o modelo de conhecimento científico é uma forma de conhecimento, porém não a única. Nessa perspectiva, tratar do problema da segurança é considerar que o conhecimento não está restrito aos limites da ciência moderna, mas inclui relações de subjetividade no contexto.

Para isso, necessita-se motivar o protagonismo dos sujeitos diretamente envolvidos na situação de insegurança, caracterizando suas representações e reconhecendo que o acesso à realidade não se efetiva de forma direta, objetiva, mas é mediado por convenções e componentes subjetivos. Sobre a complexidade e as incertezas associadas ao conhecimento, é oportuno recorrer às ideias de Jovchelovitch (2008, p. 19):

O problema do saber persiste. Ele foi posto pelo Sócrates de Platão uns 2500 anos atrás e novamente por Descartes no início da era moderna. Persistiu como problema ao longo de todo desenvolvimento filosófico do período moderno e foi crucial para o nascimento da psicologia como disciplina científica. Foi tentando responder a este problema que todos os principais sistemas de conhecimento psicológico encontraram uma identidade e um caminho para o seu desenvolvimento. É um problema que continua nosso quando tentamos dar sentido à herança que recebemos e confrontamos os desafios que nos são postos pela proliferação de preocupações ligadas ao conhecimento no mundo contemporâneo.

As palavras de Jovchelovitch ratificam a persistência do problema do conhecimento, de sua relação com a ciência e com o comportamento humano, como um tema complexo e não esgotado. Quanto aos referenciais que orientaram as interações dos seres humanos entre si

e com a natureza, a humanidade experimentou grandes transformações, as quais podem ser associadas ao problema do conhecimento ou de uma de suas variáveis, a científica. Pode ser afirmado, também, que as ações, as interações, as transformações e a evolução do conhecimento científico mantiveram algum tipo de relação com a segurança. Nessa linha de raciocínio, faz-se necessário reconstituir, ressignificar os referenciais que orientam as decisões dos formuladores e dos operadores das políticas de segurança, apontando a relação entre os referenciais e as decisões, dando voz para as partes envolvidas no contexto das decisões.

O esclarecimento das complexidades que envolvem o comportamento humano, cujo estudo foi fragmentado em diversas áreas do conhecimento, depende da reconstrução e da relação entre diversos objetos e campos do conhecimento, que se apresentam como necessárias para compreender e aumentar os níveis de segurança. Pontuamos dois objetos ou conceitos que se apresentam como constitutivos para o sistema de segurança e que não estão restritos a um campo exclusivo de conhecimento. O primeiro conceito é o *conflito*, como inerente à existência humana e que se apresenta das mais diversas formas, podendo ser compreendido através da análise dos seus contextos existenciais, culturais e psicológicos. O segundo conceito é o de *interpretação*, o qual será sempre subordinado a uma lógica, podendo ser formal, abstrata e descontextualizada, ou a uma lógica subordinada aos sentidos culturais, econômicos, psicológicos e subjetivos. A complexidade e a dificuldade em classificar esses dois conceitos em uma ciência específica podem estar indevidamente associadas com a não centralidade deles para compreensão e construção de um sistema de segurança. A desvalorização desses dois conceitos está associada a um modelo de conhecimento que desconsidera as subjetividades e as mudanças. As compreensões de justiça e de judiciário alinhados com um modelo científico, no qual o conhecimento se apresenta como exato e estável, não contempla os conceitos de interpretação e de conflito que mudam sob a influência de contextos materiais e subjetivos. Seus sentidos são compreendidos “dentro da sociedade, entre indivíduos ou entre indivíduos e grupos, subgrupos e culturas”. (MARKOVÁ, 2006, p. 27).

Com relação a essa ideia, pode-se dizer que o conflito foi localizado no campo da subjetividade e, conseqüentemente, não se inclui em um modelo de conhecimento, que é estável³ e objetivo. De forma semelhante, a interpretação, em sintonia com o modelo de

³ Ivana Marková argumenta que o conhecimento social é conhecimento em comunicação e em ação. Deve enfrentar o problema epistemológico da mudança se diferenciado das epistemologias fundacionistas e se

conhecimento objetivo, se dá sem a interferência da subjetividade, em específico, sem a interferência da subjetividade e do contexto do sujeito que conhece, mas se apoia em referenciais racionais e objetivos. Em consequência disso, pode-se afirmar que os conceitos de conflito associado à dimensão subjetiva e à interpretação associada com o social foram preteridos pelo modelo de conhecimento que se apoia no certo, no objetivo e no estável, distanciando-se do subjetivo e da mudança.

2.1.2 O legislador e o intérprete

O judiciário, como parte importante do sistema de segurança, foi constituído a partir da aposta em um sujeito racional, na figura do juiz, com poderes para legislar, definindo o que é certo e o que é errado exclusivamente a partir da lei formal e objetiva. Com o declínio da razão com sentido único, universal e absoluto, que abre espaços para a linguagem, para o contexto e para a interpretação, se evidencia a substituição do legislador pelo intérprete. Nessa forma de pensar se inclui a caracterização feita por Bauman (2010) do atual momento histórico, que faz uso da figura do intelectual ou homem de conhecimento. Nessa caracterização está explicitada a trajetória da queda de um legislador que operava a partir de uma verdade universal e o ressurgimento da figura do intérprete que atua a partir dos os sentidos advindos de diversos contextos.

A análise da segurança, em suas relações com justiça, com políticas públicas e com cidadania, requer a explicitação das bases conceituais que possibilitam as diversas compreensões, apontando distintos caminhos para tratar do problema. Por isso trataremos das relações entre segurança e justiça. A justiça apresenta-se a partir de uma perspectiva epistemológica, formal e técnica e, além disso, na perspectiva que se apoia no comportamento dos sujeitos, nas suas relações humanas e em seus contextos de vida.

Portanto, o conceito de justiça pode ser reconstruído a partir de dois sentidos distintos. Um associado ao cumprimento das normas e adequação institucional, *contratualista*, e outro associado ao comportamento, às interações sociais das pessoas, *focado em realizações*. Essa distinção é feita por Sen (2011), que, ao reconstruir e localizar o conceito na conjuntura jurídica ocidental, nomeia a existência da tendência institucionalista transcendental, *contratualista* e a tendência focada em realizações, *justiça realizada*, que diz respeito à vida das pessoas.

[...] há uma dicotomia substancial entre dois tipos diferentes de argumentação racional sobre a justiça que refletem dois grupos de importantes filósofos ligados ao pensamento radical do período iluminista. Uma abordagem se concentrou na identificação de arranjos sociais perfeitamente justos, considerando a caracterização de “instituições justas”. [...] Por outro lado, muitos outros filósofos iluministas [...] adotaram uma variedade de abordagens que compartilham o interesse comum em fazer comparações entre diferentes vidas que as pessoas podem levar, influenciadas pelas instituições, mas também pelo comportamento real dessas pessoas, pelas interações sociais e outros determinantes significativos. (SEN, 2011, p. 17-18).

Interessa, para os propósitos desta tese, o referencial teórico que caracteriza a justiça associada com a abordagem que se relaciona com as *diferentes vidas* das pessoas, em que se evidencia o protagonismo dos sujeitos, com suas compreensões de segurança e de justiça. Como elemento para justificativa desta escolha pode ser apontado o judiciário como instituição que, historicamente, se apoia na abordagem institucionalista transcendental, e os projetos do *Pronasci*, objetos desta pesquisa, que incluem diretrizes vinculadas com a abordagem de justiça associada ao comportamento cotidiano das pessoas. Posto isso, a tese analisa em que medida essas diretrizes se efetivaram nos projetos do *Pronasci* executados em Passo Fundo-RS.

Nessa mesma perspectiva de análise, que relaciona judiciário, segurança e a justiça, estão associadas várias dimensões da vida, como as relações que envolvem a economia. Sen (2010) é um dos autores que estabelece essas relações ao destacar a necessidade de associar a justiça com as desigualdades sociais e econômicas, pois elas são condicionantes para a efetividade da justiça. O autor, ao resgatar as origens do conceito de economia, aponta para a existência de duas dimensões, da engenharia e da ética, que, no decorrer da história, se dissociaram. Nessa separação e aplicação parcial do conceito de economia, predominou a dimensão da engenharia, que é a dimensão formal e burocrática, enquanto que a dimensão ética, que é prática e diz respeito à vida concreta das pessoas, não teve centralidade. A abordagem *contratualista* de justiça poderia ser associada com a dimensão formal e burocrática (engenharia) da economia, estabelecendo-se como obstáculo para a remoção das injustiças.

Após essa reconstrução do conceito de justiça, podemos identificar a compreensão vinculada à vida concreta das pessoas nas suas diferentes dimensões, econômicas, sociais, políticas e culturais, e não apenas com as formalidades institucionais do judiciário. Diante dessa constatação faz-se necessário refletirmos sobre o judiciário e suas relações com a justiça e a segurança.

Considera-se o judiciário uma instituição criada para assegurar a justiça na relação das pessoas entre si, das pessoas com o Estado e das pessoas com a natureza. Assim como existem diferentes formas de compreensão de justiça, também ocorre com a compreensão do papel e da forma organizativa do judiciário.

Partilhamos da compreensão de que o judiciário se constitui apoiado em formalidades jurídicas (FOUCAULT, 2005), oriundas da ciência do direito e legitimado por sentidos que não se vinculam com as mudanças do cotidiano de vida das pessoas. A lógica formal do racionalismo científico apoia seu funcionamento e suas decisões nos procedimentos e nas normas jurídicas tidas como expressão da verdade, de forma abstrata, desconectada do cotidiano das pessoas que buscam a justiça e distante das diversidades sociais. Com o questionamento da racionalidade científicista, surge também a crítica sobre a existência de verdade única e, portanto, da capacidade de uma fonte (no nosso caso o judiciário) que a constitua. Nesse contexto, passamos a tratar das relações entre o judiciário e as verdades da justiça.

No debate sobre a possibilidade e o critério para estabelecimento da verdade como uma construção feita por sujeitos sociais e não como *verdade única*, destacam-se pensadores como Foucault (2005) e Nietzsche (1991), que contribuem para o exercício que pode ser denominado *desnaturalização das verdades*. A frase de abertura da obra sobre *a verdade e a mentira no sentido extramoral* é ilustrativa ao descrever que as verdades e o conhecimento são inventados:

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram que morrer. (NIETZSCHE, 1991, p. 31).

O pensamento de Nietzsche contribui para a descrição e caracterização da diversidade, da propagação de novas verdades que *invadem* o mundo. De tal forma, que as verdades do estado e do judiciário cedem lugar para as verdades construídas em diversos contextos pessoais e comunitários. Foucault (2005) ocupou-se em descrever as práticas discursivas como distintas daquelas que se vinculam ao sujeito definido de forma isenta das práticas sociais. Ao declarar que um dos eixos de sua pesquisa exclui o sujeito do conhecimento definitivo, isento das práticas sociais, demonstrando que os princípios e normas estruturadoras do judiciário foram construídos em determinada relação de poder/saber, Foucault aponta

como problema relevante do funcionamento do judiciário a dicotomia estabelecida entre a distância dos seus enunciados metafísicos, formais e a vida social dos cidadãos. “Podemos dizer que a história dos domínios do saber em relação com as práticas sociais, excluída a preeminência de um sujeito de conhecimento dado definitivamente, é um dos primeiros eixos de pesquisa que agora proponho.” (FOUCAULT, 2005, p. 8).

Ao discutir a análise dos discursos ou das práticas discursivas, Foucault ressalta, como eixo metodológico, a ideia da impossibilidade de um sujeito do conhecimento independente das práticas sociais. Nesse aspecto é possível identificar que a perspectiva de análise de Foucault critica a teoria do conhecimento vinculada ao sujeito racional, que predominou de Descartes a Kant e aproxima-se da teoria do conhecimento centrada na linguagem a partir da reviravolta linguística. A reviravolta linguística pode ser caracterizada com um movimento epistemológico de inclinação da razão para a linguagem. Ou seja, a linguagem passa a ocupar a centralidade ocupada anteriormente pela razão. Na tradição de conhecimento que predomina de Descartes a Kant, o acesso à verdade decorre da liberdade do sujeito racional, que se apresenta como fundamento e núcleo central. Na reviravolta linguística evidencia-se um deslocamento do sujeito racional ou da razão para a linguagem. Nesse deslocamento, a verdade, que era estabelecida por um sujeito formal e racional (que se apoia na razão), passa a ser estabelecida por um sujeito que é influenciado pelo contexto, pelas práticas comunicativas do cotidiano.

Nessa forma de pensar, as circunstâncias políticas e econômicas são o que constituem os sujeitos de conhecimento e, como consequência, as relações de verdade. As relações sociais, por sua vez, são a base para entender como foi instituído o poder do judiciário, mostrando que ele se restringe ao conhecimento considerado científico. Nesse sentido, o poder e o saber estão articulados e são formas de garantir a supremacia na realidade social, distinguindo as classes e caracterizando o poder como parte fundamental na estruturação da sociedade. O conhecimento e mais especificamente o conhecimento científico, nessa linha de raciocínio, estaria relacionado mais com o poder do que com uma realidade que nasce das relações sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos dizer que as formas jurídicas são a base e estão em sintonia com uma forma de perceber a verdade, oriundas de práticas de subjetivação e da relação entre o saber-poder institucional e o saber-poder individual. O judiciário, ordenador e ordenado pelas formas jurídicas, surge na Idade Média, para assegurar ao rei e à classe dominante a continuidade de seu domínio. Nos séculos XVIII e XIX, as formas

jurídicas vincularam-se a mecanismos penais que deixaram de interessar-se pelo fato criminoso e passaram a ocupar-se da conduta do indivíduo. E esses mecanismos de controle dos indivíduos não estão limitados ao judiciário, mas são utilizados na indústria, educação, religião, etc.

Um aspecto central é a constatação de que direito e verdade em seu sentido concreto, material, nem sempre estiveram conectados. Além disso, fica explícito que a verdade é uma construção, uma invenção que muda ao longo da história humana. Seguindo essa caracterização de verdade que nasce das relações, se evidencia a atenção para as verdades que resultam de desejos conflitantes caracterizados pela vontade de dominar determinados contextos ou de apropriar-se de determinados bens materiais. Na origem medieval do inquérito, que ainda é objeto central para a atuação do judiciário, a verdade estava associada ao uso correto das fórmulas, nas quais as provas poderiam ser de ordem mágico-religiosa. Assim, constata-se que o inquérito é uma forma de saber situada na junção de um determinado tipo de poder e de determinados conteúdos que não estão limitados aos conhecimentos jurídicos. Além dos fatores associados com a verdade das formalidades dos inquéritos, outro referencial importante para aproximar e relacionar segurança, justiça e judiciário é a identificação de um tipo específico de sociedade instituída a partir do final do século XVIII e consolidada em meados do XIX.

Esse modelo de sociedade foi organizado, tendo o sistema judiciário e penal como suporte central, na qual o criminoso é visto como aquele que rompeu com o contrato social. O crime passa a ser vinculado com a não obediência da lei civil, estabelecida no interior de uma sociedade pela instância legislativa do poder político e aplicadas pelas instituições do judiciário, mas também por outras instituições, como as fábricas e os hospitais, que exercem pressões sobre os indivíduos e têm a função de disciplinar a sociedade. (FOUCAULT, 2005).

Em sintonia com Foucault, que questionou a noção de justiça ideal como base para o funcionamento de uma justiça institucionalizada (judiciário), o ponto de partida para um novo modelo está localizado no contexto de vida e não no institucional. Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault (1989, p. 39) afirma:

Parece-me que não devemos partir da forma do tribunal e perguntar como e em que condições pode haver um tribunal popular, e sim partir da justiça popular, dos atos de justiça popular, e perguntar que lugar pode aí ocupar o tribunal. É preciso se perguntar se esses atos de justiça popular podem ou não se coadunar com a forma de um tribunal. A minha hipótese é que o tribunal não é a expressão natural da justiça popular, mas, pelo contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la, reinscrevendo-a no interior de instituições características do aparelho de Estado.

Portanto, a concretização da justiça depende da explicitação das motivações concretas, de relação com a vida das pessoas, com o exercício de convivência cidadã, vinculado a comportamentos que a exigem. Contrário a isso, o judiciário historicamente apoiou-se na verdade identificada com as formas jurídicas, que, por sua vez, são construções decorrentes de uma forma de conhecimento.

Outra referência, verdade ou outro sentido do judiciário para o estabelecimento da justiça está na primazia da culpa legal, que se apoia na formalidade da lei em relação à culpa social, a qual está vinculada ao cotidiano de vida. Nessa mesma perspectiva, o direito, que pode ser considerado instrumento do judiciário, foi revestido do poder de prescrever a verdade, de legislar, desvinculado das condições subjetivas e sociais de interpretação. Em consonância com Foucault, evidenciamos que a verdade não é estabelecida de forma natural, portanto também a justiça e o judiciário não são inatos, nem absolutos, mas associados aos diferentes contextos e sujeitos que atuam na sociedade. Dessa forma, estão associados com fatores sociais, psicológicos, culturais e históricos.

2.1.3 O espaço da psicologia junto à segurança pública

Nos modelos culturais de uma sociedade patriarcal e machista é “justo” que a mulher esteja submissa ao marido. Essa cultura contribui para a formação de uma estrutura mental que liga justiça com a vontade masculina e, para os casos em que esta vontade não é efetivada, os recursos da violência física apresentam-se como um recurso “justo”. No entanto, o recurso da violência confronta-se com o modelo psicológico que se apoia na anterioridade do humano sobre o gênero. Os casos de confronto e de violência por culturas de gênero podem ser indicados como exemplo em que o sentido individual, a cultura de um contexto e a segurança estão associadas.

Esse sentido individual e localizado em contextos específicos não se faz representar facilmente em ações com caráter universal e objetivo. As estatísticas de agressão física, homicídios e suicídios são objetivas, gerais e representam uma parte significativa das demandas dos órgãos da segurança e do judiciário. Para diminuir esses índices, os usos dos recursos disponibilizados pela ciência da Psicologia, com o foco no ser humano que compõe a estatística, passam a ser demandados ao associar fatores pessoais e subjetivos na constituição das situações de injustiça, insegurança e violência. Essas contribuições da Psicologia como ciência que trata do comportamento das pessoas demandam uma reconstrução e uma

caracterização de conceitos associados a ela. Essa reconstrução se identifica e tem sua unidade no estudo da mente; no entanto, as diferentes abordagens se caracterizam pela ênfase dada para as relações entre os conceitos mente e corpo e destes com o ambiente material e imaterial.

No Século IV a.C., Platão (427-327 a.C. [1991]) afirmou a separação, o dualismo entre mundo sensível e mundo inteligível, sendo que o inteligível – a mente – não pertence ao mundo material, mas ao mundo imaterial das ideias. Aristóteles (384-322 a.C. [1991]), discípulo e contemporâneo de Platão, afirma que corpo e alma são inseparáveis. Esses dois filósofos identificados como clássicos do pensamento ocidental, precursores do racionalismo/idealismo e do empirismo/materialismo, estão na base das correntes psicológicas que se apoiam mais nas dimensões teóricas formais, nas relações materiais e empíricas ou nas relações entre ambas. Descartes (1596-1650 [1991]) afirma que há uma grande diferença entre mente e corpo, sendo que a mente não está conectada a nenhuma parte sólida do corpo e sim aos espíritos psíquicos.

No Século XX, ao tratar da psicologia como campo específico do conhecimento, Capra (1982) afirma que o modelo cartesiano da separação em especial da separação dificulta o entendimento sobre as relações entre mente e corpo.

À semelhança da biologia e da medicina, a psicologia foi moldada pelo paradigma cartesiano. Os psicólogos, na esteira de Descartes, adotaram a divisão estrita entre a *res cogitans* e a *res extensa*, o que lhes dificultou extremamente entender como a mente e o corpo interagem mutuamente. A atual confusão acerca do papel e da natureza da mente, na medida em que se distinguem das funções e da natureza do cérebro, é uma consequência manifesta da divisão cartesiana. (CAPRA, 1982, p. 144).

Entre as várias formas de caracterizar a Psicologia como ciência estão as abordagens vinculadas à consciência individual, subjetiva, ao “eu”, e as abordagens mais apoiadas na observação das relações entre os processos mentais, o comportamento e a fisiologia. Independentemente de a abordagem ser focada na introspecção e na análise da consciência ou no estudo do comportamento, a estrutura teórica apoia-se nos conceitos da mecânica *newtoniana*. (CAPRA, 1982). Uma dessas abordagens, desenvolvida por Pavlov (1849-1936), apontou a existência do condicionamento, da reação a estímulos, que se tornou uma das bases do *behaviorismo*. Essa abordagem valoriza o histórico subjetivo de cada indivíduo, apoiada no pensamento, na consciência individual e está na base do movimento que ajudou a consolidar a Psicologia através do estudo das experiências subjetivas feito por Freud (1836-1959). Considerado por muitos como o pai da Psicologia, Freud é um dos primeiros

formuladores da abordagem psicanalítica, sendo que sua tese de “cura através da fala” se faz presente em várias formas de psicoterapia da atualidade.

No exercício de reconstruir o “fio” da história da psicologia como ciência, podem ser destacados movimentos para superar o dualismo identificado nas abordagens racionalistas e empiristas, localizados nos pensamentos de Platão e de Aristóteles, bem como a dicotomia expressa entre o idealismo e o materialismo, presente na Psicologia moderna. Em meados do século XX, um movimento denominado psicologia cognitiva beneficia-se e apoia-se em áreas do conhecimento vinculadas às teorias da percepção, da memória e do esquecimento, da linguagem, da tomada de decisões e da resolução de problemas. Paralelamente, outra abordagem, identificada como psicologia social, focou na observação e na análise da interação dos indivíduos entre si e com o ambiente. A psicologia social contribui significativamente para explicar comportamentos agressivos ou altruístas. Apesar de quase todas as abordagens da psicologia estarem associadas com a análise da singularidade humana, no final do século XX surge uma especialidade denominada psicologia da diferença, que questiona as medidas de normalidade e anormalidade, bem como os limites entre o ambiente e a herança genética, nos comportamentos singulares.

No século XXI o alcance da psicologia expandiu-se e sua contribuição está sendo demandada para outras áreas importantes da sociedade, como a educação, a medicina, a sociologia, a economia e o direito. Talvez possa ser um indicativo da assimilação da *nova física* que se apoia na teoria da relatividade e nos referências associados ao conceito de eletrodinâmica e de relativização de normas rígidas ou absolutas de comportamento. “Einstein introduziu duas tendências revolucionárias no pensamento científico. Uma foi a teoria especial da relatividade; a outra, um novo modo de considerar a radiação eletromagnética, que se tornaria característico da teoria quântica, a teoria dos fenômenos atômicos.” (CAPRA, 1982, p. 60). Nessa expansão da psicologia se inclui uma concepção sistêmica de psicologia que transcende a visão dualista e reducionista, apoiando-se em uma estrutura conceitual que incluirá uma biologia sistêmica, uma ciência da experiência e do comportamento humanos que percebe o organismo como um sistema dinâmico, inserido em sistemas mais amplos com dimensões físicas, sociais e culturais. Outro indicativo de mudança na concepção da psicologia está vinculado ao movimento conhecido com psicologia humanista que incorporou conceitos sistêmicos e a comunicação não verbal.

A terapia de grupo vinha sendo praticada de várias formas há muitas décadas, mas limitava-se às interações verbais, até que os psicólogos humanistas aplicaram suas novas técnicas de comunicação não-verbal, descarga emocional e expressão física ao processo de grupo. Rogers exerceu grande influência sobre o desenvolvimento desse novo tipo de terapia de grupo, empregando nele sua abordagem centrada no paciente e estabelecendo a relação entre terapeuta e paciente como base para as relações dentro do grupo. A finalidade desses grupos, usualmente referidos como "grupos de encontro", não se limitava à terapia. Muitos grupos de encontro reuniam-se com o propósito explícito de auto exploração e crescimento pessoal. (CAPRA, 1982, p. 355).

Pode-se afirmar que a psicologia é uma ciência importante e crescente em abrangência, pelas suas contribuições nas ações das empresas, dos governos, das indústrias e da publicidade. Sua contribuição auxilia no tratamento dos distúrbios mentais e nas formas de organização da vida em sociedade. Para isso, um dos caminhos é repensar uma representação cristalizada da psicologia que a separa do mundo do vivido, mundo social. “A segregação do psíquico e do social tornou-se uma instituição de nossa cultura. Ainda que independente de toda razão crítica, ela resiste a qualquer crítica. Aquele que se aventura a questioná-la se choca com a censura e, primeiramente, com a própria censura.” (MOSCOVICI, 2011b, p. 27).

No tema da segurança, a psicologia está sendo crescentemente demandada para intervir. Trata-se de um espaço com lugar central no desejo das pessoas, em consequência do aumento da insegurança nas diversas dimensões da vida. Ao realizar a intervenção os profissionais da psicologia vivenciam uma realidade contraditória de produção e reprodução de subjetividades. Uma intervenção consciente demanda uma aproximação e um vínculo permanente com a questão que relaciona a prática profissional com função a ser desempenhada pela Psicologia como campo de saber. Nesta forma de pensar, se faz necessário uma análise para identificar em que medida os profissionais da área estão “sendo formados para trabalhar na sujeição dos indivíduos a estratégias de exploração, sem perceberem que são também sujeitados por estas mesmas estratégias”. (BICALHO et al., 2012, p. 58).

Ao tratar de intervenções possíveis, Bicalho et al. (2012) sinalizam com dois conceitos centrais, advindos da análise institucional francesa. Esses conceitos são a autoanálise e a autogestão, que demandam organização de espaços para a fala (LOURAU, 2014). Com a centralidade desses dois conceitos, as pessoas em grupos poderão identificar, caracterizar e produzir saber, cabendo ao profissional de psicologia uma postura de horizontalidade na intervenção. Nesse tipo de posicionamento, cabe ao profissional da psicologia fazer uso de dispositivos que mobilizem grupos de pessoas para produzirem um saber e uma forma de gestão próprios.

A autoanálise e a autogestão apresentam-se como recurso para buscar a unidade da segregação entre a psicologia e o humano, entre o conhecimento científico, preestabelecido e o saber popular. Outro recurso para uma intervenção agregadora da psicologia é e com a recolocação de temas e de problemas que retomem as bases da psicologia e que se localizam na origem de todas as ciências, perguntado pelo sentido do ser humano: “Quem sou eu afinal?” (GUARESCHI, 2012, p. 13). A complexidade dessa pergunta explica, em parte, as dificuldades de abordar objetivamente essa questão e sua desvalorização na história da ciência moderna. No entanto, sua tematização é possível e necessária. Guareschi (2012) o faz, ao classificar o ser humano a partir de três cosmovisões: a liberal individualista, a totalitária coletivista e a social comunitária. Os confrontos e as complementaridades entre essas três cosmovisões – que compreendem o ser humano como indivíduo anterior e ou independente do social, como uma peça destituída de singularidade ou como relação – são ferramentas necessárias para descrever as situações e os problemas sociais associados com a justiça e com a segurança.

Uma das entrevistadas desta pesquisa, que é da área do direito, afirmou: “Meu sonho de consumo é que um dia as delegacias, num primeiro momento as que lidam com as questões de família (delegacia da mulher, delegacia da criança e adolescente), nós tínhamos que ter em nossos quadros o psicólogo e o assistente social.” (Transcrições⁴, p. 07). Dessa forma a psicologia – em especial a psicologia que supera dualismo mente e corpo e o reducionismo da mente desassociada do cérebro, do corpo e do contexto – passa a contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas de assistência social, de educação, de segurança, de justiça e de saúde. Assim, a segurança deve ser pensada e avaliada em sintonia com a caracterização de conhecimento como problema e não como certeza, que se afasta da relação vertical entre superior e inferior, certo e errado, aproximando saberes, relacionando contextos e diversas ciências, como o direito e a psicologia.

2.2 A construção de políticas públicas no Brasil

Após a localização conceitual, que abordou justiça, judiciário, psicologia e segurança, bem como as relações entre essas áreas, o segundo item deste capítulo será dedicado para o histórico das políticas públicas no Brasil. Mudanças e progressos nas áreas sociais, como

⁴ Por uma convenção metodológica, sugerida pelo orientador, as transcrições constituem um documento separado da tese, no qual as citações podem ser conferidas em seu contexto .

saúde, seguridade social e segurança, não ocorreram por acaso ou naturalmente. São resultados de objetivos e construções de longo prazo, com tentativas, conflitos, disputas, erros e acertos.

2.2.1 A segurança e as políticas públicas

Considerando a relação sequencial dos temas desenvolvidos até este ponto, que passou por uma localização conceitual associada com a base social e uma base formal e legal, passaremos a explicitar as relações entre segurança e políticas públicas. Tendo o cotidiano das pessoas como ponto de partida, o sistema de segurança é composto por um conjunto de variáveis que incluem os valores da cultura e do contexto existencial. Nesse sentido, a caracterização de segurança vai além dos limites, dos recursos e da forma de conhecimento que se apoia em um sujeito racional. Em sintonia com uma forma de definir justiça e judiciário, a segurança se efetiva por intermédio de intervenções vinculadas a políticas públicas.

Para viabilizar a segurança, faz-se necessário avaliar a intervenção, através de novas políticas públicas. Nessa nova compreensão de segurança, apoiada na Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/1988), diferentes formas de intervenção através de políticas públicas se apresentaram como uma necessidade e como um problema de pesquisa relevante para o conjunto das ciências sociais e, de modo especial, para o campo da Psicologia. Essa compreensão de segurança constituída sob a influência de diversos contextos, cuja caracterização depende da contribuição de distintas áreas do conhecimento, é relevante para a análise das intervenções, em especial das intervenções que partem do Estado através de políticas públicas. Dessa forma, a possibilidade de justiça e de segurança apresenta-se em sintonia com o acesso ao conjunto das políticas públicas, além da política de segurança pública. Após essas diferenciações, é possível e relevante afirmar que a efetivação da segurança com justiça depende de um sistema complexo, vinculado a diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a sociologia, a educação e o direito. A efetivação da segurança com justiça depende, também, da superação do desafio de suprir as necessidades essenciais das pessoas humanas, para que o cidadão tenha seus direitos fundamentais reconhecidos e respeitados.

Para viabilizar o aumento dos níveis de segurança a intervenção é necessária e um dos principais instrumentos para tanto são as políticas públicas. Sendo assim, é necessário

caracterizar o conceito de intervenção e, para isto, buscaremos abordar dois entendimentos possíveis: um orientado por uma ação unilateral, definido como uma relação entre *sujeito e objeto*; outro, por uma perspectiva de mediação, definido como uma relação entre *sujeito e sujeito*.

Para que uma intervenção seja caracterizada como mediação e não como ação unilateral, é necessário o reconhecimento do outro como sujeito. Nessa forma de compreender a intervenção, se inclui a psicologia social e, talvez mais apropriadamente um dos seus recortes, a psicologia social comunitária, que é constituída de recursos, de ferramentas para a análise dos limites e possibilidades das políticas públicas, visto que trata do ser humano como pessoa de relação e não apenas da pessoa como indivíduo. Na introdução ao livro *Enfoques conceptuales y técnicos em psicologia comunitária*, Guareschi (2008) destaca a importância do referencial relacional no estudo da comunidade, perspectiva em que a pessoa é considerada como "pessoa=relação", e não apenas como "indivíduo". Nesse sentido, destaca-se que a comunidade é constituída de relações com outras comunidades, sendo, desse modo, impossível avaliá-la fora do contexto das relações interpessoais, culturais e históricas. Em razão disso, as diretrizes da psicologia social comunitária contribuem para o entendimento das situações que exigem intervenção ou mediação do Estado, através do seu sistema de segurança. O referencial de conhecimento predefinido para uma intervenção cede espaço para um entendimento de intervenção que relaciona e aproxima saberes diversos. Nas palavras de Sarriera (2009, p. 19) temos a seguinte diretriz:

A legitimidade da intervenção se dá no contrato que se estabelece entre as duas partes. O encontro de dois saberes, o científico e o popular, entra em interação desde o primeiro momento da intervenção, qual seja a análise conjunta das necessidades e o estabelecimento conjunto (entre interventor e comunidade) das metas e dos objetivos da intervenção.

O conceito de intervenção está, dessa forma, subordinado ao reconhecimento mútuo entre as partes como sendo ambas portadoras legítimas de sentido. Em um contexto específico de intervenção do judiciário, é imprescindível o reconhecimento das partes que representam o conflito. Numa perspectiva ativa, as pessoas envolvidas na situação que precisa de intervenção podem assumir a posição de protagonistas no encaminhamento do conflito. Para tanto, faz-se necessário o fortalecimento de uma cultura que valorize a relação entre sujeitos, sem o domínio ou a exclusividade de um dos polos da relação. Assim, a superação da insegurança depende da ação dos injustiçados ou dos que se sentem injustiçados, tanto quanto da ação das estruturas e dos operadores das políticas públicas. Vale registrar uma frase de

Freire (1970), carregada de sentido e oportuna para elevar os níveis de segurança com justiça: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: Os homens se libertam em comunhão.” (p. 52).

O reconhecimento de diversos saberes pode ser entendido como dependente de questões anteriores, pois é necessário que a população tenha conhecimento e apropriação dos seus direitos fundamentais (individuais e coletivos) para que se torne viável sua inclusão nos serviços públicos de educação, saúde, assistência social, etc. Para melhor harmonização da convivência social, o conjunto dos seres humanos precisa ter acesso a políticas públicas capazes de assegurar-lhes as necessidades básicas, incluindo a documentação pessoal, a informação e a educação. Além disso, um ponto importante para melhoria dos níveis de segurança e que precisa de intervenção é a viabilização do acesso aos bens materiais, nos limites das regras e leis de segurança com justiça.

Também em relação a esse aspecto, Sarriera (2009) justifica a importância de vários saberes na orientação de uma intervenção:

A intervenção comunitária tem o pressuposto que existem vários ‘saberes’, desde aqueles mais acadêmicos ou científicos àqueles mais populares que as culturas perpetuam através de gerações. O conhecimento não é propriedade de ninguém, ele é construído constantemente e contrastada sua validade. A intervenção é uma escola de participação, saberes, experiências e mudanças. (p. 17).

A aproximação efetiva entre as estruturas do Estado com seu sistema de segurança, nas suas formalidades, e as necessidades do conjunto dos cidadãos depende, também, da resignificação dos referenciais para os procedimentos dos operadores do conjunto das políticas públicas da justiça. Nessa perspectiva, os referenciais da justiça restaurativa, com a efetivação da justiça por meio dos núcleos comunitários de justiça, apresentam-se como alternativa dessa aproximação entre o cidadão e o judiciário. Nesse aspecto, o conceito de justiça restaurativa é associado a uma nova abordagem para a questão da segurança, pautada em um referencial paradigmático que se apoia na humanização e pacificação das relações sociais envolvidas em um conflito. No tema da aproximação do judiciário com as situações que demandam intervenção, a justiça restaurativa é um referencial orientado pelo conceito de mediação, entendendo os cidadãos envolvidos na situação como sujeitos capazes de protagonizar um encaminhamento para o impasse que gera a insegurança e precisa ser resolvido. Nesse ponto, consideramos oportuno mencionar a caracterização da Justiça Restaurativa:

A Justiça Restaurativa emerge como uma esperança em meio ao crescimento do clima de insegurança que marca o mundo contemporâneo, diante dos altos índices de violência e criminalidade. Parece evidenciar-se a necessidade de aprimoramento do sistema de justiça, para que a sociedade e o Estado ofereçam não apenas uma resposta monolítica ao crime, mas disponham de um sistema multiportas, com outras respostas que pareçam adequadas diante da complexidade do fenômeno criminal. (SLAKMON; VITTO; PINTO, 2005, p. 13).

Pode afirmar-se que a procura pelos serviços da justiça, como política pública, por meio do judiciário, é decorrente de situações de insatisfação, de conflito, de desentendimento, de violência e de insegurança nas relações entre cidadãos individuais, entre cidadãos e instituições ou organizações, tanto públicas quanto privadas. Com base nesse entendimento, as políticas públicas de justiça e de segurança podem e devem buscar instrumentos contextualizados e eficazes para a interpretação e compreensão do conflito ou desentendimento, para que os operadores da justiça possam estar legitimados a emitir juízos, promover mediações e contribuir com a pacificação de relações.

2.2.2 Intervenções através de políticas públicas e a segurança

Em sintonia com os itens que apresentaram uma base teórica, localizando conceitualmente os referenciais da Psicologia, da Justiça e da Segurança, bem como a base social e legal para a política pública de segurança, neste item será estabelecido um comparativo histórico entre as políticas públicas de saúde, segurança e seguridade.

Das políticas públicas associadas com a segurança, a saúde tem o histórico mais amplo e abrangente. A política pública de saúde tem sua origem identificada em legislações como a Lei Nº 378, de 13/01/1937, quando o Ministério da Educação passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde:

Art. 1º O Ministério da Educação e Saúde Pública passa a denominar-se Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2º Compete ao Ministério da Educação e Saúde exercer, na esfera federal, a administração das atividades relativas:

- a) à educação escolar e à educação extraescolar;
- b) à saúde pública e à assistência médico-social.

A evolução legislativa tem um marco importante com a Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, que desdobrou o então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Ministério da Saúde e Ministério da Educação e Cultura.

Art. 1º É criado o Ministério da Saúde, ao qual ficarão afetos os problemas atinentes à saúde humana.

Parágrafo único. Fará parte do Ministério acima um Departamento de Administração, com Divisões de Pessoal, Material, Obras e Orçamento.

Art. 2º O Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se “Ministério da Educação e Cultura”.

A culminância legislativa está registrada na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que normatiza o Sistema Único de Saúde (SUS), previsto na Constituição de 1988:

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

Associado ao histórico legal está a participação da sociedade através das quinze Conferências Nacionais de Saúde (CNS). A primeira CNS, regulamentada pela Lei nº 378, de 13/01/1937, ocorreu em 1941; a décima quinta ocorreu em 2015.

A seguridade social brasileira passou por várias fases e começou com a instituição de aposentadorias para categorias específicas de trabalhadores: em 1888, com a regulamentação da aposentadoria para os empregados dos correios e, em 1933, com o Decreto nº 22.872, de 29 de junho de 1933, foi criado o Instituto de Aposentadoria dos Marítimos:

Art. 1º Fica criado, com a qualidade de pessoa jurídica e sede na Capital da República, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e destinado a conceder ao pessoal da marinha mercante nacional e classes anexas os benefícios de aposentadoria e pensões na forma instituída neste decreto.

A Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, unificou os institutos de aposentadorias e pensões existentes no Brasil:

Art. 1º. A previdência social, organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar.

A referida lei, de 1960, permitiu a manutenção de regimes próprios aos servidores públicos e excluiu dos benefícios os trabalhadores rurais e os empregados domésticos (Art. 3º).

O Ministério da Previdência e Assistência Social foi criado através da Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974, desmembrando o Ministério do Trabalho e Previdência Social. A Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, transformou o Ministério da Previdência Social (MPS) em Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, regulamentou a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Primeira Conferência Nacional de Assistência Social ocorreu em 1995, e a nona, em 2013. A participação da sociedade na construção da política pública de assistência social ocorreu sete anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em comparação com a política pública de saúde (primeira Conferência Nacional em 1941; décima quinta em 2015), a política pública de assistência social tem um debate que pode ser considerado intenso, pois realizou nove conferências, mas em um período histórico curto (18 anos) e recente.

O tema da segurança como política pública associa-se com a transferência da família real para o Brasil em 1808. Em 1822, com a independência do Brasil, foi criada a guarda nacional e, em 1831, a Guarda Real foi substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Voluntários (CRUZ, 2013). Por volta da década de 1920, a Organização Policial, chamada também de Forças Públicas, era identificada como uma instituição colaboradora das Forças Armadas. Em 1934, o Governo de Getúlio Vargas, com receio de ser contraposto, decidiu controlar as Forças Públicas, oficializando a Força Reserva de Primeira Linha do Exército, conforme determinação dos artigos 5 e 167 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Nesse período é registrada a primeira referência ao que hoje é reconhecido como instituição *Polícia Militar*. A Polícia Militar caracterizou-se, ainda, como força auxiliar, instituída para segurança interna e manutenção da ordem nos estados. Com o Golpe Militar de 1964, o Brasil passou por um novo e marcante período de restrição da liberdade, com censura e perseguição política aos que eram contra a ditadura militar. As polícias militares passaram a atender aos objetivos nacionais, passando a ser comandadas por oficiais do Exército, desempenhando a função de colaboradores da ditadura e priorizando a segurança nacional em detrimento da segurança pública. (CRUZ, 2013).

Com o fim da ditadura, a Constituição de 1988 redefiniu o conceito de segurança como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, gerando uma descentralização e destacando uma autonomia para os estados conduzirem a política de segurança (FREIRE, 2009). A reconstrução das ações de segurança pós CF/1988 será objeto do próximo ponto.

2.2.3 As políticas públicas no contexto da Constituição de 1988

Após um período de ditadura militar, que se estende de 1964 a 1985, o Brasil vivenciou um novo processo de redemocratização, em que se apresentou a possibilidade de devolver ao povo os direitos que haviam sido retirados deles durante o processo ditatorial.

O retorno dos brasileiros exilados pela ditadura, possibilitado pela Lei da Anistia (BRASIL, 1979), promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, e a eleição de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, simbolizavam o fim de mais de vinte anos de ditadura militar. Importante registrar que a eleição de Tancredo Neves se deu através de um colégio eleitoral, contrariando ao desejo de milhões de cidadãos que foram para as ruas em 1984 para reivindicar eleições diretas. A posse de Tancredo Neves não ocorreu, pois no dia 14 de março ele adoeceu, e no dia 21 abril sua morte foi anunciada. O cargo de presidente passou a ser ocupado por José Sarney, que exerceu a função até 15 de março de 1990, quando passou o cargo para Collor de Mello, um presidente eleito pelo voto direto. No dia 5 de outubro de 1988, um ano antes da eleição de Collor, foi promulgada a Constituição Federal, fruto de mobilizações sociais e que tinha como objetivo garantir os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais que haviam sido suspensos pelos governos no período da ditadura. Também conhecida como a Constituição Cidadã, trouxe o povo ao jogo político, possibilitando a participação dos cidadãos nas decisões dos órgãos de Estado, instituindo o *Estado Democrático de Direito*. Os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça estão formalizados como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social. Além de ser instituída como novo paradigma, a democracia participativa assegurou, entre seus princípios fundamentais, a redução das desigualdades, considerando a diversidade sexual, de raça, geração, e o combate a qualquer forma de discriminação.

Art. 1º Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - constituir uma sociedade livre, justa e solidária;

- II - garantir o desenvolvimento nacional;
 - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

No conteúdo formalizado, nos artigos citados, estão alguns dos motivos pelos quais a Constituição de 1988 é considerada como a mais democrática dentre todas as constituições brasileiras. Direito à segurança recebe o mesmo tratamento dado para os direitos como os direitos à moradia, ao lazer, à educação e ao trabalho. Dessa forma, evidencia-se a interdependência entre os direitos, de forma que um deles, a segurança, por exemplo, não se viabiliza sem a viabilização dos demais direitos. A relação de interdependência entre segurança, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados indica uma nova normatização que pode ser associada a uma nova forma de representar a segurança.

O entendimento que separava e desconsiderava várias dimensões da vida social, cultural e subjetiva, passa a ser orientado por uma forma de representação em que a justiça e a segurança pública se apresentam na instabilidade em que o *velho*, apoiado em regras universais advindas de uma certeza absoluta, se confronta com o *novo*, que concede sentido à diversidade e ao flexível, advindo de contextos específicos, de particularidades e de individualidades. A segurança pública passa a ser associada a múltiplos fatores, vinculados às diferentes formas de intervenção social por intermédio de políticas públicas. A subjetivação, com ênfase na dimensão de uma nova jurisdição comunitária, objetiva alargar e promover a autonomia dos sujeitos ao romper com a tradição assistencialista que engessa as comunidades em uma relação de dependência. Pode-se dizer, então, que nessa forma de representar a segurança e a justiça estão referenciais que buscam respostas ao tema da mudança e da diversidade, propondo novas representações. Ao mesmo tempo, pode ser dito que está se distanciando dos referenciais da formalidade e da estabilidade, que predominavam na história do Brasil, antes da Constituição de 1988.

2.3 Ações do Estado brasileiro, após a Constituição de 1988, para o acesso à justiça

A evolução das instituições do Estado pode ser compreendida na sua relação com determinadas convicções teóricas e científicas. A convicção do método das especializações ou

do separar para compreender e agir melhor pode ser associada com a criação de instituições específicas para tratar de problemas específicos. No tema da justiça, essa concepção está materializada com a criação do Ministério da Justiça (BRASIL, 1967). Na sequência trataremos das mudanças na forma de administrar a justiça, da reforma do judiciário e de duas formas de jurisdição.

2.3.1 A administração da justiça

Administrar a justiça é dar atenção e realizar ações que tratem de situações que se apresentam como injustas. São situações de conflito, de ameaças de violência, de violência consumada ou de todo tipo de injustiça, de percepção ou sentimento de injustiça. A administração da justiça apresenta-se, ao longo da história, como uma ação predominantemente do poder judiciário. Com a democratização da vida em sociedade aumentam os questionamentos sobre as formas de resolução de situações que se apresentam como injustas e, com eles, surgem os debates sobre as formas de administrar a justiça. A respeito disso, assim se manifesta Santos (1986, p. 27-28):

As reformas que visam a criação de alternativas constituem hoje uma das áreas de maior inovação na política judiciária. Elas visam criar, em paralelo à administração da justiça convencional, novos mecanismos de resolução de litígios cujos traços constitutivos têm grandes semelhanças com os originalmente estudados pela antropologia e pela sociologia do direito, ou seja, instituições leves, relativa ou totalmente desprofissionalizadas, por vezes impedindo mesmo a presença de advogados, de utilização barata se não mesmo gratuita, localizados de modo a maximizar o acesso aos seus serviços, operando por via expedita e pouco regulada, com vista a obtenção de solução mediadas entre as partes.

A busca por formas alternativas de administrar a justiça visam, principalmente, superar a demora e o autoritarismo que caracterizam o modo tradicional. Para superar o autoritarismo, os sujeitos participam ativamente para encaminhamento dos litígios nos quais estão envolvidos. Além disso, a administração da justiça será mais ágil com a diminuição de procedimentos formais e burocráticos e com a menor interferência de agentes externos ao contexto da situação que se apresenta como injusta.

A forma tradicional de administrar a justiça, no Brasil, está materializada no Ministério da Justiça, criado pelo Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967). Antes disso a justiça era administrada, através da Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891 (BRASIL, 1891), pois o Artigo 1º a vinculava ao Ministério da Justiça e de Negócios

Interiores. O Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), estabelece outra forma de organização da Administração Federal e, em seu artigo 35, define a nova relação de ministérios. O artigo 39 estabelece a competência de cada ministério, sendo que a função do Ministério da Justiça está assim especificada:

- I - Ordem jurídica, nacionalidade, cidadania, direitos políticos, garantias constitucionais.
- II - Segurança interna. Polícia Federal.
- III - Administração penitenciária.
- IV - Ministério Público.
- V - Documentação, publicação e arquivo dos atos oficiais.

A constituição de 1988 foi iluminada pelo paradigma do Estado Democrático de Direito. Esse paradigma pode ser associado a uma nova concepção da administração e dos administrados da justiça. Nessa concepção, os profissionais e a instituição não estão desassociados de uma visão de ser humano, de cidadania e de sociedade, de forma que as decisões proferidas são afetadas por essas variáveis. Outra consequência que parece estar afetando a administração da justiça é a desmistificação de neutralidade, na qual o juiz supostamente atua de forma neutra ou distante das partes envolvidas. Ao caracterizar o judiciário como instituição política, Santos (2013, p. 212) assim se expressa:

Uma tal concepção dos tribunais teve duas consequências muito importantes. Por um lado, colocou os juízes no centro do campo analítico. Os seus comportamentos, as decisões por eles proferidas e as motivações delas constantes, passaram a ser uma variável dependente cuja aplicação se procurou nas correlações com variáveis independentes, fossem elas de origem de classe, a formação profissional, a idade ou sobretudo a ideologia política e social dos juízes. A segunda consequência consistiu em desmentir por completo a ideia convencional da administração da justiça como uma função neutra protagonizada por um juiz apostado apenas em fazer justiça acima equidistante dos interesses das partes.

A Emenda Constitucional (EC) nº 45 de 8 de dezembro de 2004, Artigo 103, instituiu o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e a construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), vinculado ao judiciário (BRASIL, 2004). O SUSP decorre por iniciativa do Poder Executivo, com a participação da sociedade através da Primeira Conferência Nacional de Segurança (CONSEG), ocorrida em 2009 (Brasil, 2009). A trajetória do SUSP percorre um caminho iniciado no ano de 2006, transformando-se em Projeto de Lei 3734/12 e ainda em tramitação na Câmara Federal (Brasil, 2012). Entre suas características, está a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Paralelamente ao projeto de lei que instituiu o SUSP, a EC nº 45 de 8 de dezembro de 2004, que instituiu o CNJ,

possibilitou, também, a instituição da Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ). A SRJ, cuja contextualização e melhor caracterização serão apresentadas no próximo item, está organizada a partir dos seguintes temas: acesso à justiça; assuntos fundiários; combate à corrupção; direitos humanos; eficiência; modernização e transparência; formação e capacitação; infância e juventude; mulher; saúde e meio ambiente; e sistema carcerário.

2.3.2 Reforma do judiciário

A ampliação das demandas por direitos está associada ao exercício da democracia e da cidadania, ou seja, as motivações democráticas para o exercício da cidadania impulsionam a consciência da existência de direitos e sua efetivação é tida como condição de justiça. Os cidadãos sentem-se injustiçados quando os seus direitos não se materializam e recorrem ao judiciário e suas estruturas como caminho para a justiça. Consequentemente, provocam o aumento de demandas, que, por sua vez, contribui para a sobrecarga de processos e a demora em seus julgamentos. Simultaneamente à ampliação das demandas, o judiciário depara-se com a necessidade de dar conta de novas relações sociais dentro da complexidade do mundo contemporâneo, que possibilita comportamentos individuais e coletivos, plurais e diversos. Nessa complexa organização social, o paradigma binário certo/errado passa a conviver com novas formas de comportamento social que rompem padrões estabelecidos. Nesse contexto, o judiciário, que foi instituído como um terceiro autônomo, detentor do poder da verdade, num conflito caracterizado pelo binômio certo e errado, cuja tarefa seria dirimir o conflito entre duas partes, precisa ser ressignificado. Numa sociedade que não se limita a um comportamento simples, reduzido a um binômio, o judiciário apresenta-se distanciado das necessidades das relações sociais que se caracterizam pela pluralidade e pela complexidade. Esta é a avaliação de Spengler (2010, p. 25):

Essas crises podem ser traduzidas pela crescente distância entre a legislação e a realidade, na dificuldade de produção e aplicação dos programas estatais e na interpenetração entre as esferas pública e privada, o que impõe a necessidade de novas práticas administrativas, jurisdicionais, legislativas e políticas.

É nesse contexto de crise que surge a proposta de reforma do judiciário, que pode ser interpretada como o reconhecimento da necessidade de assimilar as mutações decorrentes de transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, em um mundo no qual o conceito de conhecimento assume caracterizações amplas e flexíveis. Nesse contexto com diversidade de sentidos, que reconhece a legitimidade de saberes, o conhecimento acadêmico

ou científico passa a dividir espaços com outros saberes. O movimento social que afeta o campo do direito apresenta-se com aspectos similares no conjunto das relações sociais.

Por essas razões, entre outras, em meados de 2007, foi instituída a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) do Ministério da Justiça como um sinalizador da necessidade de reorganizar a política pública da justiça.

A ampliação do Acesso à Justiça é fator determinante para a consolidação da ordem democrática e para o exercício da cidadania. O estabelecimento de uma ordem jurídica justa, fundada nos princípios de acessibilidade, eficiência e transparência, tem como fundamento a qualidade da prestação jurisdicional, motivo pelo qual se torna premente o desenvolvimento de políticas direcionadas a tornar o Sistema de Justiça mais moderno e democrático, por meio do aperfeiçoamento de suas instituições. (CAETANO, 2014, p. 10).

A reforma pode ser entendida como um passo para a democratização do judiciário, através da construção de ferramentas específicas para dialogar com a sociedade e, embora timidamente, estabelecer controle externo. A previsão de um sistema de controle externo para os poderes é legitimada pela teoria da separação dos poderes na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Em seu artigo 2º, o texto constitucional conjectura a existência de poderes do Estado, subordinados por mecanismos de controles recíprocos. Um passo importante, mas insuficiente na construção de tais mecanismos, por tratar-se de um órgão do próprio judiciário, foi a criação (como mencionamos anteriormente) do CNJ. Instituído em 31 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, surgiu com o objetivo de aperfeiçoar o serviço público na prestação de serviços da justiça.

A reforma do judiciário também avança no sistema de segurança na medida em que percebe os seus limites e amplia suas estruturas e sua forma de atuação, agregando profissionais da psicologia, da sociologia, da assistência social e da educação, possibilitando o diálogo com outras especialidades que promovem leituras e explicações dos contextos sociais com os quais o judiciário também opera. Nessa inclusão de outras especialidades agregam-se conhecimentos e saberes importantes, que inquietam e são relevantes para explicar a realidade social, na qual o judiciário deve operar para efetivar sua função.

Reforçando a análise sobre a necessidade de o judiciário estabelecer interfaces e dialogar com as diversas áreas do conhecimento, Cappelletti e Garth (2002, p. 8) afirmam:

Nenhum aspecto de nossos sistemas jurídicos modernos é imune à crítica. Cada vez mais se pergunta como, a que preço e em benefício de quem estes sistemas funcionam. Essa indagação fundamental que já produz inquietação em muitos advogados, juizes e juristas tona-se tanto mais perturbadora em razão de uma invasão, sem precedentes, dos

tradicionais domínios do Direito, por sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e psicólogos, entre outros. Não devemos, no entanto, resistir a nossos invasores; ao contrário, devemos respeitar seus enfoques e reagir a eles de forma criativa.

Os autores indicam a necessidade de transformações no judiciário, que historicamente foi estruturado em sintonia com o paradigma simples das especialidades (direito), das disciplinas compartimentadas e fechadas em si mesmas. Ao mesmo tempo reconhecem que a participação de novos profissionais, novas especialidades, novos enfoques, possibilitará a criatividade e, com ela, a possibilidade de transformação e novas formas de atuação do judiciário.

2.3.3 Jurisdição estatal e jurisdição comunitária na viabilização do acesso à justiça

A constituição de 1988 pode ser considerada um marco teórico e legal positivo, na relação da cidadania para com o conjunto das instituições. Denominada de Constituição Cidadã, por estabelecer mais novos direitos para o conjunto dos cidadãos e novas obrigações, deveres para o Estado. No aspecto teórico, o Estado deixou de ser absoluto, ou seja, deixou de ser dotado de poderes inquestionáveis, permitindo uma maior interação e participação da sociedade. Essa participação, através de diversos segmentos, possibilitou a evolução e regulamentação de novos direitos em vários setores, como da Saúde, da Assistência Social e da Educação.

Na área da saúde, a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece, em sintonia como a Constituição Federal de 1998, que a saúde é um direito fundamental do ser humano, bem como regula as ações e os serviços em todo o território nacional. Dessa lei, merece destaque, entre outros aspectos, o caráter abrangente e global da política de saúde. Ao tratar dos objetivos e das atribuições, o Capítulo I, inclui, entre outros aspectos, a vigilância sanitária e a vigilância epidemiológica, incluindo o controle sobre os bens de consumo. A Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, organiza a Assistência Social no Brasil. Dessa lei, merece destaque, entre outros aspectos, a primazia do direito à assistência sobre o aspecto econômico, estabelecendo um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Na área da educação, a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida do LDB, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, tornando-a um dever do Estado, sendo obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

A área da justiça caracteriza-se por peculiaridades que a diferenciam da Saúde, da Assistência e da Educação. Uma dessas peculiaridades está na centralidade e na exclusividade da administração formal da justiça pelo Estado. Tratar de jurisdição comunitária é tratar de um tema recente e que se apresenta, sob certos aspectos, como um *tabu*, ao possibilitar acesso ao que se localizava em uma dimensão distante e pouco acessível. Uma comparação das referidas áreas mostra que, dos profissionais envolvidos na execução dos diversos serviços e políticas públicas, os profissionais do judiciário são mais reconhecidos na dimensão financeira e no conjunto de sua carreira. Uma das explicações para essa maior valorização dos profissionais vinculados à política pública da justiça indica que essa situação se deve ao fato de o judiciário ser um poder autônomo. No entanto, ao ampliar os serviços de justiça através da Jurisdição Comunitária, regulamentando a figura do mediador e do conciliador, o “poder” da justiça inicia uma inclinação que se desloca do plano formal, abstrato, para o plano concreto, próximo da vida das pessoas. Isso implica, também, a quebra do monopólio de uma visão de justiça e de judiciário, promovendo a ampliação e a inclusão de profissionais com o “poder” de administrar e operar a política pública.

Outra resistência localiza-se na concepção de Estado e de sociedade. Algumas teorias apostam na centralidade e até exclusividade do Estado na execução de atividades estratégicas. Essa visão está associada também a outras áreas, como educação, assistência social e saúde. Repassar a execução ou parte desses serviços para a sociedade pode incluir a insegurança da inexistência de um responsável por eles. Em outras palavras, o que era de responsabilidade do Estado passa a ser obrigação da própria sociedade.

Para além das polêmicas vinculadas com a exclusividade estado/judiciário na execução de serviços estratégicos, o atual contexto legal e social apresenta inclinações para a aproximação de polos que se apresentavam distantes. Os “interventores” sociais das diversas políticas públicas, incluindo a segurança, estão sendo desafiados a operarem, não mais a partir de um sentido abstrato, lógico, formal, mas a partir da policontextualidade, a partir do “mundo da vida”. Nessa perspectiva, Meleu (2014, p. 20-21) afirma:

Experiências brasileiras, introduzidas por uma reforma do Poder Judiciário, promovida pelo Ministério da Justiça, vêm nos últimos anos, ganhando destaque pela ideologia da capacitação e promoção da pacificação social, com Reconhecimento de minorias antes não legitimadas.

Neste espaço designado para as minorias, que podem tornar-se maioria (MOSCOVICI, 2011), com participação ativa da comunidade, evidencia-se uma contraposição ao modelo

tradicional positivista, em que o poder decisório era de responsabilidade de uma autoridade externa dotada de poderes superiores (científicos).

O entendimento e a explicação da segurança e da justiça precisam considerar as disputas entre as representações, apoiadas, comprometidas com o velho, as representações comprometidas com o vazio, que não aceita mais o velho e as representações que apostam em novas formas de emancipação. Várias são as formas de utilização do conceito de segurança, das quais vale destacar as relações com a emancipação dos sujeitos e dos cidadãos. Entre os conceitos de emancipação podem ser destacadas a associação com autonomia, liberdade e independência. Identificamos emancipação com três caracterizações: a) uso da razão, a partir da modernidade; b) um método de educação; c) em *status* de renovação, reconstrução, construção e desejo de reconhecimento. Nas três versões inclui-se um entendimento sobre as formas de interpretar e entender o humano e seu comportamento.

Na versão moderna, a emancipação vincula-se à razão, como dispositivo de liberdade e de autonomia. A autonomia está diretamente vinculada à capacidade de autodeterminação, através do uso da razão. Para ser emancipado o sujeito precisa ser autônomo, ser o *senhor* dos próprios atos, não ser determinado por forças exteriores. Emancipar-se é assumir a liberdade, não sujeitar-se mais a outrem, seguir seu próprio caminho, desatar as amarras que o prendem e o impedem de ser livre. Emancipar-se é agir de modo autônomo e livre, fazendo uso da própria razão.

A viabilização da segurança e da justiça deve considerar a emancipação, respaldada no método de educação que motiva o protagonismo cidadão, na tomada de decisões. O cidadão emancipado é dotado de recursos para andar com suas próprias pernas, reconhecido por direitos e competências de criar e transformar processos e estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas, promovendo entendimentos e constituindo opiniões sobre as formas de inserção no mundo.

O objetivo deste capítulo foi mostrar como segurança relaciona-se com as definições de conhecimento, de justiça, de psicologia e de políticas públicas. Ao localizar conceitualmente esses temas ficou evidenciado que existem formas distintas para defini-los. A segurança foi definida e vinculada com formas de organizar a vida em sociedade. Os modos de vida, por sua vez, são amplos e em movimento. Em consequência disso, a busca por conhecimento permanece como uma ação em construção. Do mesmo modo, a definição de justiça permanece em movimento, sendo possível identificar uma dimensão formal, institucional do judiciário e uma dimensão vinculada ao mundo da vida. Por fim, tratamos,

neste primeiro capítulo, das relações entre os sujeitos e as políticas públicas de segurança, apresentando a Psicologia como ponto importante nessa relação. Para que as políticas públicas contribuam na emancipação dos sujeitos, se faz necessário definir o que é o ser humano e como ele se constitui sujeito. As políticas públicas, por sua vez, foram localizadas no histórico da sociedade brasileira, tendo como marcos importantes a Constituição Federal de 1988 e a reforma do judiciário.

No próximo capítulo trataremos do Pronasci como exemplo de uma política pública que movimenta o fluxo na relação entre minoria e maioria (MOSCOVICI, 2011 a) ao desestabilizar uma verdade estática de justiça, apontando sua localização em outros espaços com sustentação em novas referências.

3 O PRONASCI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

“As fronteiras da minha linguagem são as fronteiras do meu universo.” (Ludwig Wittgenstein)

As referências para segurança e para justiça parecem ter perdido a solidez. Em referência ao conceito utilizado por Bauman (2007), a vida está permeada pelo líquido em contraposição ao sólido. O questionamento, a crítica e desvalorização de referências sólidas no tema da segurança e da justiça se confrontam com um estado, que através de suas instituições, estava dotado do poder em estabelecer a segurança e a justiça. O estado sólido, absoluto e ditatorial, cedeu espaços para a democracia, para a liberdade dos cidadãos e, neste novo contexto, a fronteira entre segurança e liberdade ou democracia está mais difícil de ser localizada. Nessa forma de pensar, os ganhos em liberdade implicam em perdas para a segurança. Independentemente deste paradoxo entre liberdade e segurança, o Pronasci como política pública de segurança se apoia em referenciais que não tinham centralidade, mas passaram a tê-la. Esses referenciais são justiça, associada ao conceito de cidadania, e a comunidade em substituição ao Estado no conjunto de suas instituições.

No primeiro capítulo tratamos dos conceitos de segurança, de conhecimento, de justiça e de psicologia, nas relações com o histórico do conjunto das políticas públicas no Brasil. Neste capítulo, trataremos da segurança, tendo como referência a política pública do Pronasci, representada em quatro projetos, com abrangência nacional. O capítulo está dividido em três partes, sendo que a primeira parte, denominada de *bases conceituais do Pronasci*, inclui os temas justiça, segurança e comunidade, participação social nas políticas públicas e as relações com a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. A segunda parte, denominada de *os projetos do Pronasci*, trata da articulação institucional dos projetos, Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Polícia Comunitária. A terceira parte deste capítulo, denominada de *a abrangência do Pronasci*, trata das relações entre cidadania e justiça, da sustentabilidade econômica e da sustentabilidade política.

3.1 Bases conceituais do Pronasci

Pode-se dizer que o Pronasci se apoia no conceito de segurança caracterizado em sintonia com o paradigma⁵ da segurança cidadã (FREIRE, 2009), que é antecedido dentro de uma evolução histórica, tendo como marcos, a ditadura militar e a CF/88. A consolidação da democracia a partir dos múltiplos direitos formalizados na CF/1988 identifica o problema da segurança a partir de diversas causas. Essa forma de caracterizar a segurança apoia-se no conceito de cidadania em sintonia com um referencial teórico formalizado em uma nova legalidade. Na ditadura militar a segurança era definida unilateralmente e imposta pelo Estado, através do exército, sem direitos para os cidadãos. Com a constituição de 1988, houve uma progressão na caracterização da segurança com a normatização de novos direitos, assegurando a legalidade para o comportamento democrático. No entanto, a lei que caracteriza e normatiza a segurança de forma democrática não, necessariamente, a viabiliza no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, são necessárias políticas públicas com a potencialidade de intervenção no contexto de vida das pessoas para que os níveis de segurança melhorem e ampliem a justiça e a cidadania. É nessa forma de caracterizar segurança que se inclui o Pronasci, através dos seus projetos, com seu conceito de segurança com cidadania.

O Pronasci é uma política pública que se apoia na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 2008). Está vinculado à Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), criada em meados de 2007, em sintonia com a EC 45, de 8 de dezembro de 2004, e tem o objetivo de promover ações para o aperfeiçoamento do poder judiciário e para ampliar ações de segurança e de cidadania. Foi instituído pela Lei federal nº 11.530, de 24 outubro de 2007, alterada pela Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008. A efetivação dos projetos do Pronasci ocorreu a partir da cooperação entre os entes federados. Associado com a reforma do judiciário, através dos seus projetos, visa à ampliação da segurança tendo como foco a atuação dos próprios sujeitos sociais. Nessa perspectiva, apesar de estar ligado ao judiciário na sua origem, o Pronasci propõe, na sua efetivação, um distanciamento das amarras e das formalidades institucionais e uma aproximação com o cotidiano das situações de insegurança. O Pronasci apresenta novidades na concepção de segurança que podem ser sintetizadas na expressão *segurança com justiça, a partir da comunidade*, ao propor ações para a efetividade de direitos necessários para o exercício da cidadania. Sua formulação considera a necessidade de

⁵ O termo paradigma é usado aqui no sentido de referência central para o estabelecimento do sentido.

estabelecer relações entre diversas áreas do conhecimento, como assistência social, psicologia, direito e segurança, bem como aproximar conhecimentos formais com os contextos da vida.

Como base conceitual, o Pronasci inclui a criação dos denominados Territórios de Paz, que envolve um conjunto de projetos prioritários desenvolvidos por instituições conveniadas. Dessa forma, o Pronasci visa transformar territórios e áreas de violência e criminalidade em Territórios de Paz, com ações de repressão e prevenção, dentro da nova perspectiva de segurança cidadã, integrada aos três níveis federativos. A delimitação de áreas geográficas a serem abrangidas pelo Pronasci estabelece um foco territorial, no conjunto de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. (BRASIL, 2008). Nestas áreas devem atuar Agentes Comunitários e as Mulheres da Paz e Polícia Comunitária realizando ações que visem à pacificação territorial. No conjunto das ações estão incluídos projetos sociais para atendimento às populações, enfrentando a criminalidade e a violência nas suas raízes sociais e culturais e envolvendo a comunidade na prevenção. (LIMA et al. 2014).

Dessa forma, se evidencia a opção de caracterizar segurança em conexão e em sintonia com o modo de conhecimento que aposta no esclarecimento através da relação e não da separação. Além disso, evidencia a compreensão da política pública de segurança a partir de suas relações com as demais políticas públicas existentes.

3.1.1 Justiça, segurança e comunidade

Ao pensar a justiça é relevante esclarecer que a sua localização não a reduz ao judiciário. Isso é relevante, entre outras razões, devido ao fato de o judiciário apresentar-se como uma alternativa para quem se sente injustiçado e deseja a justiça. Ocorre que esses cidadãos que estão se sentindo injustiçados, desrespeitados nos seus direitos, nem sempre visualizam o judiciário como um meio eficaz para o atendimento das suas demandas. Sendo assim, esta cultura que reproduz uma identidade entre judiciário e justiça passa a ser questionada. Nesse questionamento, o descompasso é evidenciado e aponta, entre outros sentidos, a necessidade de ressignificar a justiça e o judiciário.

As mudanças na compreensão e organização do judiciário, que passa a atuar a partir de novos projetos e conviver com o conceito de jurisdição comunitária estão associadas, também, com alterações no entendimento de segurança, que passa a ser relacionada ao

cotidiano das pessoas. (MELEU, 2014). Essa forma de caracterizar a segurança está em sintonia com a definição de conhecimento que reconhece a necessidade de relacionar o todo e as partes como sendo distintas, mas dependentes e complementares. (MORIN, 2011).

Nesse sentido, entendendo a segurança associada com múltiplas causas, que relaciona o formal com o mundo da vida e várias áreas do conhecimento, o Pronasci está em sintonia com os propósitos da segurança cidadã. Essa forma de caracterizar a segurança aponta para a atuação não apenas do controle, mas também da prevenção, através de políticas públicas integradas ao contexto local. Para a criação e a consolidação de novos projetos e novas políticas públicas, se incluem as manifestações pessoais e sociais por mais segurança, associadas com os índices elevados de crimes. Os projetos constituem-se em novas políticas públicas, motivados pelas manifestações cidadãs, pelas estatísticas de crimes, amparados em leis específicas que lhe asseguram legalidade e se vinculam a uma nova concepção de conhecimento, de segurança e de justiça, que valorizam o protagonismo dos sujeitos individuais e coletivos. Seus objetivos são melhorar os índices de segurança com justiça, apresentando-se como uma possibilidade paralela e/ou complementar à justiça institucional do judiciário.

A ampliação da segurança e da justiça está associada às ações que resultem na ampliação das condições econômicas, sociais e políticas. Desse modo, as motivações dos projetos do Pronasci e sua eficácia na efetivação da segurança cidadã estão relacionadas com a capacidade e o envolvimento dos diferentes sujeitos sociais, a partir de seus contextos, das formas de significação de mundo, de segurança e de justiça, simultaneamente. Portanto, torna-se fundamental a análise da forma como esses sujeitos participam e significam a política pública de segurança. Considerando que a segurança deve ser analisada como um tema que ultrapassa as estatísticas objetivas e quantitativas – destacando aspectos associados com as subjetividades, vinculadas ao contexto de vida das pessoas –, passamos a tratar desta dimensão que se diferencia das formalidades e da institucionalidade de uma política pública. Para explicitar a participação das pessoas, a do seu local de vida, na constituição de uma política pública, em específico na política pública de segurança, trataremos dos seus constitutivos.

A definição do local, do município e da região do município para a execução se dá sob a influência de diversos fatores, entre os quais está a participação das pessoas, como sujeitos das estatísticas dos crimes registrados. Interessa a análise das estatísticas, visto que as decisões políticas se apoiam, também, nos dados registrados. No entanto, cabe observar que

não há estatísticas gerais de situações de violência; existem estatísticas de “crimes” e nem todas as situações de violência são classificadas e registradas como crime; e, além disso, nem todos são registrados. Nesse aspecto, outra observação relevante está vinculada com a relação entre os dados que compõem as estatísticas, as políticas públicas e as leis, pois nas estatísticas que são objetivas e quantitativas, não estão incluídos aspectos importantes associados com a subjetividade, como os sentimentos de insegurança, com a participação das pessoas e com o contexto.

Para o caso da segurança, um dos caminhos adotados com o objetivo de diminuir a violência é a elaboração de novas leis para a classificação de situações violentas. Um exemplo recente em nosso país foi a promulgação da lei que classifica as situações de violência doméstica ou familiar como crime, a partir da lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 (PENHA, 2006). Essa lei recebe o nome em homenagem Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher, brasileira, que lutou para que seu agressor viesse a ser condenado. Maria da Penha lutou por justiça, buscando pela condenação de seu ex-marido por sucessivas agressões e duas tentativas de homicídio. Não foi assassinada, mas ficou paraplégica devido a um tiro de espingarda disparado pelo economista e professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, seu ex-marido. Os relatos de agressão e maus-tratos repetidos à exaustão por Maria da Penha ainda são atuais e fazem parte, infelizmente, do cotidiano de mulheres no Brasil.

Outro fato de repercussão nacional que vincula a política pública de segurança à justiça, ao Pronasci e à lei Maria da Penha é o assassinato de uma *mulher da paz* em Passo Fundo-RS. A história de Sílvia Aparecida de Miranda, uma liderança comunitária e dos projetos do Pronasci executados, demonstra a complexidade a ser enfrentada para que haja evolução na superação da violência contra a mulher. (BANK, 2014)⁶. A exemplo desses dois fatos, existem muitas mulheres sendo vítimas de violência masculina, seja de seus maridos,

⁶ Ortelina, mãe da Sílvia, é uma personagem de destaque neste audiovisual (BANK, 2014) disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/video/2013/03/08/Brazil-short-documentary-contest-domestic-violence-Silvia>>. Trata-se do *Primeiro Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha*. O documentário relata o assassinato de Sílvia Aparecida de Miranda. O autor da morte foi o marido da filha da Sílvia, que é neto da Ortelina. A imagem e a voz de Ortelina aparecem aos 30 segundos do documentário, quando fala sobre a sua filha. Aos 2min10seg, ela apresenta uma informação simbólica do seu próprio histórico. Aos 2min39seg do audiovisual, Ortelina informa que o jovem que matou sua filha era violento, sua neta não reagia por medo. No entanto, sua filha Sílvia não aceitava a violência e formalizou denúncia por várias vezes. Aos 3min50seg Ortelina relata sobre como foi informada da morte da sua filha. Aos 5min10seg Ortelina lamenta a morte da filha. Aos 8min30seg, Ortelina apresenta novamente o próprio histórico, informando que denunciou o próprio marido por violência. Outras duas personagens destacadas no documentário são a delegada Cláudia Crusius e a filha da Sílvia, Franciele de Miranda, que é mulher do autor do assassinato.

companheiros ou namorados. A diferença está na existência de uma lei que pune quem agride sua mulher, companheira ou namorada.

A *Lei Maria da Penha* está associada ao aumento do número de registros de violência familiar ou doméstica. Antes dela as estatísticas registravam índices de violência doméstica inferiores. Em 2005 o número de homicídio de mulheres era de 3.884. Em 2013, passou para 4762. (WAISELFISZ, 2014). Isso não significa que as situações de violência eram menores, mas a hipótese mais provável é que as situações de violência não eram informadas e quando informadas não evidenciavam, para os operadores da lei, amparo legal para a classificação. Nessa forma de pensar, a segurança está associada com novas políticas públicas em que se incluem os projetos do Pronasci e com mudanças culturais dos sujeitos que podem apoiar-se em novas leis, em novos projetos para superar as situações indesejadas.

É dentro dessa compreensão que se explicita um aspecto central do Pronasci, ao caracterizar a segurança e a justiça vinculadas ao cotidiano de vida, ao protagonismo dos sujeitos sociais, em suas comunidades, e ultrapassando os limites do legal e do institucional.

3.1.2 A participação social nas políticas públicas

O Pronasci inclui uma mudança de referencial ao explicitar a mobilização de ações para impulsionar diversas novas práticas no campo da segurança e da justiça. Caracteriza-se por articular ações preventivas de segurança, buscando atingir as causas que levam à violência. Sua constituição inclui um conceito central de segurança com cidadania e aponta para uma visão global do problema da segurança. Para além do aspecto que aponta para a superação da fragmentação entre a repressão e a prevenção, é oportuno destacar que o Pronasci inclui os conceitos de justiça, conflito e violência, conjugando direitos fundamentais, como saúde, assistência social e educação.

A mobilização e a participação da sociedade e das pessoas na evolução das necessidades sociais são o caminho conceitual formalizado na constituição CF/88. A mobilização e a evolução do envolvimento social com os temas da saúde, educação e assistência social são proporcionais à ampliação da ação do Estado, através do conjunto de suas instituições, na viabilização de novas opções e oportunidades nas referidas áreas. O conceito de segurança incorporado pelo Pronasci é dependente do funcionamento adequado das políticas públicas da Saúde, da Assistência social e da Educação. O acesso universal a tais políticas públicas é necessário para ampliar a eficácia da política pública de segurança. Para assegurar o conjunto

dessas políticas, se faz necessário um processo decisório participativo e submetido ao controle dos sujeitos sociais. A condição atual dessas políticas é resultante de um conjunto de embates políticos e ideológicos, travados por diferentes atores sociais ao longo de anos. Decorrente de concepções diferenciadas, as políticas públicas são organizadas em forma de serviços e têm uma longa trajetória de formulações, conflitos e de lutas.

A reorganização do país em direção a um estado de direito desenvolveu-se lentamente e de maneira conflituosa. A trajetória da política pública da saúde, por exemplo, inclui quinze conferências. Dois anos antes da Constituição Cidadã (CF/1988) uma Conferência Nacional de Saúde (a VIII) foi um marco na formulação das propostas de mudança do setor saúde. No relatório final está registrado:

Em primeiro lugar ficou evidente que as modificações necessárias ao setor de saúde, transcendem os limites de uma reforma administrativa e financeira, exigindo uma reformulação mais profunda, ampliando o próprio conceito de saúde e sua correspondente ação institucional, revendo-se a legislação no que diz respeito a promoção, proteção e recuperação da saúde, constituindo-se no que se está convencionado chamar de reforma sanitária. (BRASIL, 1986, p. 02).

Nessa mesma conferência estão uma parte das bases e das diretrizes do atual modelo de gestão da política pública de saúde, normatizada na CF/88, regulamentada pela lei do SUS, promulgada em 1990. Nas modificações necessárias para assegurar a saúde está incluído, entre outros fatores, um conjunto de condições que abrangem assistência social e educação.

A Assistência Social alcançou o *status* de Política Pública com a Lei Orgânica da Assistência Social que regulamenta esse aspecto da CF/88 e estabelece normas e critérios para organização da assistência social. (BRASIL, 1993). Como já referimos no segundo ponto do primeiro capítulo do desenvolvimento desta tese, quando tratamos da construção das políticas públicas no Brasil, a assistência social passou por uma quantidade de debates acima das demais áreas, no período pós-CF/88. Nenhuma outra política pública teve um número de conferências, neste período de tempo, que se equiparam à assistência social.

A Política de Assistência ganha seus primeiros contornos como direito e não como favor após a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorreu em 1995, com ampla participação da sociedade. (BRASIL, 1995). A partir de 1996 é implantado o Benefício da Prestação Continuada (BPC) para idosos e portadores de deficiência, além do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) recomenda a criação de conselhos municipais mobilizando e promovendo debates junto aos gestores de assistência social acerca da necessidade da atualização das leis de criação dos

conselhos municipais. Essa recomendação é um passo importante para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do fortalecimento do controle social, no acompanhamento das legislações que normatizam a política de assistência social. No entanto, a política pública de assistência social não se efetiva de forma satisfatória sem um bom funcionamento dos serviços de educação.

Na política pública de educação o marco significativo é a Lei 9394 de 1996. Já nos referimos a ela ao tratar das ações do Estado para efetivar a justiça (Item 2.3.3). Baseada no princípio do direito universal à educação, a promulgação dessa lei trouxe avanços com relação à lei anterior, ao propiciar a organização de um sistema de educação nacional abrangente e universalizado, aumentando o tempo de permanência na escola, a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica e a inclusão da educação de adultos. Na pesquisa sobre o histórico do conjunto das políticas públicas, é relevante destacar que a política pública de educação teve poucas conferências nacionais. Nos registros localizados, a primeira ocorreu em 1941, em conjunto com a política pública de saúde. (BRASIL, 1941). Em 2010 ocorreu a Conferência Nacional de Educação – CONAE (BRASIL, 2010a) e a última CONAE, em 2014 (BRASIL, 2014).

A Constituição de 1988 institucionalizou a participação social em conselhos a serem compostos por representantes de diferentes setores da sociedade e do Estado. A realização de conferências passou a ser disseminada como mais uma forma de participação, que auxilia no mapeamento das demandas e na construção de consensos, em momentos que antecedem a formulação de políticas pelo poder Executivo. Dessa forma a participação social tornou-se um dos princípios nos processos de formulação de políticas públicas e de deliberação democrática, fomentando a participação dos diferentes atores políticos. A cultura de participação e de envolvimento da sociedade com a política pública de segurança apresenta-se em estágio inicial, se comparado com outras áreas. O Pronasci enquadra-se nesse histórico de participação ao apoiar-se na 1ª CONSEG.

3.1.3 O Pronasci e a 1ª CONSEG

O Pronasci é fruto de reflexões e discussões que aconteceram no Brasil nas últimas décadas. A primeira base legal e conceitual do Pronasci é a Constituição de Federal Brasileira de 1988, que se apresenta como base para um conjunto de políticas públicas no Brasil. O capítulo II da CF/88, quando trata dos direitos sociais, estabelece a legalidade dos direitos à

educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à previdência social, à proteção à maternidade, à assistência aos desamparados e à segurança. A política pública de segurança recebeu menos atenção, menos debate e menos participação social, se comparada com outras políticas públicas como saúde e assistência social. Um indicador dessa realidade está no histórico e no número de conferências, pois enquanto a política pública de saúde já realizou a décima quinta conferência em 2015, a política pública de assistência social realizou a nona conferência em 2013, a primeira e única conferência nacional de segurança pública foi realizada em 2009.

Outra base importante do Pronasci é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que pode ser definido como uma agência de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Está presente em 166 países do mundo, colaborando com governos, com a iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construírem uma vida mais digna. O PNUD incentiva a proteção dos direitos humanos e a igualdade de gênero e de raça. Desde 2000, o programa fomenta também o comprometimento e a discussão em prol do alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio, que estão focados na governança democrática, na redução da pobreza, na prevenção de crises, no desenvolvimento sustentável e no problema do HIV/Aids.

No campo de políticas sociais, o PNUD vem trabalhando com as áreas de saúde, educação, esportes, cultura, turismo e desenvolvimento social. Os projetos incluem temáticas e ações como: desenvolvimento de capacidades; aplicação e desenvolvimento de metodologias; sistemas de informação, de monitoramento e avaliação; formação e treinamento; desenvolvimento curricular, inovações pedagógicas e metodológicas; revisões de normas e regulamentos; construção de mecanismos de controle social e metodologias de construção de consenso; tecnologia e informação em saúde; epidemiologia; vigilância sanitária; políticas preventivas; humanização da gestão da saúde; saúde suplementar; combate ao HIV/AIDS; estudos e pesquisas; transferências de renda; desenvolvimento humano local; justiça econômica e mercados inclusivos.

Na área de segurança pública e justiça, a cooperação técnica oferecida pelo PNUD segue o conceito de segurança cidadã, que envolve a adoção de um enfoque integral no tratamento da segurança pública, de implementação de atividades multissetoriais para a prevenção e controle da criminalidade e da violência. Essa estratégia inclui a articulação de todas as instâncias do sistema de justiça: as forças policiais; as instituições judiciais e o sistema prisional. Incorpora ações em diversas áreas temáticas relacionadas aos fatores de

risco da violência e ambientes onde a violência pode ser gerada, além de agregar múltiplos atores para o trabalho conjunto. As áreas de foco do trabalho são: a elaboração de metodologias e iniciativas para a prevenção e controle da violência; a promoção do acesso à justiça; o fortalecimento institucional e o apoio à reformulação da política nacional de segurança pública, à reforma judicial e ao reforço do sistema prisional.

Em sintonia com vários aspectos do PNUD e com a CF/88, está a 1ª CONSEG (BRASIL, 2009b). Nessa conferência que ocorreu em 2009, dois anos após a instituição do Pronasci, foram reconstruídos, referendados e registrados os princípios e as diretrizes que auxiliam na legitimação deste projeto como política pública. No texto-base que orientou os debates preparatórios há uma análise da segurança pública no Brasil, a partir de sete eixos temáticos que podem ser sintetizados em: 1) gestão democrática, através do controle social e externo, integração e federalismo; 2) financiamento e gestão da política pública de segurança; 3) valorização profissional e otimização das condições de trabalho; 4) repressão qualificada da criminalidade; 5) prevenção social do crime e das violências e construção da cultura de paz; 6) diretrizes para o sistema penitenciário; 7) diretrizes para o sistema de prevenção e atendimentos emergenciais a acidentes. Esses eixos, apresentados como um conjunto de intenções, indicam uma concepção de segurança pública e foram referendados nessa conferência nacional e orientam o conjunto das ações e projetos do Pronasci. (BRASIL, 2009a).

Entre as ações para efetivar os princípios e diretrizes da 1ª CONSEG está a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP). Essa reestruturação deveria ser feita de maneira transparente, aberta e democrática. Para dar efetividade a esse compromisso, em 2010, o Ministério da Justiça, em parceria com o CONASP, publicou a sistematização das propostas colhidas através de audiências públicas e consultas livres. (BRASIL, 2010b). Essa publicação é composta por cinco itens que tratam de quatro temas específicos e um item com a síntese das propostas que não foram incluídas nos limites dos quatro temas propostos. Os cinco itens são: 1) missão, atribuições, regimento interno e normas de funcionamento do CONASP; 2) critérios para a escolha de membros e entidades; 3) relações institucionais com Conselhos Estaduais, Municipais, Distritais e Comunitários de Segurança Pública; 4) formas e mecanismos de monitoramento dos princípios e diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública; e 5) síntese das propostas recebidas fora do escopo temático. O conjunto das propostas é resultado de nove audiências públicas e cinco consultas livres realizadas durante o mês de março de 2010 nas cinco regiões do Brasil.

Foram realizadas 9 (nove) Audiências Públicas e 5 (cinco) Consultas Livres. As Audiências Públicas atenderam o critério da participação do CONASP e da representação tripartite (trabalhadores na área de segurança, entidades da sociedade civil e rede de movimentos sociais).

O CONASP, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, é constituído por 30 (trinta) membros titulares mais os seus respectivos suplentes eleitos dentre os representantes da sociedade civil, dos trabalhadores e gestores da área de segurança pública para um mandato de 02 (dois) anos, sem remuneração, os quais se reúnem, ordinariamente, a cada 02 (dois) meses, em Brasília, para discutir, propor e fiscalizar a política de segurança pública no Estado brasileiro.

Para finalizar esta primeira parte deste capítulo, é ilustrativo registrar a não realização da segunda Conferência Nacional de Segurança, bem como a não divulgação de um cronograma para sua realização. Retornaremos a este fato na terceira parte deste capítulo ao abordarmos a sustentabilidade econômica e a política do Pronasci. Passamos para a segunda parte deste capítulo que trata dos principais projetos vinculados ao Pronasci.

3.2 Os Projetos do Pronasci

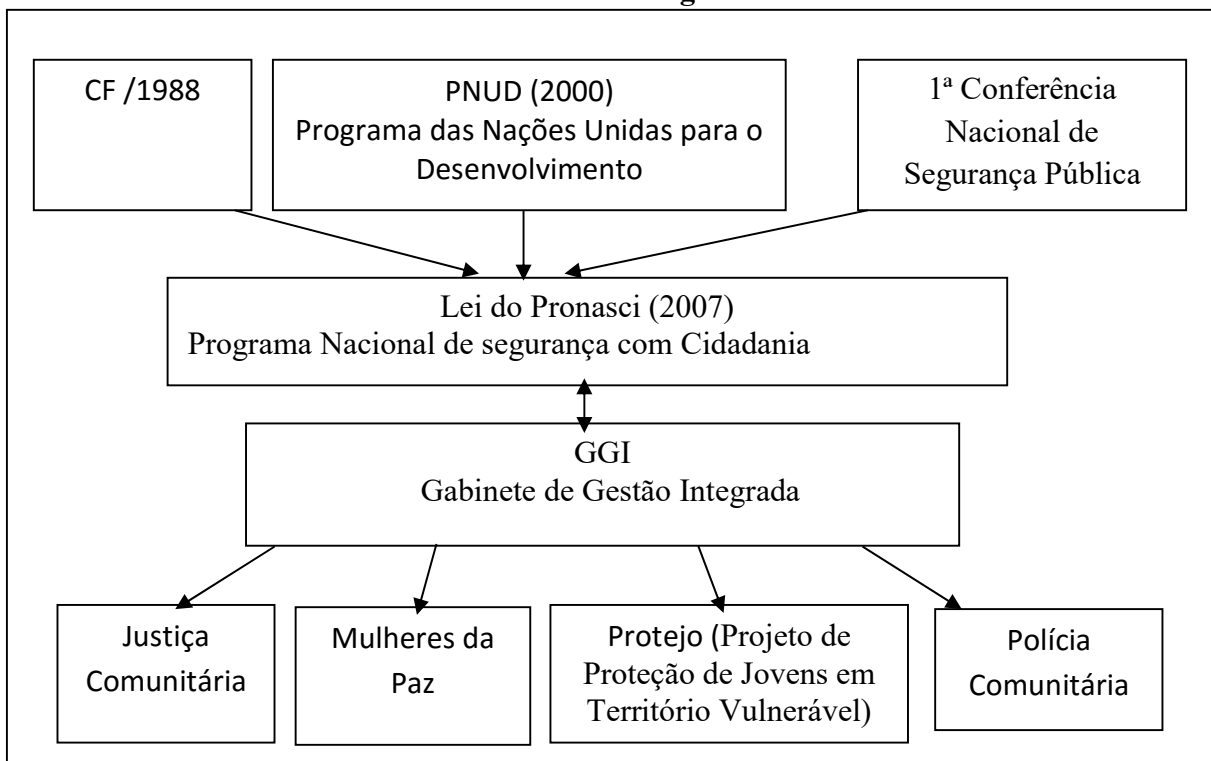
A promulgação da CF/88 não culminou, concomitantemente, com a construção de uma política de segurança pública democrática por parte do Estado. As ações de controle da ordem pública tornaram-se mais complexas com o estabelecimento da democracia e da cidadania, e a reorganização do aparelho estatal não resultou na imediata participação social na construção da política de segurança pública, necessária ao país. O Pronasci foi precedido, no ano 2000, pelo Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e no ano de 2007 pela lei que o constitui, começando a ser implementado vinte anos depois da promulgação da CF/88, em 2008.

Com o objetivo de articular ações de segurança pública com cidadania para a prevenção, o controle e a repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas, a lei que instituiu o Pronasci se encaixa no paradigma da segurança cidadã. Inclui, entre outras diretrizes, a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, o apoio ao desarmamento, o combate aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional e de orientação sexual. Destacam-se, ainda, como características centrais dos projetos do Pronasci, a valorização da diversidade cultural, dos profissionais de segurança pública, dos agentes penitenciários e da participação de jovens e adolescentes egressos do sistema prisional.

3.2.1 Articulação institucional dos projetos

O quadro a seguir apresenta o conjunto das instituições que podem auxiliar na compreensão das relações entre os projetos e as instituições que compõem o Pronasci.

Quadro 1: Visão geral do conjunto das instituições que compõem os projetos do Pronasci investigados



Fonte: O autor (2015).

Considerando que as relações com a CF/1988, o PNUD, a lei do Pronasci e a 1ª CONSEG já foram abordados em itens anteriores deste capítulo, passamos a descrever o GGI, que se constitui em canal de conexão entre todas as instituições de segurança pública das três esferas de governo que atuam nas esferas municipal, estadual e federal.

No ano de 2003, a União, por intermédio do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), passa a celebrar com os estados membros e o Distrito Federal, um protocolo de intenções, estabelecendo um sistema de interface com as secretarias de segurança pública estaduais, Departamento de Polícia Federal (DPF) e Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), buscando identificar os principais focos de criminalidade e violência, para propor soluções, com base no sistema único de segurança

pública (SUSP). O GGI constitui-se como estratégias de coordenação do SUSP, viabilizando a criação do gabinete de gestão integrada nos estados, composto pelos titulares dos órgãos do sistema de justiça criminal. No estado do Rio Grande do Sul, esse protocolo assinado com o governo federal possibilitou que fosse instituído, em 2007, o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública estadual (GGI-E).

A gestão da segurança pública deve ser orientada pelas metas e diretrizes estabelecidas pelo plano nacional e estadual de segurança pública. Para isso as ações implicam em articulação interinstitucional, planejamento sistêmico e situacional e reforma das polícias introduzindo mecanismos de gestão com foco na criminalidade segundo os estados e regiões. A justificativa para a implementação do GGI está na necessidade de interlocução dos planos nacional e estadual de segurança pública para promover um esforço conjunto das instituições na expansão do respeito às leis, aos direitos humanos e, conseqüentemente, na redução da criminalidade e da insegurança pública.

O GGI tem, entre suas funções, a identificação dos principais fatores que influem na criminalidade e na violência, a fim de propor ações preventivas, qualificando a gestão através do conhecimento das estratégias para a obtenção dos melhores resultados nas ações de segurança. Foi concebido no âmbito do SUSP, com o objetivo de ser um espaço de interlocução permanente entre as instituições do sistema de justiça criminal e os órgãos de segurança pública, para debater e propor ações de redução da violência e criminalidade. Trata-se de um fórum deliberativo e executivo, que atua em consenso e sem hierarquia, garantindo respeito à autonomia de cada um dos órgãos que o compõem.

Além de identificar as demandas prioritárias da comunidade, difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública e elaborar um planejamento estratégico das ações a serem executadas em âmbito local, o GGI auxilia na implementação das políticas vinculadas ao Plano Nacional de Segurança Pública e aos planos estaduais, distrital e municipais; estabelece uma rede de intercâmbio de informações, experiências e práticas de gestão e cria indicadores que possam medir a eficiência do sistema de segurança pública.

Dentre outras atividades e diretrizes, os GGIs devem:

- a) atuar para promover a integração entre os órgãos de segurança pública em âmbito federal, distrital, estadual e municipal, bem como os que operam políticas sociais que contribuem com a segurança pública em âmbito local;

- b) compartilhar as ações dos estados, Distrito Federal e municípios, definidas em função dos indicadores de violência e vulnerabilidade, priorizando as medidas de maior impacto para reversão dos indicadores;
- c) criar câmaras temáticas para analisar temas específicos, facultando a participação da sociedade civil organizada, que terão por objetivo encaminhar proposições para análise e deliberação do colegiado pleno;
- d) criar câmaras técnicas, compostas por profissionais da área de segurança pública indicados pelo Colegiado Pleno, para análise de temas específicos, programas de prevenção e repressão ao crime;
- e) propor estratégias e metodologias de monitoramento dos resultados de ações a eles relativas, com a participação de outras instituições, se necessário e conveniente, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Justiça;
- f) coordenar ações integradas entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais voltadas à prevenção repressão da violência e criminalidade;
- g) acompanhar a implementação dos projetos e políticas, fazendo uma avaliação quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos e indicando, se for o caso, mecanismos para revisão das políticas públicas adotadas;
- h) interagir com a sociedade civil, criando um fluxo que possibilite a articulação célere com os segmentos sociais e privados, empresas, organizações não governamentais, associações e entidades comunitárias organizadas e templos religiosos;
- i) fomentar encontros e fóruns periodicamente, objetivando a maior integração das ações de política de segurança pública e mediar os planejamentos operacional, tático e estratégico entre os órgãos que o compõe. (GGI-M, 2009).

O conjunto dos órgãos que compõe o GGI constitui-se e caracteriza-se por desempenhar funções específicas. No entanto, a segurança é a função comum para todos. A constituição de um novo órgão que agrega o conjunto de instituições já existentes tem o objetivo de fazer a integração sistêmica e multidisciplinar das ações de segurança. O envolvimento de atores municipais, estaduais, federais e representantes da sociedade civil em torno do tema segurança pública, possibilita ações de prevenção da criminalidade, com atuação nas razões socioeducativas, otimizando as políticas de segurança.

3.2.2 Justiça Comunitária, Mulheres da Paz e Protejo

A partir de 2008, foram destinados investimentos a fim de incentivar projetos de implantação de núcleos de justiça e mediação comunitária, em todas as regiões do país. Esses núcleos objetivam contribuir para a democratização do acesso à justiça, constituindo espaços de promoção de direitos e de aplicação da mediação de conflitos, inserindo a cultura do diálogo nas comunidades locais. Entre os critérios para a definição do local de implantação dos núcleos, está incluída a dificuldade de acesso à rede formal de justiça. No período de 2008 até 2011, houve a implementação do projeto *Justiça Comunitária* em 15 estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins e o Distrito Federal. (GUIDANI et al., 2012).

Os núcleos são compostos por agentes comunitários de mediação e por uma equipe multidisciplinar composta por um psicólogo, um assistente social e um advogado. Os cursos de capacitação para os mediadores (que são predominantemente mulheres) e para a mulheres da paz trabalham temas como violência familiar, mediação de conflitos, sexualidade, direitos, liderança comunitária, valorização da autoestima e autodesenvolvimento, os quais contribuem para a superação de modelos tradicionais de feminilidade e para a construção de uma nova subjetividade. Além das sessões de mediação, os núcleos devem oferecer atendimento psicológico, assistencial e jurídico aos membros da comunidade local envolvidos em conflitos.

Simultaneamente ao funcionamento dos núcleos de justiça comunitária foram instituídos, em várias cidades do Brasil, os projetos *Mulheres da Paz e Protejo*. (SILVEIRA et al., 2014). O *Projeto Mulheres da Paz* surgiu para fortalecer o combate à violência e contou com o apoio de 25 estados, o Distrito Federal e 173 municípios brasileiros. No total, mais de 11 mil mulheres participaram do programa. A seleção das mulheres obedeceu aos critérios de pertencer às redes de parentesco e redes sociais das (e dos) jovens que são foco do Pronasci; ter idade mínima de 18 anos; ter cursado, no mínimo, até a quarta série do ensino fundamental ou comprovar sua capacidade de leitura e escrita; e possuir renda familiar até dois salários-mínimos.

Na capacitação recebida pelas mulheres estão incluídos cursos sobre mediação de conflitos, técnicas de abordagem, cidadania, prevenção ao uso de drogas, adolescência e inclusão digital. O pressuposto do projeto é de que as mulheres cumpram com papéis de

liderança informal em comunidades carentes e também com a tarefa de garantir a coesão da família. Para participar do programa, ganharam uma ajuda de custo mensal de R\$ 190,00, para realizar ações no combate à violência contra as mulheres, atuando em comunidades definidas como Território da Paz.

O projeto Mulheres da Paz apoia-se no incentivo para o cuidado, para a agregação das famílias, papel social atribuído centralmente para a mulher. Essa cultura do cuidado é colocada a serviço das políticas de acesso à renda, de superação da pobreza e da vulnerabilidade. As iniciativas de enfrentamento da violência advinda de conflitos familiares e sociais e de falta de acesso a direitos apoiaram-se na ação das mulheres, que são mobilizadas e movimentam uma série de projetos em favor da paz e da cidadania. Trata-se de respaldar a concepção que valoriza a presença, a participação das mulheres em espaços públicos, desencadeando uma transformação pessoal, que se estende para a vida familiar e para o território em que vivem e atuam.

O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) objetiva a assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, para jovens adolescentes expostos a situações de violência doméstica ou social e que vivam nas ruas. Assim Silveira (2014, p. 123) avalia os projetos:

Os resultados mostraram como pontos fortes comuns dos projetos: empoderamento das mulheres participantes do Mulheres da Paz e informação dos jovens beneficiários dos dois projetos quanto aos direitos de cidadania, políticas sociais voltadas para a juventude e outros temas importantes para os jovens como: violência, uso de drogas, direitos humanos, segurança pública, qualificação profissional etc. Os principais problemas enfrentados na implementação dos projetos foram: orçamentos mal dimensionados e insuficientes, dificuldades de gestão do recurso de origem federal e das propostas dos projetos, falta de integração entre as políticas públicas, falta de lideranças institucionais engajadas e comprometidas com a execução dos projetos, falta de espaço físico adequado para a implementação das ações, violência da polícia e hostilidade de grupos criminosos.

O Protejo tem duração de um ano, prorrogável por mais um, cujo objetivo é a formação da cidadania dos jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais. Essas atividades visam ao resgate da autoestima e permitem a disseminação de uma cultura de paz.

3.2.3 Polícia Comunitária

A aproximação entre polícia e comunidade, visando à integração das políticas públicas, representa um aspecto central na concepção de segurança pública associada ao Pronasci. O atendimento de necessidades que não sendo resolvidas ou resolvidas de forma inadequada se

apresentam geradoras de conflitos e de insegurança depende do bom funcionamento dos serviços de assistência social, de educação e de saúde. Como representante da política pública da segurança, o policial comunitário cumpre a função de mediador para que as necessidades não gerem conflito e evoluam para situações de insegurança. Essa caracterização do perfil policial, no interior da concepção de segurança do Pronasci, se confronta com a cultura de segurança cristalizada no conjunto das instituições responsáveis por ela. Executar a política pública de segurança, tendo a figura do policial comunitário como referência, implica no comprometimento com uma nova cultura, apoiada na aproximação e integração de valores, de saberes e de serviços. No aspecto dos valores, se faz necessário superar a hierarquia de valores associados a questões econômicas, raciais ou de gênero, identificando e salientando o humano como fator de aproximação e de integração. No aspecto dos saberes, se faz necessário superar os preconceitos associados às suas diferentes formas, reconhecendo que não há uma que sabe mais e outra que sabe menos; há saberes diferentes. (FREIRE, 1970). No aspecto dos serviços, se faz necessário conceber o ser humano com uno, integral, com necessidades básicas que dependem do acesso, em sintonia com peculiaridades individuais, ao conjunto integrado dos serviços de assistência social, educação e saúde.

Durante séculos de funcionamento da polícia no Brasil, predominou e se cristalizou uma cultura de segurança subordinada a um sistema político e econômico repressivo e distante dos três aspectos mencionados no parágrafo anterior que se constituem em pilares para a cidadania e para a democracia. Os territórios foram demarcados, hierarquizados, valorados, sendo que o estado se ausentou e não disponibilizou serviços básicos para o exercício da cidadania, em grande parte deles. As culturas e a sociabilidade desses territórios foram classificadas e localizadas à margem da sociedade. A presença do estado a partir da figura policial, com identidade repressora, apresenta-se de forma conflituosa, entre outras razões, por simbolizar uma ameaça para as organizações que identificam a cultura do território. (JOVCHELOVITCH; HERÁNDES, 2013).

A polícia comunitária, de acordo com Figueiredo et al. (2013), pode apresentar-se como um exercício de aproximar territórios, visando à superação do descrédito nas instituições do estado, assumindo uma postura comprometida com as transformações sociais e jurídicas e representando um novo perfil da ação policial relacionada à dignidade humana.

O policiamento comunitário se nos revela como uma forma de produzir uma nova imagem do trabalho policial que valoriza a discricionariedade, responsabilidade e criatividade do policial em seu trabalho junto às coletividades locais. Pareceu-nos, também, um traço da especificidade brasileira da polícia comunitária um quadro de confronto entre o crime

organizado, as populações locais e a presença dos policiais, configurando possibilidades determinadas pelas opções políticas acerca do modo de policiar na sociedade brasileira. No horizonte das possibilidades do processo civilizatório da sociedade brasileira no século XXI, parece-nos plausível concluir que a polícia comunitária constitui um espaço de lutas pelo reconhecimento dos direitos dos cidadãos e cidadãs, assim como dos direitos de reconhecimento social dos membros das organizações de segurança. (FIGUEIREDO et al., 2013, p. 205).

A mudança conceitual em relação à atuação da polícia depende, também, da mudança cultural, institucional e econômica. Na mudança cultural deve prevalecer a orientação do comportamento de inconformidade com a violência física ou psicológica. Na mudança institucional devem prevalecer ações que priorizem as necessidades humanas e que a razão de ser das instituições seja a promoção do bom desenvolvimento humano. Na mudança do sistema econômico, a economia deve estar a serviço das pessoas e orientada para priorizar e atender as necessidades materiais básicas para todos os seres humanos.

3.3 A abrangência Pronasci

As ações do Pronasci começaram a ser implementadas em 2008. As bases legais estão vinculadas com a CF/1988, com a criação da Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ) em 2003 e com a lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008. (Pronasci, 2008). As bases políticas e sociais estão sintetizadas na 1ª CONSEG. As informações sobre o mapeamento dos registros e a abrangência dos projetos do Pronasci utilizados nesta reconstrução, são extraídas de quatro publicações vinculadas ao Ministério da Justiça, uma através da Secretaria de Reforma do Judiciário. As publicações apoiam-se em pesquisas realizadas entre os anos de 2008 e 2013.

3.3.1 Cidadania, justiça e segurança

A cidadania é uma das condições para a justiça, que, por sua vez, depende de novas ferramentas para complementar mecanismos tradicionais da justiça formal. Na agenda institucional do Estado brasileiro, estão sendo incluídos mecanismos de fortalecimento e articulação comunitária. O Programa Justiça Comunitária adota uma forma descentralizada de abrangência, estruturando-se a partir de núcleos instalados em diferentes comunidades, geralmente nos bairros periféricos das capitais dos estados nos quais está implementado.

Entre 2008 e 2010, foram investidos R\$ 14.761.444,264, por meio de convênios com organismos públicos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, que atuam no campo do acesso à justiça e dos direitos do cidadão, para a implantação e apoio a núcleos de Justiça Comunitária. (GUINDANI, 2012). O Distrito Federal, através do Núcleo de Ceilândia,

em 2001, e do Núcleo de Taguatinga, em 2002, protagonizou as primeiras experiências do Programa Justiça Comunitária. O histórico desses dois núcleos é confundido com o histórico do Programa no país. Foi uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal, a Defensoria Pública do Distrito Federal, a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB) e, à época, a Comissão de Direitos Humanos da OAB/DF, sob convênio firmado com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos da Presidência da República. (GUINDANI et al., 2012).

Uma das ações centrais para a viabilização da justiça no Pronasci é a capacitação de agentes comunitários para a mediação de conflitos. Em um período de quatro anos, de 2008 a 2012, foram capacitados 1.040 agentes de mediação comunitária. Após uma capacitação inicial, esses agentes contribuíram para mediação de mais de 18.500 mediações de conflito e para os atendimentos de 57.400, beneficiando cerca de 94.000 pessoas. Essas ações aconteceram em 64 núcleos de Justiça Comunitária, implementados em 14 estados e no Distrito Federal. (GUINDANI et al., 2012).

A partir de 2011, a seleção de instituições para Núcleos de Justiça Comunitária apresenta novos critérios que visam garantir maior integração das propostas com as localidades a receberem os núcleos. Por exemplo, passam a ser valorizados como critérios de classificação: a experiência anterior da instituição proponente com a mediação de conflitos ou com o projeto balcão de direitos; o diálogo com a comunidade local; bem como o funcionamento, na localidade contemplada, de Conselho Municipal ou Comunitário de Segurança e do Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

No histórico desse novo método de praticar a justiça em que os cidadãos envolvidos no conflito são auxiliados por mediadores capacitados e desafiados a protagonizar saídas, existem registros de práticas a serem destacadas. Por exemplo, em 1995, a organização Viva Rio criou o Projeto “Balcão de Direitos” nas regiões mais vulneráveis do Rio de Janeiro. Atualmente, há um grande número de experiências do Balcão de Direitos sendo desenvolvidas, em diferentes regiões do país, devido à política adotada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, inspirada na experiência do *Viva Rio*, que passou a financiar iniciativas nesta linha. O Projeto “Casas de Mediação Comunitária”, conduzido pelo Estado do Ceará, bem como os projetos de Justiça Comunitária e Itinerante, desenvolvidos pelos Tribunais de Justiça do Acre, do Amapá, do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal também estão entre os projetos pioneiros nesta área. (GUINDANI et al., 2012).

No Rio Grande do Sul, desde 1993, a ONG Themis tornou-se referência nacional com atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs). Após passarem por uma capacitação, o projeto prepara mulheres para se tornarem PLPs, que passam a atuar como agentes de cidadania e de direitos humanos em suas comunidades, multiplicando os conhecimentos adquiridos no curso. (GUINDANI et al., 2012). Em Passo Fundo-RS, as PLPs atuaram como agentes comunitárias de mediação, como mulheres da paz, e continuam atuando e interagindo com as estruturas formais do judiciário. Outra frente significativa que aproxima os conceitos de justiça e cidadania são os núcleos de prática social, psicológica e jurídica organizadas por instituição de ensino superior que capacitam profissionais na área da sociologia, do direito e da psicologia.

3.3.2 Sustentabilidade política e conceitual

Os fatos políticos da atualidade indicam uma diminuição dos investimentos em políticas sociais que davam sustentabilidade ao Pronasci. Predomina o discurso de um estado em crise e que precisa diminuir os *gastos*. Uma das hipóteses para a estagnação desses projetos, segundo Guindani et al. (2012), pode estar vinculada aos conflitos de interesse entre a manutenção ou alteração das estruturas institucionais, sociais e políticas.

Dentre os principais impactos verificados, destaca-se o processo de empoderamento de atores locais que se tornaram sujeitos críticos e participativos na construção de suas próprias comunidades e, principalmente, com capacidade de gerar emancipação social, isto é, a constante reavaliação do contexto e, se necessário, rompimento com as estruturas que lhes impeçam o aprofundamento no associativismo/organização social. (GUINDANI et al., 2012, p. 68).

No aspecto mais restrito evidenciam-se as posições identificadas com concepções positivistas e higienistas. Essas posições se aproximam da concepção de segurança predominante no período de 1964 a 1968, identificado com a ditadura militar. Esse paradigma praticou a retirada, da circulação social, indivíduos que não respeitam as regras de segurança. Entre os exemplos mais evidentes dessa visão está a iniciativa de redução da maioria penal.

No aspecto da sustentabilidade conceitual, é oportuno retomar o conceito de justiça, a partir de duas compreensões – *contratualista* e *focada em realizações* –, descritas no primeiro capítulo. São duas visões de justiça e de funcionamento institucional que se confrontam no Pronasci. Uma que separa e formaliza e outra que relaciona, aproxima e realça os problemas

advindos da vida cotidiana. O conjunto das compreensões conceituais e políticas, sintetizadas em dois modelos de justiça e de segurança, evidenciam a instabilidade, advindas de conflitos, disputas ideológicas e de comando institucional. Talvez seja apropriado e ilustrativo apresentar as razões que explicam a não concretização da 2ª Conferência Nacional de Segurança e não continuidade do conjunto de projetos do Pronasci. Uma das hipóteses pode estar vinculada ao potencial transformador nas relações de poder estabelecidas a partir de conceitos institucionais de segurança e de justiça.

3.3.3 Sustentabilidade econômica

Da mesma forma que os conceitos de justiça e de segurança, o conceito de economia é objeto de controvérsias, conflitos e disputas. Apoiamo-nos na compreensão feita por Amartya Sen (2012) que denuncia a falta de sintonia entre duas compreensões de economia:

A primeira das duas origens da economia relacionada à ética e à concepção de ética da política, indica assim, de fato, certas tarefas irreduzíveis da economia. Devo tratar em breve da questão do grau em que a economia moderna tem sido capaz de desempenhar a contento essas tarefas. Antes disso, porém, discorrerei sobre a outra origem da economia – relacionada à abordagem da “engenharia”. Esta abordagem caracteriza-se por ocupar-se de questões primordialmente logísticas em vez de fins supremos e questões como o que pode promover o “bem para o homem” ou como “devemos viver”. (SEN, 2012, p. 20).

As constantes crises políticas, advindas de disputa por comando institucional, escondem-se no argumento da crise econômica. Em nome da defesa de uma visão formal de economia, sua razão primeira, sua razão de ser – que é atender o bem do ser humano e seu bem viver – é preterida. Em sintonia com a visão formal da economia, o participante número 03 das entrevistas feitas para esta tese manifesta-se da seguinte forma:

Os limites acredito que eles sempre acabam batendo na questão financeira. Porque hoje poderíamos ter ainda esse programa funcionando. O que houve? Parou porque houve uma dimensão de recursos por parte do ministério da Justiça e alguns programas tiveram que ser cortados. Esse é o limite. Agora não vejo limites de um programa desses de excluir uma comunidade por questões de logística por exemplo. Ele não vai ter limites porque é um programa bom e se houver problemas vais ser com um ou dois elementos do programa que serão substituídos. (Transcrições, p. 12).

Os projetos do Pronasci são afetados por uma baixa institucionalidade, descontinuidade, ausência de trabalhos avaliativos e de sistematização das experiências existentes. Além disso, no processo de implantação passou por resistências por conta das mudanças provocadas por meio da atuação dos agentes comunitários, das mulheres da paz e da equipe técnica. Essas

resistências e hesitações foram ampliadas, segundo Guindani et al. (2012), com a não continuidade do investimento econômico do estado e da restrição das iniciativas voluntárias.

A gestão da política nacional do Justiça Comunitária, além de estar sustentada numa dimensão racional sistêmica, deveria estar orientada por princípios ético-políticos e, por isso, seria fundamental incorporar, nas condições objetivas das informações, o conhecimento e a captura das condições subjetivas do ambiente em que ocorrerá o debate e a demanda por um Núcleo de Justiça Comunitária. Torna-se decisivo decifrar as forças que condicionam os recursos, os discursos e os valores culturais veiculados, tanto pela mídia como nos espaços públicos; identificar “quais são os problemas da comunidade” e as estratégias tradicionais para a resolução dos mesmos. (GUINDANI et al., 2012, p. 81-82).

A comparação com as remunerações conferidas aos profissionais da justiça formal – magistrados, defensores e promotores públicos, etc. – verifica uma disparidade sintomática, que tende a reforçar o senso comum de que se constituiria uma justiça pobre para um público pobre. (GUINDANI et al., 2012). A não profissionalização das equipes e dos agentes comunitários, agregada à ausência de remunerações, foram elementos significativos que contribuíram à percepção de muitos dos atores envolvidos de que se estaria empreendendo uma justiça de segunda categoria, em relação ao sistema formal do poder judiciário.

O objetivo deste capítulo foi descrever o Pronasci como política pública de abrangência nacional. Incluímos nesta descrição as bases conceituais que estão apoiadas no conceito de segurança e de justiça formalizado na CF/88, que representa um marco na ampliação dos direitos dos cidadãos. Os mecanismos de participação popular com a institucionalização de conselhos, conferências, favorecem o contexto no qual ocorre a 1ª CONSEG e a institucionalização do Pronasci. A implementação do conjunto dos projetos do Pronasci, em especial dos projetos Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Polícia Comunitária, apresentam-se com exercício de integração das políticas públicas, exercício da cidadania e efetivação de direitos. Por fim, há que lamentar-se a falta de sustentabilidade conceitual, política e econômica para a continuidade dos projetos do Pronasci como uma política pública de segurança com abrangência nacional.

Após essa reconstrução do Pronasci como política pública nacional, no próximo capítulo reconstruiremos o histórico dos projetos do Pronasci realizados em Passo Fundo-RS.

4 O PRONASCI EM PASSO FUNDO-RS

“Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender.” (Paulo Freire)

Este capítulo trata dos projetos Pronasci executados em Passo Fundo-RS. O histórico do Pronasci em Passo Fundo é marcado pela criação do GGI-M, da assinatura do convênio entre município e o Ministério da Justiça, e aprovação da lei que institui a Secretaria Municipal de Segurança, em 2010. Trata-se, inicialmente, de quatro projetos, dos quais três têm execução nos anos de 2011 e 2012, e um, na sequência dos anteriores.

4.1 A gestão da política pública de segurança a partir do Pronasci em Passo Fundo-RS

Passo Fundo foi a primeira cidade considerada de porte médio e a segunda cidade no estado (RS) a ser beneficiada pelo Pronasci. Os índices estatísticos de violência contribuíram para a escolha do município de Passo Fundo. Além das estatísticas, a participação das pessoas, das lideranças, dos sujeitos individuais e institucionais contribuiu para essa escolha.

Em 2009, na cidade de Passo Fundo-RS, inicia-se a implantação de diversos projetos do Pronasci, GGI-M, Justiça Comunitária, Protejo (Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável), Mulheres da Paz, os quais podem ser entendidos como embriões de novas políticas públicas. Superadas as formalidades de assinatura do convênio entre município e União, em 2010, foi aprovada a lei que criou a Secretaria Municipal de Segurança. A partir de 2013, as ações do Pronasci passam a ser aglutinadas pelo projeto Territórios da Paz. Após ocorreu a escolha das instituições, através de licitação e assinatura de convênio com o município para o início da execução dos projetos. O primeiro projeto, executado no Bairro Záquia e no Bairro Valinhos, foi Justiça Comunitária. Na sequência e, por um período de forma paralela, foram executados os projetos Mulheres da Paz e Protejo. O quarto projeto, denominado de Polícia Comunitária, decorre do convênio assinado entre o Município e o Estado. O projeto Polícia Comunitária atua em três grandes regiões das cidades que passaram a ser denominadas de Territórios da Paz. O conjunto dos projetos tem, entre seus focos, a mediação dos conflitos de gênero, de geração e da falta de acesso ao conjunto das políticas sociais. Tem, também, o objetivo de promover a paz, mediar conflitos, contribuir para a promoção da harmonia comunitária e viabilizar segurança pública, atuando a partir de

raízes socioculturais, fortalecendo as redes sociais para a prevenção e o enfrentamento das violências que envolvem especialmente as mulheres, os jovens e os adolescentes.

4.1.1 A Secretaria Municipal de Segurança e a presença das três esferas do Estado

As experiências históricas e as referências predominantes sobre as funções do estado não são positivas. Ao contrário disso, de acordo com Bicalho (2015, p. 333), predominam:

As críticas efetuadas ao liberalismo do Estado de Bem-estar social, feitas por economistas, juristas, por intelectuais e ativistas de direitos aos acontecimentos do nazismo, do fascismo, do stalinismo, das ditaduras e totalitarismos estiveram enviesadas pela noção de que o Estado era um monstro frio e que seu crescimento como interventor social operava pela planificação de tudo, desembocando em regimes como os supracitados.

Os debates e as análises sobre as funções do Estado merecem atenção, pois a continuidade de políticas públicas, com as características do Pronasci, depende de sustentabilidade política e econômica. E essa sustentabilidade depende, por sua vez, da participação de instituições públicas com caráter social que estejam orientadas por diretrizes que não se submetam ao interesse do lucro financeiro.

O Estado Moderno definido como um conjunto de instituições construídas e por diversas técnicas de controle interage e interfere com maior ou menor abrangência, em sintonia com modelos de organização social. Esses modelos de organização se apresentam, de forma genérica, em sintonia com a democracia, com a ditadura, com o capitalismo e com o socialismo.

O funcionamento do Estado brasileiro apresentou-se, nos últimos sessenta anos, com caracterizações que se aproximam ou se distanciam de tais modelos. No início da década de 1960, com a gestão do Presidente João Goulart, a atuação do Estado foi marcada pelo exercício de atuação abrangente, com atenção para setores da sociedade distantes dos seus serviços. Com a ditadura militar de 1964, o Estado passa a apresentar-se com uma nova caracterização, na qual está incluído um maior poder de intervenção do Estado centralizado na esfera federal e, ao mesmo tempo, uma restrição no campo de atuação, de forma que parcelas da sociedade que estavam sendo beneficiadas pelo poder de participar e pelos acessos aos serviços estatais, deixaram de recebê-los. A legitimação para essa forma de atuação do Estado estava vinculada, entre outras razões, à necessidade de evitar a ameaça de implantação de um modelo socialista.

As mudanças do estado, iniciadas na década de 1980, apontaram uma abertura para uma maior participação da sociedade, em que o estado passa a apresentar-se com as características de neoliberalismo. Nessas características estão incluídas a retomada dos direitos civis e a abertura da economia para o mercado. Outro aspecto relevante de que a organização institucional do estado brasileiro assume nova caracterização após a CF/1988, está evidenciado na crescente participação da esfera municipal na gestão de aspectos centrais para a vida social. Entre esses aspectos destaca-se a educação, a saúde, a habitação, a assistência social e, mais recentemente, a segurança. A contrapartida inicial para uma maior atuação na segurança, da esfera federal, no âmbito de um município, pressupõe a criação e a atuação de um órgão estatal específico para fazer a gestão municipal. Esse órgão municipal máximo para fazer a gestão dos projetos do Pronasci no município de Passo Fundo é a Secretaria Municipal de Segurança Pública. Ela foi criada em outubro de 2010, através da Lei Complementar nº 262, com os seguintes objetivos:

- 1) Estimular e colaborar em ações com as demais instituições que atuam e que tenham atividades relacionadas com a segurança pública;
- 2) Desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção ao cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa da população;
- 3) Planejar, operacionalizar e executar ações voltadas para a segurança da comunidade, desenvolvendo projetos, com vistas a proporcionar melhores condições de controle, prevenção e ou enfrentamento da criminalidade;
- 4) Promover seminários, eventos, palestras e fóruns com a participação de segmentos representativos da sociedade organizada, objetivando despertar a conscientização da população sobre a necessidade da adoção de medidas de autoproteção, bem como sobre a compreensão acerca da responsabilidade de todos na busca de soluções para as questões de segurança da comunidade;
- 5) Contribuir com ações efetivas, dentro dos seus limites de competência, com vistas à redução e à contenção dos índices de criminalidade;
- 6) Atuar preventivamente, de forma a impedir a ocupação irregular das propriedades públicas municipais;
- 7) Articular e coordenar os organismos responsáveis pela Defesa Civil com vistas à prevenção e ao enfrentamento de calamidades públicas no âmbito do município;

- 8) Atuar nas atividades de segurança do trânsito, no âmbito do município, respeitados os limites de sua competência (Secretaria Municipal de Segurança; 2010).

A Secretaria Municipal de Segurança tem a tarefa de representar o Executivo municipal no GGI-M, cumprindo a função central na gestão das políticas de segurança no município. Nesta função, como descrito nos objetivos anteriormente apresentados, a Secretaria Municipal de Segurança deve estimular e colaborar com as demais instituições que atuam na segurança pública. A presença do Estado através de instituições de segurança e da justiça vinculadas à esfera estadual já se fazia presente através da Polícia Civil, da Brigada Militar, da Polícia Rodoviária Estadual, da SUSEPE e da Promotoria Estadual. A esfera federal fazia-se presente através da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Promotoria Federal. Ambas, esfera federal e estadual, passam a dialogar com a nova estrutura municipal. Cabe ao município, a partir da criação da Secretaria Municipal de Segurança, a função de integrar as ações do conjunto das instituições para a efetivação das políticas públicas de segurança no município.

O diálogo, a definição e o planejamento das atividades se dão em um espaço institucional gerenciado pela Secretaria Municipal de Segurança, que é o GGI-M. A função estratégica e inovadora na formulação, no planejamento e na execução das ações para aumentar os níveis de segurança, desempenhada pelo GGI-M, será o tema do próximo item.

4.1.2 GGI-M: um espaço de reformulação, formulação e planejamento

O GGI-M foi instituído no município de Passo Fundo, no ano de 2009, através do Decreto municipal Nº. 120/09, de 05 de outubro de 2009, como uma das primeiras ações para a execução dos projetos do Pronasci. Seu objetivo era de buscar o mútuo apoio dos órgãos responsáveis pela segurança, visando sintonia nas ações, visto que, em muitos casos, a falta de harmonia e a falta de conexão dificulta a concretização de objetivos que são comuns. Sua composição inclui doze instituições envolvidas com a segurança no município (GGI-M, 2009): 1) Executivo Municipal; 2) Secretaria do Gabinete do Prefeito; 3) Secretaria municipal de Segurança Pública; 4) Secretaria municipal de Cidadania e Assistência Social; 5) Ordem dos Advogados do Brasil; 6) Brigada Militar; 7) Polícia Civil; 8) Polícia Federal; 9) Polícia Rodoviária Estadual; 10) Polícia Rodoviária Federal; 11) Instituto Geral de Perícias; 12) superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Essas instituições que compõem o GGI-M têm a função de fazer a gestão do conjunto dos projetos do *Pronasci* e viabilizar a conexão de todos os órgãos de segurança pública das três esferas de governo que atuam no município. Cabe ainda acrescentar que o GGI-M se constitui em um espaço de gestão que possibilita o estabelecimento de ações com o envolvimento *conectado* do conjunto das instituições envolvidas com a segurança. O GGI-M relaciona-se com a gestão dos quatro projetos a serem descritos, Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Polícia Comunitária.

No ano de 2015 continua exercendo a função estratégica na gestão da segurança pública municipal (anexo atas das duas primeiras reuniões de 2015) com a função de formular e planejar ações de segurança em Passo Fundo. Nesse espaço de gestão, a segurança pública é formulada e planejada por meio de ações sociais. Trata-se de uma ação em sintonia com o modelo em que o Estado deixa de intervir apenas após o cometimento do delito e passa também a agir preventivamente. Os três eixos principais são gestão integrada, atuação em rede e a perspectiva sistêmica.

Nas competências do GGI-M incluem-se:

- Promoção e articulação conjunta de ações de prevenção da violência;
- Integração sinérgica e regular de cooperação das relações e ações dos múltiplos órgãos das diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal) no município;
- Articulação das metas de atuação dos diferentes órgãos de segurança pública no município, estabelecendo planejamentos especializados à prevenção da violência, visando à redução dos índices de criminalidade, através de discussões das ações estratégicas e/ou táticas no âmbito da segurança pública;
- Identificação das principais causas que influem na criminalidade e violência, a fim de propor conjuntamente soluções, objetivando a implementação de ações preventivas, bem como a modernização e qualificação da gestão do conhecimento;
- Otimização dos recursos disponíveis, monitoramento e avaliação dos programas implementados (GGI-M, 2009).

O funcionamento do GGI-M ocorre de forma colegiada nas deliberações de medidas e ações conjuntas a serem adotadas para combater a criminalidade e prevenir a violência. A formulação e o planejamento são enriquecidos com experiências práticas de um grupo plural e multidisciplinar com a participação de pessoas envolvidas e responsáveis pela gestão e execução do conjunto das políticas públicas existentes no município. A participação de representações das três esferas do Estado auxilia na alimentação de uma rede de informações

que contribui na eficácia das ações. Um exemplo ilustrativo é o diálogo entre um profissional que atua na polícia e uma profissional que atua na assistente social para averiguar um indício de violência infantil.

4.1.3 Sobre o diálogo das instituições entre si e com a sociedade

Políticas Públicas de Segurança com Cidadania pressupõem atuação conjunta de instituições na formulação e execução de atividades que assegurem acesso às condições necessárias para o exercício cidadão. O Estado, como instituição máxima, materializa-se em um conjunto de instituições envolvidas com o controle da sociedade, com a cobrança de impostos e a prestação de serviços, incluindo a segurança. Essas instituições desempenham funções específicas que precisam dialogar e, na medida do possível, atuar de forma harmônica para assegurar níveis satisfatórios de segurança. Na hierarquia estatal a instituição máxima na área da segurança é o Ministério da Justiça, que tem a função superior na organização e gestão. Sua relação com a sociedade se dá de forma abstrata, distante, através de outras instituições envolvidas com a justiça e com a segurança. A criação de uma nova instituição na esfera municipal deve cumprir, entre outras funções, o papel de integração e aproximação do estado, através de sua instituição máxima, Ministério da Justiça e a sociedade. Essa instituição é a Secretaria Municipal de Segurança, que agrega o GGI-M.

As demais instituições envolvidas com a segurança e com a justiça passam a ser desafiadas a dialogar mais entre si (Anexo 02) e a aproximar-se da sociedade. Isso pode ser visualizado por intermédio de ações públicas com a presença da Brigada Militar, da Polícia Civil e da Polícia Federal, do Judiciário e da Promotoria. (UPFTV, 2014a, 2014b)⁷.

Nessa nova forma de atuação, do conjunto das instituições envolvidas com a segurança e com a justiça estão incluídas ações que não faziam parte do modelo anterior. Entre outros exemplos que comprovam essa aproximação das instituições entre si e com a sociedade podem ser incluídas atividades feitas nas comunidades, com a participação da comunidade e dos profissionais que atuam nas diversas instituições responsáveis pela segurança, pela justiça, pela educação, pela saúde e pela assistência social. Trata-se de um

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9anSBue4mUM>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=SC15464Fvm0>>

exercício que visa a reaproximar o que foi separado para atender o método das especialidades, que consolidou uma forma de conhecimento e de gestão.

Trata-se de uma mudança complexa, lenta e contraditória, que exige uma mudança cultural e se apresenta em uma nova forma de atuação das instituições estatais, bem como uma maior atuação e responsabilização da sociedade. A instituição e o funcionamento de instâncias de diálogo entre as instituições são indicativos de novas referências para a política pública de segurança. Nesse indicativo estão incluídos maior protagonismo de estado na esfera municipal, a compreensão de segurança associada a multifatores, a necessidade de relação e integração entre diversas áreas e a constituição da segurança vinculada com a justiça situada e significada a partir da comunidade. O papel, a força e o poder da comunidade na constituição da justiça e da segurança são o objeto de análise do próximo ponto.

4.2 Justiça Comunitária

A flexibilização e o questionamento de pressupostos em relação à segurança e à justiça apresentam a perspectiva de novas bases e referências. A perspectiva do iluminismo em esclarecer e emancipar o homem a partir da razão, certa, sólida, segura e universal se desfez com o que está legitimado como crise da modernidade. Na análise dessa crise aparecem autores como Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Edgar Morin e Zygmunt Bauman. Quando uma base é descartada, um pressuposto é ignorado, outra base e outro pressuposto passam a ocupar o lugar do anterior, mesmo que a tese e o argumento sejam não ter pressuposto definido. É nesse espaço de construção e de ressignificação que aparece a figura da verdade advinda dos contextos específicos, das comunidades.

Neste segundo ponto do capítulo, trataremos das relações desses contextos específicos para a segurança e para a justiça, da construção de novas referências e da atuação dos mediadores.

4.2.1 Justiça e segurança a partir das comunidades

A aproximação de saberes está interligada com a participação e a cidadania na construção do seu próprio destino. No entanto, a falta de uma cultura de participação aliada a um crescente individualismo, apresenta-se como obstáculos para uma participação efetiva na

vida comunitária⁸. O conflito é inerente à condição humana, e sua carga positiva ou negativa não depende simplesmente da sua existência, mas da capacidade ou incapacidade de geri-lo de uma forma eficiente. Para além do distanciamento do diálogo comunitário, a sociedade atual passou a vivenciar novos conflitos, fruto das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. Os conflitos atingiram alto grau de complexidade, exigindo a efetiva compreensão da realidade social para sua adequada resolução.

Uma ação entre o município e o governo federal, em parceria com a IMED (Faculdade Meridional), viabilizou o projeto Justiça Comunitária. Trata-se de uma forma de pacificação de conflitos, visando à diminuição da violência. O projeto teve a atuação de uma equipe multidisciplinar com advogado, psicólogo, assistente social e dois estagiários de Direito, selecionados pela IMED, para o atendimento da população. Vale destacar que a execução da política pública em foco deu-se mediante o processo de sensibilização das lideranças dos bairros, seguida de seleção, capacitação e atuação dos agentes mediadores, das mulheres da paz e dos jovens em situação de vulnerabilidade social. Esses sujeitos, residentes nos bairros, junto às situações de conflito e de insegurança, apoiam-se em práticas de subjetivação, que podem ser consideradas diferentes das tradicionais ou padronizadas. Nessa forma de pensar, é compreensível que situações desafiantes ocorram. Aproximação entre os saberes da academia e da comunidade se deu a partir do que foi denominado de curso de capacitação de mediadores. Essa capacitação partiu da divulgação, inscrição e seleção de 30 lideranças comunitárias, 20 titulares e 10 suplentes, para atuarem como agentes de mediação comunitária. A seleção, juntamente com a entrega do espaço que serviu de sede para o Projeto e a capacitação de agentes facilitadores de mediação junto à comunidade, aproximou as associações de moradores dos bairros da cidade de Passo Fundo do Núcleo de Prática Jurídica da IMED (NUJUR), viabilizando palestras e mutirões nas sedes das respectivas associações. Além de divulgar e fomentar a prática de mediação entre os membros das associações, por intermédio da União das Associações de Moradores de Passo Fundo (UAMPAF), o curso de capacitação de agente de mediação proporcionou uma significativa participação social, com objetivos que dificilmente seriam atingidos caso fossem perseguidos individualmente e de maneira isolada.

A primeira etapa de capacitação dos mediadores foi realizada pelos professores da IMED, sob a coordenação do professor Dr. Mauro José Gaglietti⁹. A capacitação dos agentes

⁸ Disponível em: <<http://justicacomunitariapf.blogspot.com.br/>>

⁹ Professor Titular, desde 2011, do Mestrado em Direito da URI (Santo Ângelo). Ao mesmo tempo, é professor

de mediação comunitária e da equipe multidisciplinar do projeto teve sequência sob a coordenação do Ministério da Justiça e ocorreu em Passo Fundo, na Escola Guaracy Barroso Marinho, no Bairro José Alexandre Záchia, entre os dias 18 e 30 de julho de 2011. O horário da capacitação, durante a semana, foi das 18h às 23h e, aos sábados, nos turnos da manhã e tarde. O profissional responsável pela capacitação foi o psicólogo, assistente social e advogado argentino Juan Carlos Vezzulla¹⁰.

A mediação é um procedimento informal e não adversarial, no qual uma terceira pessoa, chamada de mediador, que não tem qualquer poder sobre as partes (não decide, nem sugere) facilita a comunicação entre elas e as ajuda a criar opções, de uma forma voluntária e informal, para chegar a um acordo consensual e mutuamente satisfatório. Assim, o mediador atua no sentido de ajudar as partes, estimular e facilitar a resolução do conflito, sem indicar a solução, para que estas sejam capazes de, por si próprias, chegarem a um acordo que proteja os seus reais interesses.

O agente de mediação é capacitado para facilitar a comunicação entre as pessoas envolvidas, fazendo questionamentos que as levem a refletir, a posicionar-se sobre os próprios problemas causados pelo conflito e a colocar-se no lugar do outro. A mediação é voluntária e sempre confidencial. Acontece na sede dos núcleos e nas residências, dependendo da situação. Os conflitos que poderão ser resolvidos pelos agentes de mediação com o acompanhamento da equipe multidisciplinar nos bairros envolvidos dizem respeito a problemas com a vizinhança (limite/barulho/animais), conflitos escolares (pais/professores/alunos/funcionários), conflitos de consumo (compra/venda/prestações).

Dessa forma, para ser viabilizada, a justiça comunitária depende de intervenções, a partir do contexto em que se apresentam as situações-problema. E essas intervenções são promovidas por pessoas, por profissionais, que se aproximam e consideram o conjunto das características das situações geradoras de insegurança e injustiça.

4.2.2 Construção de novas referências

As evidências de crises vivenciadas na sociedade contemporânea abrem espaços para a criatividade e construção de novas referências. A segurança é uma das áreas em que a crise

dos Cursos de Direito na URI (Santo Ângelo, RS) e na Faculdade João Paulo II (Passo Fundo, RS). Na FAI (Santa Catarina) é Professor nos Cursos de Direito e Gestão de Tecnologia da Informação.

¹⁰ Juan Carlos Vezzulla é Mestre e especialista na área de Mediação de Conflitos. Consultor em mediação da ONU e coautor do Sistema de Ensino à Distância para Conciliadores e Mediadores das Casas da Cidadania.

está evidenciada no cotidiano das pessoas. O Pronasci é uma política pública que atua nos municípios, a partir dos contextos de vida. Uma das suas ações centrais é a capacitação de lideranças comunitárias para atuar como mediadores de conflitos¹¹.

Pensar em referências para a segurança e para a justiça pressupõe reconhecer que as referências existentes estão fragilizadas, são líquidas ou inexistem. Dito em outras palavras: o velho não é mais defendido com convicção e o novo ainda não está consolidado. Essa compreensão ilustra as diversas situações do mundo contemporâneo e auxilia na compreensão do tema aqui analisado. Autores como Nietzsche e Foucault escreveram, na segunda metade do século XX, que as sólidas referências da modernidade que permitiam a clara distinção entre o certo e o errado poderiam, deveriam ser desfeitas. O indivíduo com sua razão humana antropocêntrica, superior, cede espaço para os defensores dos gatos, dos cachorros, dos pássaros, das águas e das árvores. A modernidade que se apresentava com valores sólidos começou a ser minada no século XX e no início deste século XXI, predominando o que Bauman caracteriza como líquido. Esse conflito entre o velho, que está sendo ressignificado, e o novo, que não está consolidado, típico de uma mudança de época, corrobora a elevação dos níveis de insegurança.

A demanda por mais segurança pressupõe a avaliação das formas de relacionamento do ser humano com as instituições e com as situações-problema apresentadas no contexto de vida. Nesse novo contexto, se impõe a construção de novas referências. O estado e suas instituições não se impõem como critério para orientar o comportamento das pessoas. Os sujeitos legisladores, que simbolizam essas instituições, cedem espaço para referências que estão situadas mais próximas do cotidiano de vida. O sujeito dotado de poderes superiores adquiridos através da razão formal e da ciência cede espaço para um conjunto de sujeitos que constroem conhecimentos a partir de situações-problema concretas, vivenciadas no contexto de intervenção. Dessa forma, os personagens responsáveis pelas intervenções em favor das melhorias nos índices de segurança atuam a partir de novas referências.

Os projetos do Pronasci executados em Passo Fundo possibilitaram a construção de novas referências, à medida que as figuras do policial, do advogado e do juiz foram substituídas pelo assistente social, educador, psicólogo. Associada com essas referências está uma nova forma de interpretação da justiça. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais com graduação acadêmica e as lideranças da comunidade, passa a apresentar-se como referências para tratar de situações de conflito geradoras de insegurança.

¹¹ Blog: <http://justicacomunitariapf.blogspot.com.br/>

Como definido no primeiro capítulo do desenvolvimento, quando se tratou sobre a relação com os modelos de conhecimento, o conceito de segurança utilizado nesta tese é amplo, envolvendo fatores materiais, de subsistência, bem como fatores morais – vinculados aos valores sociais e subjetivos –, que se situam na dimensão dos valores pessoais e dos sentimentos. Existem muitas formas de descrever a segurança, vinculadas a uma estratégia de governamentalidade neoliberal, conforme Bicalho et al. (2015). No entanto, independentemente do aspecto focado, predomina a compreensão da existência de altos níveis de medo e insegurança na sociedade do século XXI. Em outras palavras, a descrição da segurança se apoia na forma de organização da política, da economia e do estado.

Nessa forma de definir a segurança, novas referências foram construídas em Passo Fundo-RS, a partir da atuação de equipes multidisciplinares que atuaram na capacitação dos mediadores e das mulheres da paz.

4.2.3 Atuação dos mediadores

O Projeto *Justiça Comunitária* foi o primeiro projeto *Pronasci* realizado em Passo Fundo, com o objetivo de ser um serviço de mediação de conflitos. Foi desenvolvido por vinte agentes de mediação comunitária, pertencentes à área de abrangência limitada nos bairros Záchia e Valinhos. A escolha desses bairros atendeu o critério dos elevados índices de violência e da precariedade dos serviços públicos.

A implantação *Justiça Comunitária* foi acompanhada pelo *GGIM* e coordenada pela IMED (Faculdade Meridional), através de uma equipe multidisciplinar composta por estagiários, psicólogo, advogado, assistente social e coordenado por um cientista social. Essa equipe realizou a seleção de vinte (20) agentes de mediação comunitária, também denominados de mediadores comunitários e o acompanhamento nas mediações de conflitos, durante a execução do projeto.

O projeto teve um marco inicial com a seleção de vinte mediadores comunitários, através da sensibilização, mobilização e motivações nos bairros Záchia e Valinhos, onde o projeto foi executado. Entre os critérios para a seleção estavam a disponibilidade de participar da capacitação, de trabalhar no projeto e não ter vínculo partidário. Após a seleção, esses mediadores comunitários e a equipe multidisciplinar responsável pela coordenação do projeto passaram por uma capacitação que teve como foco a mediação comunitária. Essa capacitação

foi desenvolvida pela Secretaria de Reforma do Judiciário e Ministério da Justiça e ocorreu durante o mês de julho de 2011.

Uma marca significativa do projeto está na atuação dos mediadores comunitários a partir da constituição de dois *núcleos de justiça comunitária*, nos bairros contemplados. Esses núcleos deveriam ser usados como espaços privilegiados de atuação dos agentes de mediação e da equipe multidisciplinar na mediação de conflitos. Entre os objetivos do *Justiça Comunitária* em Passo Fundo podem ser apontados o envolvimento da comunidade e a valorização das pessoas que residem num território vulnerável, como são os bairros Záchia e Valinhos. Essa valorização deveria dar-se por meio de medidas de descentralização, com a presença mais frequente do estado, através de representantes do executivo, do legislativo e do judiciário. Essa presença deveria possibilitar o diálogo efetivo com os agentes políticos e as pessoas da comunidade.

O projeto *Justiça Comunitária* almejou a solução de conflitos envolvendo vizinhos, casais, adultos e jovens, incluindo as brigas e polêmicas que ocorrem junto ao ambiente escolar. Outro objetivo do projeto era contribuir para a democratização do acesso à justiça por meio da mobilização e capacitação de mediadores comunitários na gestão de conflitos. Os *agentes* deveriam cumprir o papel de potencializar a ação dos sujeitos que protagonizam conflitos, na solução e no encaminhamento desses conflitos.

4.3 O Pronasci e a atuação das mulheres, dos jovens e da polícia comunitária

Uma parte da insegurança presente na cultura brasileira e verificada em Passo Fundo-RS está situada na instabilidade provocada pelos movimentos que questionam a dominação masculina. O Pronasci está centrado na figura do mediador, da mulher e do jovem que passam a dividir espaços com o predomínio masculino. A cultura patriarcal comandada pelo homem cede espaços para o protagonismo e para o comando das mulheres e dos jovens. O contexto de liberdade, de diversidade, de inovação e de criatividade está associado ao que denominamos de estímulo ao protagonismo. O sentido do conceito de protagonismo pode vincular-se a algo positivo. No entanto, para efeitos desta descrição o sentido deve ultrapassar a visão dicotômica ente positivo e negativo. Pode-se afirmar que em um modelo patriarcal de sociedade o protagonismo está centrado no homem, macho e chefe de família. Esse modelo é confrontado com um dos eixos principais do Pronasci, que está focado nas mulheres e nos jovens.

Esta terceira parte do capítulo inicia relatando o histórico do projeto Mulheres da Paz e, na sequência, apresenta o histórico do Protejo para, no último ponto, tratar da Polícia Comunitária.

4.3.1 Mulheres da Paz

Passamos agora a tratar do segundo projeto, o *Mulheres da Paz*, que teve uma abrangência maior, se comparado com o projeto *Justiça Comunitária*. Essa amplitude pode ser averiguada pelo número de pessoas que atuaram e pelo número de pessoas abordadas pelo projeto. A realização do projeto *Mulheres da Paz* deu-se através da capacitação teórica e prática, objetivando a promoção social e pessoal de mulheres. A instituição selecionada para coordenar o projeto *Mulheres Da Paz* foi a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo, que após embate judicial foi considerada habilitada. O projeto FUTURATV (2013)¹² ofereceu vagas para 200 (duzentas) mulheres, sendo 50 (cinquenta) vagas para cada uma das quatro regiões da cidade de Passo Fundo. A *Região Um* foi constituída pelos bairros Záchia, Valinhos e Vera Cruz. A *Região Dois* pelos bairros Santa Marta e Integração. A *Região Três* pelos bairros Cruzeiro, São Luiz Gonzaga, Manoel Corralo e Entre Rios. A *Região Quatro* pelos bairros Victor Isler, Vila Annes e Bom Jesus. Esses bairros têm como características em comum a vulnerabilidade, os altos índices de violência e a ausência de serviços prestados pelo Estado.

O desenvolvimento do projeto teve, num dos marcos iniciais, a participação de mais de 314 mulheres inscritas para fazer parte desse projeto. Após atendimento dos requisitos exigidos, como idade mínima, disponibilidade de tempo, leitura e escrita, foram selecionadas 200 mulheres pela equipe multidisciplinar do projeto para atuar em Passo Fundo, a partir de seus bairros, durante um ano de trabalho. A etapa seguinte foi a realização de uma capacitação com 175 horas de formação que, somadas ao trabalho realizado, chegou a 483 horas de informação e conhecimento, a qual foi cumprida por 160 mulheres. No conteúdo das 175 horas de formação cidadã foram tratadas questões vinculadas à cidadania, aos direitos humanos, às formas de resolução de conflitos e ao acesso à justiça. A formação complementar deu-se a partir de encontros que serviram para analisar e encaminhar situações de violação de direitos humanos e privação de direitos constatados a partir de visitas domiciliares realizadas pelas mulheres da paz. A seleção das situações para análise nos encontros de estudo se deu a

¹² Audiovisual: <https://www.youtube.com/watch?v=BDN40YIkT4c>

partir das visitas feitas pelas mulheres e julgadas relevantes nos aspectos da resolução ou dificuldade de resolução, para que através da análise coletiva fosse sugerido o melhor encaminhamento para a situação impeditiva da cidadania.

O *Mulheres da Paz* constitui-se na capacitação de 200 mulheres líderes. (VITRINE, 2013)¹³ para atuar como propagadoras da paz social. A paz buscada pelas mulheres está associada com ações que auxiliam na viabilização de direitos e atendimento de necessidades básicas das pessoas injustiçadas socialmente. As *mulheres da paz* selecionadas receberam uma bolsa-auxílio no valor de R\$190,00 (cento e noventa reais), mensalmente, por 12 meses; participaram de um curso de formação cidadã sobre acesso à Justiça, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos; Lei Maria da Penha; Informática; Apoio Psicossocial Coletivo. Para fazer parte do projeto *Mulheres da Paz* foi exigida a disponibilidade de doze horas semanais para desenvolver atividades na comunidade de origem. Estas atividades deveriam ser acompanhadas por uma equipe multidisciplinar formada pela Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF). Essa equipe foi composta por assistente social, psicóloga, advogada e educadores sociais que as auxiliaram e apoiaram na formação continuada e nas atividades.

4.3.2 Protejo

Um terceiro projeto do Pronasci executado em Passo Fundo foi o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável (*Protejo*)¹⁴, que atuou por meio da identificação dos jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, buscando incluí-los através de práticas esportivas, culturais e educacionais, bem como formação sociojurídica realizada por meio de cursos de capacitação legal, com foco em Direitos Humanos, combate à violência e à criminalidade, e em atividades de emancipação e socialização, possibilitando a reinserção nas comunidades em que vivem. O *Protejo*¹⁵ constituiu-se por meio da identificação dos jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade e foi executado pela empresa Evidência, que, através de uma equipe multidisciplinar, envolveu jovens e adolescentes de 15 a 24 anos, egressos do sistema prisional, expostos à violência doméstica ou urbana ou em situação de rua.

¹³ Audiovisual: <https://www.youtube.com/watch?v=dj50dx4T4RQ>

¹⁴ Site Institucional: <<http://wp.clicrbs.com.br/passofundo/2011/11/04/lancamento-do-protejo-deve-auxiliar-na-reducao-da-violencia-em-passo-fundo/>>

¹⁵ Blog: <<http://protejopf.blogspot.com.br/>>

O projeto efetivou-se através da capacitação de duzentos jovens, em situação de vulnerabilidade por meio de cursos, com foco em direitos humanos, combate à violência e à criminalidade, e em atividades de emancipação e socialização, possibilitando a reinserção nas comunidades em que vivem. Os duzentos jovens que integraram o projeto foram selecionados por critérios de vulnerabilidade social. Na escolha dos jovens deveriam ser priorizados os jovens desassistidos de quaisquer políticas públicas, com um histórico criminal ou infracional, jovens que passaram pela delegacia, mas não responderam a processo, jovens condenados a penas alternativas e jovens egressos do sistema penal e sistema socioeducativo.

Fez parte do projeto *Protejo* o fornecimento de bolsa-auxílio no valor de R\$100,00 (cem reais) por mês, camiseta, boné, lanche, vale-transporte, mochila e o material necessário para a capacitação. A carga horária de capacitação foi de 800 horas, que se estendeu por 12 meses e foi dividida em dois ciclos: o primeiro de 440 horas de formação básica e o segundo de 360 horas de formação em atuação.

O primeiro ciclo, desenvolvido durante seis meses, tratou de temas como formação cidadã, adaptação, atividades psicossociais, construção do percurso social formativo individualizado, violências, autoestima e estética, corpo e sexualidade, família e paternidade responsável, meio ambiente, mitos, direitos humanos (abordagem de gênero, raça, sexualidade e juventude), classes sociais, mídia, estado e sociedade, cidadania (formação sociojurídica), protagonismo juvenil, segurança pública e sistema prisional, drogas e redução de danos.

O segundo ciclo foi desenvolvido nos seis meses subsequentes ao primeiro e teve carga horária total de 360 horas. Desse total, 200 horas foram aplicadas no desenvolvimento de projetos locais, prática cidadã e acompanhamento; 100 horas em curso de informática avançada; e 60 horas em atividades práticas diversas.

4.3.3 Polícia Comunitária e os Territórios da Paz

O quarto projeto executado em Passo Fundo é *Polícia Comunitária*. Trata-se de um conjunto de ações para a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da inclusão social, para a redução da criminalidade e da violência na comunidade. A Polícia Comunitária deve atuar em parceria com as lideranças comunitárias, polícia civil, guarda municipal, secretaria de segurança pública e representantes do conjunto das políticas públicas existentes no município.

Faz parte dos objetivos do Pronasci o enfrentamento da criminalidade, da violência, da insegurança e da sensação de insegurança, aproximando as políticas de segurança com ações sociais. Aliado ao conceito de aproximação entre repressão e prevenção, teoria e prática, estado e sociedade, o programa visa à articulação entre município, estado e federação. A viabilização dos objetivos se dará através da intervenção em comunidades populares, aproximando o governo e a população e visando à cidadania e à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Para isso é necessária a união de conhecimentos profissionais e populares. Essa abertura para novas formas de conhecimento interdisciplinar tem o objetivo de auxiliar no processo de intervenção psicossocial, permitindo uma compreensão e um diálogo mais amplo, que pode resultar em práticas mais eficazes.

A polícia comunitária apresenta-se como agente importante para a constituição dos Territórios da Paz, que se constituem a partir dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública e se apresentam como espaços de discussões sobre as questões referentes à segurança pública. As lideranças comunitárias de cada bairro devem ser capacitadas para participar dos debates e das ações de segurança pública e mediação de conflitos, representando moradores em suas principais demandas e necessidades. O objetivo é atingir jovens em situação de risco para informá-los de seus direitos de cidadania, através da sensibilização e capacitação por meio de ações educativas e culturais. Outro objetivo é fazer com que o jovem seja reconhecido na sociedade, largando o crime e tornando-se um multiplicador de cidadania. Inclui-se nas ações do projeto Territórios da Paz, a *vigilância* para que a Lei Maria da Penha seja respeitada. Essa vigilância deve dar-se com a presença da polícia e com a constituição de espaços para servir como local de combate à impunidade, dar abrigo para as vítimas e promover a cultura de paz.

Em Passo Fundo¹⁶, o projeto *Território de Paz* abrange os bairros Záchia e Integração, foi inaugurado pelo governador Tarso Genro, em novembro de 2011, e atinge cerca de 20 mil moradores. No projeto de Passo Fundo está sendo aplicado um modelo de policiamento comunitário, em que os policiais residem nos bairros onde trabalham. Através de uma parceria com o Estado, a Prefeitura de Passo Fundo é a responsável pelo pagamento do aluguel das casas dos policiais militares. Cada um dos policiais deve receber auxílio-moradia para estabelecer-se nos bairros e, assim, ter mais facilidade na identificação e no encaminhamento dos problemas localizados.

¹⁶ Site Institucional: http://www.rs.gov.br/conteudo/114664/governo-instala-dois-territorios-da-paz-em-passo-fundo/termosbusca=*

O conjunto das ações tem o objetivo de combater e reduzir os números de violência e de criminalidade, além de oferecer projetos sociais à população¹⁷ que se encontra em situação de vulnerabilidade. Uma oportunidade, entre as ações, está focada nos empreendedores de comunidades com a disponibilização de crédito para o investimento no seu pequeno negócio. No ano de 2013 foram assinados seis contratos nas duas regiões que fazem parte dos *Territórios da Paz*, totalizando R\$ 41,6 mil em crédito disponibilizado (O NACIONAL, 2013e). Essa ação do projeto é coordenada pela Secretaria Estadual da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sesampe), em parceria com o Banrisul e as instituições de microcrédito credenciadas. Espera-se, com essas ações, a diminuição dos problemas de violência associados com a drogadição, com o tráfico e com pequenos delitos nos locais abrangidos com o projeto do *Território da Paz*.

Os *Territórios da Paz* visam disponibilizar *ferramentas* para saciar necessidades, desenvolvendo a capacidade autônoma para transformar situações. O alcance das ações desenvolvidas está associado com a percepção de outras possibilidades de orientar a ação dos indivíduos e das organizações, através do contato com a rede de serviços e com outros princípios de vida em sociedade. Esses sujeitos, residentes nos bairros, junto às situações de conflito e de insegurança, passam a ter apoio em práticas de subjetivação, que podem ser consideradas diferentes da tradicional ou padronizadas. A efetividade do projeto *Territórios da Paz* está vinculada, também, a uma mudança cultural, no aspecto da cidadania, dos conflitos e da justiça. O protagonismo de ações realizadas por mulheres, em comunidades onde ocorre o ciclo da violência doméstica, pode contribuir para que as vítimas restaurem relações humanas. Ao refletirem sobre as causas da violência e ao se apropriarem dos seus direitos, os cidadãos podem tornar-se mediadores de conflitos e protagonistas de uma cultura de direitos humanos. A ação dos cidadãos que passam pelos projetos constitutivos do *Territórios da Paz*, individualmente ou em grupo, continuam gerando novas ações e novos projetos que visam à promoção da segurança. Entre as ações, pode ser citado, como exemplo, o *Ônibus Lilás*.

O ônibus está equipado com duas salas de atendimento individualizadas e contou com a atuação dos profissionais da Secretaria de Cidadania e Assistência Social do Município de Passo Fundo, como assistentes sociais, psicólogos, advogados e também com agentes da Secretaria Municipal de Saúde (O NACIONAL, Jornal 2013f). Essa ação é consequência da

¹⁷ Site Institucional: <http://wp.clicrbs.com.br/passofundo/2011/12/24/bairro-zacchia-recebe-evento-social-do-projeto-territorio-da-paz/>

cooperação entre a Prefeitura e o Governo do Estado. Trata-se de uma unidade móvel que tem como objetivo desenvolver ações em benefício das mulheres vítimas de violência. A atuação do *Ônibus Lilás* faz parte do programa *Mulher, Viver Sem Violência*, do governo federal, e permaneceu em Passo Fundo de 09 a 26 de dezembro de 2013.

Dessa forma a segurança não está vinculada e limitada apenas com a polícia. A segurança passa a ser compreendida como oportunidade para que o ser humano, independente de condição social, econômica ou de gênero, exerça livremente a cidadania. Nessa nova compreensão está incluída uma forma de atuação da polícia que agirá a partir do contexto de vida do cidadão. O policiamento comunitário pode apresentar-se como um exercício para melhorar o relacionamento entre a polícia e a sociedade. A adoção desse tipo de policiamento exige mudança na cultura policial, requer alteração na estrutura de poder na tomada de decisão, com maior autonomia para os policiais que estão nas ruas. Além disso, altera as rotinas de administração de recursos humanos, com a fixação de policiais nos territórios. Dessa forma o policiamento comunitário representa uma nova caracterização para a segurança que não se consolidará rapidamente, pois depende da viabilização de um conjunto de oportunidades para o exercício da cidadania. Essas mudanças, por sua vez, exigem também que a decisão de implementar o policiamento comunitário como uma política de estado, entendendo-se que tal decisão irá atravessar diferentes administrações.

O objetivo deste capítulo foi reconstruir quatro projetos do Pronasci executados em Passo Fundo-RS. Incluímos nesta reconstrução o histórico institucional do Estado na esfera municipal, com a criação da Secretaria Municipal de Segurança e do GGI-M. Essas duas instituições municipais cumprem a função de integrar as três esferas do Estado, aproximando Estado e sociedade. Como segundo ponto do capítulo relatamos a experiência da Justiça Comunitária, centralizada na capacitação e atuação de agentes comunitários de mediação. Por fim, no terceiro ponto do capítulo relatamos a experiência dos projetos *Mulheres da Paz*, *Protejo* e *Polícia Comunitária*. A realização dos quatro projetos, somados com outras ações sociais, cumpre a função de mediar conflitos e promover cidadania.

As ações do Pronasci em Passo Fundo-RS vinculam-se a uma nova forma de pensar a segurança e a justiça. Nessa perspectiva, o papel desempenhado pelos agentes de mediação do *Justiça Comunitário*, *Mulheres da Paz* e *Polícia Comunitária* transcende a dimensão formal e institucional, por atuar nos contextos culturais e de poder, apontando alternativas para a superação de violência. Os índices de violência, e em especial de violência contra os jovens e contra as mulheres, apontam a necessidade de relacionar a segurança e a justiça com os seus

constitutivos, com o Estado, com a liberdade, com a cultura e com o mercado, reconhecendo múltiplos e localizados contextos referenciais para a análise. A constituição de novos espaços de pensamento e o reconhecimento de novos comportamentos, pelos quais as pessoas, independentemente da condição de gênero, classe social ou etnia, lutam para legitimar seus direitos, é uma das variáveis para a explicação do elevado número de situações de violência. Os referenciais para o comportamento, a partir da condição de gênero, por exemplo, sofreram mudanças significativas. A estabilidade social e institucional, disciplinada por uma prescrição do feminino e do masculino, seguida e aceita pelo conjunto da sociedade, passa por questionamentos, aceitação e contestação. Nesse conflito, entre os que aceitam e os que não aceitam tais mudanças, está um ponto importante para a compreensão da insegurança e da violência associadas com as condições de gênero e que afetam de maneira mais elevada as mulheres. A cultura da diversidade, da flexibilidade com a multiplicidade de referências (valores) na vida e no comportamento das pessoas, confrontada com referenciais rígidos, estáticos, que predominam na organização do estado, evidencia a necessidade do que Warat (2004) denomina de novos espaços de pensamento.

O próximo capítulo será dedicado para apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para acessar e transformar, em categorias, o conjunto de informações vinculadas com o problema e com os objetivos apresentados na introdução da tese.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“O racional e o intuitivo são modos complementares de funcionamento da mente humana.” (Fritjof Capra)

Nos três primeiros capítulos do desenvolvimento apresentamos informações e reflexões que se vinculam ao que denominamos de pressupostos metodológicos. Essas reflexões e informações estão apoiadas em pesquisas bibliográficas, em análise de relatórios e na análise da legislação.

Iniciamos este capítulo com um esclarecimento sobre o conceito de metodologia. No entendimento desta tese, a metodologia tem duas dimensões importantes, que são os pressupostos epistemológicos e os procedimentos metodológicos. Essas dimensões são distintas, mas estão interligadas e se aproximam do que Thompson (2009) discute quando trata da metodologia da interpretação.

Desejo prosseguir dentro das implicações metodológicas de minhas discussões anteriores; quero mostrar que essas discussões, embora bastante teóricas, fazem diferença na prática, e que a análise prática tem influência na discussão e no debate teórico. A divisão entre discussão teórica e análise prática perpassa profundamente as ciências sociais, deixando, muitas vezes, os usuários de ambas em lados opostos de um enorme abismo. Levada ao extremo, esta divisão é prejudicial e pode apenas conduzir ao detrimento mútuo da teoria e da pesquisa. (THOMPSON, 2009, p. 355).

Na dimensão dos pressupostos epistemológicos, compartilhamos do entendimento de que a teoria, a dimensão formal, deve relacionar-se com a prática, com o mundo da vida. O uso do termo epistemologia aproxima-se do sentido empregado por Marková (2006) e referido na primeira nota de rodapé da introdução desta tese. Nesse sentido, o conhecimento advindo das diversas ciências deve superar os abismos existentes entre elas e delas com o mundo da vida. Dito com outras palavras, isso significa que um pressuposto epistemológico desta pesquisa está em sintonia com o conjunto de autores citados no capítulo um. Esses autores defendem a unidade entre a dimensão formal e a dimensão prática da economia, da justiça, da segurança, da linguagem e do conhecimento.

Para superar o abismo existente entre teoria e prática, Thompson propõe um referencial metodológico que ele denomina de “Hermenêutica de Profundidade” (HP). Nesse referencial está evidenciado “o fato que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa que exige uma interpretação”. (THOMPSON, 2009, p. 355). A segurança, objeto primordial de análise nesta tese, apresenta-se aglutinada em duas definições interligadas,

esclarecidas no primeiro capítulo do desenvolvimento, quando apresentamos os pressupostos epistemológicos para a caracterização do problema. Uma definição de segurança identifica-se com o respeito individual a regras, normas, leis e padrões culturais estabelecidos e naturalizados. Outra definição de segurança está identificada com os novos referenciais para estabelecer as diferenciações entre o que é certo ou errado, o que é superior ou inferior, o que é sabedoria ou ignorância.

Para superar os abismos existentes das ciências entre si e delas com o mundo vivido, Morin propõe a superação do que ele denomina como *patologia do saber e a superação da inteligência cega*, em seu método da complexidade:

Vivemos sob o império dos princípios de disjunção, de redução e de abstração, cujo conjunto constitui o que chamo de o paradigma da simplificação. Descartes formulou este paradigma essencial do ocidente, ao separa o sujeito pensante (ego cogitans) e a coisa entendida (res extensa) isto é, filosofia e ciência e ao colocar como princípio de verdade as ideias claras e distintas, ou seja, o próprio pensamento disjuntivo. Esse paradigma, que controla a aventura do pensamento ocidental desde o século XVII, sem dúvida permitiu os maiores progressos ao conhecimento científico e à reflexão filosófica; suas consequências nocivas últimas só começaram a se revelar no século XX. (MORIN, 2011, p.11)

Morin constata a disjunção entre o formal, neutro, acadêmico e mundo vivido, entre conhecimento e ética, bem como a redução de um tema, de um problema para uma ciência específica. A disjunção, redução e abstração controlaram/dominaram uma forma de pensar que trouxe progressos no conhecimento científico. No entanto, trouxeram, também, o aumento da agressão, da violência, com mortes e destruição do homem, da vida e da natureza.

Após a apresentação e localização do problema, dos objetivos e dos pressupostos epistemológicos, detalharemos os procedimentos metodológicos ou o caminho percorrido para análise do objeto desta tese, que são os quatro projetos do Pronasci, executados em Passo Fundo-RS. O acesso ao projeto *Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Polícia Comunitária* ocorreu através de uma análise documental, da leitura da legislação, do histórico das políticas públicas, da CF/88 e do histórico e das diretrizes da 1ª Conseg.

Um dos procedimentos registrados no histórico desta tese para a superação da prática criticada por Morin foi o objeto pesquisado. Trata-se de um objeto com o foco na situação-problema e com a utilização dos recursos das diversas ciências para a identificação e interpretação. O problema da segurança foi enfrentado, conforme registrado nas referências¹⁸,

¹⁸ Disponível em: <<http://justicacomunitariapf.blogspot.com.br/p/projeto.html>>

com a participação de profissionais do direito, da assistência social, da psicologia e da ciência política. Essa participação dos profissionais de diversas áreas para interpretar a mesma situação, desloca o foco de uma ciência específica, possibilitando a complementação entre várias ciências para a interpretação de um problema. Outro aspecto a ser destacado no tratamento do problema da segurança foi a participação dos sujeitos que vivenciam esse problema. A execução dos projetos do Pronasci em Passo Fundo-RS contou com o protagonismo das pessoas que vivenciam e estão envolvidas nos contextos de falta de segurança.

Outro procedimento que compõe o histórico desta tese foi a aproximação e o envolvimento do pesquisador com o cotidiano dos sujeitos que vivenciam o problema investigado. Tal aproximação se deu com a participação em diversas etapas da implementação dos projetos, que incluiu conversas com lideranças comunitárias e com associação de moradores. Outra participação que possibilitou a aproximação com os sujeitos que vivenciaram o problema investigado pela tese ocorreu nos espaços institucionais da União das Associações de Moradores de Passo Fundo (UAMPAPF), para divulgar os projetos e convocar os interessados em participar dos projetos como mediadores, mulheres da paz, participantes do protejo e colaboradores voluntários. O registro dessa participação pode ser conferido no Blog¹⁹ da Justiça Comunitária em Passo Fundo-RS.

A investigação do problema tem, portanto, uma motivação inicial nas convivências em seus contextos, seguiu um percurso que incluiu a reconstrução de um referencial teórico, do histórico do Pronasci e dos projetos executados em Passo Fundo-RS, em documentos jornalísticos e registros fotográficos. Entre as repercussões dos projetos através dos meios de comunicação, destaca-se um filme premiado no Primeiro Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha, promovido pelo Congresso Nacional do Brasil, TV Câmara e Banco Mundial. Trata do histórico que envolveu o assassinato de Sílvia, uma participante e líder do projeto Mulheres da Paz realizado em Passo Fundo-RS²⁰. (BANK, 2014).

Após esse percurso, decidimos investigar o problema através de entrevistas, de análise de episódios e através da pesquisa divulgada nos meios de comunicação, jornais, vídeos, blogs e sites. Para reconstruir os projetos realizamos entrevistas com vinte e um participantes que se envolveram diretamente nos projetos do Pronasci realizados em Passo Fundo-RS.

¹⁹ Disponível em: <<http://justicacomunitariapf.blogspot.com.br/p/profissionais-envolvidos.html>>.

²⁰ O filme está disponível para ser assistido em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/video/2013/03/08/Brazil-short-documentary-contest-domestic-violence-Silvia>>.

Além disso, fizemos uso da repercussão dos episódios envolvendo os quatro projetos – *Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Protejo e Territórios da Paz* –, disponível em documentos jornalísticos produzidos por jornais, rádios e televisão, cujos links estão disponíveis nas referências.

Os sujeitos participantes das entrevistas são mulheres, homens e jovens, com trajetórias de liderança social, referência comunitária e de gestão de políticas públicas. As entrevistas foram transcritas e estão integralmente à disposição em um fascículo para consulta. Nesse fascículo os sujeitos são identificados como participantes em uma sequência numerada de 01 a 21. Dos 21 participantes, 15 são do sexo feminino e 6 são do sexo masculino.

Apresentamos a seguir um quadro com informações dos vinte e um sujeitos que participaram da pesquisa.

Quadro 2: Informações gerais dos participantes da pesquisa

Relação dos participantes	Papel desempenhado	Idade Aproximada	Gênero	Projetos vinculados	Episódios destacados
Participante 01	Líder Comunitário	40 anos	Masculino	Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Polícia Comunitária	Solução de um conflito entre vizinho
Participante 02	Delegada de Polícia	45 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Justiça Comunitária, Polícia Comunitária	Construção e uso de uma colcha de retalhos
Participante 03	Gestor Técnico e político da segurança municipal	50 anos	Masculino	Polícia comunitária, Justiça Comunitária, Mulheres da Paz	Assassinato da Sílvia
Participante 04	Pessoa reconhecida na comunidade	55 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Violência de Gênero
Participante 05	Pessoa reconhecida na comunidade	20 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Solução de um conflito entre vizinho

Continuação do Quadro 2: Informações gerais dos participantes da pesquisa

Relação dos participantes	Aspecto da Identidade	Idade	Gênero	Projetos vinculados	Um episódio destacado
Participante 06	Jovem do Protejo	20 anos	Feminino	Protejo, Justiça Comunitária, Mulheres da Paz	Jovem que superou o conflito Social
Participante 07	Líder Comunitário	45 anos	Masculino	Polícia comunitária, Justiça Comunitária, Mulheres da Paz	Construção e fechamento do Núcleo de Justiça Comunitária
Participante 08	Pessoa reconhecida na comunidade	68 anos	Feminino	Mulheres da Paz	Assassinato de Sílvia
Participante 09	Líder Comunitário	45 anos	Masculino	Polícia Comunitária Mulheres da Paz	Conflito com a imprensa e com o poder público
Participante 10	Jovem do Protejo	20 anos	Não definido	Protejo	Jovem em conflito com a lei
Participante 11	Filha da Mulher da Paz Assassinada	20 anos	Feminino	Mulheres da Paz	Violência de Gênero
Participante 12	Policial e Gestor do Policiamento comunitário	45 anos	Masculino	Polícia Comunitária	Baile de debutantes comunitário
Participante 13	Policial Comunitário	20 anos	Feminino	Polícia Comunitária	Baile de debutantes comunitário
Participante 14	Pessoa reconhecida na comunidade	40 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Violência de Gênero
Participante 15	Pessoa reconhecida na comunidade	40 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Superação da violência de gênero
Participante 16	Líder Comunitária	35 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Conflito com o poder público

Continuação do Quadro 2: Informações gerais dos participantes da pesquisa

Relação dos participantes	Aspecto da Identidade	Idade	Gênero	Projetos vinculados	Um episódio destacado
Participante 17	Pessoa reconhecida na comunidade	40 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Superação da violência de Gênero
Participante 18	Liderança de movimento de mulheres	40 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Construção e uso de uma colcha de retalhos
Participante 19	Pessoa reconhecida na comunidade	40 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Superação da violência de gênero
Participante 20	Gestor Administrativo e político dos Projetos do Pronasci em Passo Fundo	30 anos	Masculino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária Polícia Comunitária	Impasses na continuidade dos projetos
Participante 21	Gestora Administrativa dos Projetos do Pronasci em Passo Fundo	35 anos	Feminino	Mulheres da Paz, Protejo, Justiça Comunitária e Polícia Comunitária	Ações de cidadania

Fonte: Dados da pesquisa.

Para a construção e descrição das categorias nos apoiamos, também, em duas publicações acadêmicas sobre os projetos do Pronasci realizados em Passo Fundo-RS. Trata-se do artigo cujo título é *Educação e Direitos Humanos: Ações afirmativas das Mulheres da Paz*. (MANTOVANI; SILVA, 2013). Outra publicação acadêmica utilizada para a construção das categorias é o capítulo de livro, *Mediação Comunitária em Passo Fundo (RS): Saliências de uma experiência*. (GAGLIETTI; SILVA; GAGLIETTI, 2013).

O objetivo deste capítulo foi apresentar os pressupostos epistemológicos e os procedimentos metodológicos. Iniciamos com uma distinção entre pressupostos e

procedimentos, para demonstrar um esforço em superar a dicotomia teoria e prática e entre pesquisador e objeto pesquisado. Informamos que a investigação do problema e a categorização das informações se apoiam no conjunto de repercussões dos projetos, divulgados pela imprensa e nas entrevistas com 21 sujeitos envolvidos com os projetos e em duas publicações acadêmicas.

No próximo capítulo apresentamos o conjunto das informações sobre os projetos em nove categorias e três episódios.

6 CATEGORIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

“Mudou bastante porque eu aprendi a me relacionar melhor com as pessoas, aprendi a conhecer pessoas diferentes, a ter um contato diferente.” (Transcrições, p. 23)

Este capítulo apresenta a categorização, descrição e interpretação das informações coletadas no percurso da pesquisa realizada sobre os limites e as possibilidades das políticas públicas de segurança e de justiça, na emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci desenvolvidas em Passo Fundo-RS. A categorização advém de um corpus constituído por entrevistas transcritas, com vinte e um sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci, documentos jornalísticos, registros fotográficos e um filme documentário (BANK, 2014), um artigo acadêmico (MANTOVANI; SILVA, 2013) e um capítulo de livro. (GAGLIETTI; SILVA; GAGLIETTI, 2013).

O conjunto de informações apresentadas neste capítulo é resultado da análise e reanálise das informações, que resultaram na construção de nove categorias denominadas de: 1 *Aprendizagem*; 2 *Desenvolvimento*; 3 *Reconhecimento*; 4 *Dimensão comunitária da política pública*; 5 *Os sujeitos e as instituições*; 6 *Mediação horizontal*; 7 *Políticas públicas e políticas de governos*; 8 *Aproximação e coesão do grupo*; 9 *continuidade das ações*. Para ilustrar as categorias, serão descritos três episódios denominados *Baile de Debutantes Comunitário*, *a Construção e Utilização da Colcha* e *o Assassinato da Sílvia*.

6.1 As informações representadas em nove categorias

Os limites e as possibilidades de emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci em Passo Fundo-RS são identificados no exercício da cidadania. A cidadania é entendida como participação no planejamento, na execução e nos resultados das ações que envolvem segurança e justiça. O sentido dos conceitos de segurança e justiça unificam-se e materializam-se no exercício da cidadania, o qual, nos projetos do Pronasci executados em Passo Fundo, está simbolizado em nove categorias, já nominadas, que passamos a descrever.

6.1.1 Aprendizagem

O aprendizado pode ser entendido como algo vinculado ao cérebro e à cultura. Dessa forma, uma cultura de dominação masculina, de violência é gerada e geradora de um aprendizado e de uma consciência com características similares. Os projetos do Pronasci executados em Passo Fundo representam um exercício de aprendizagem apoiado em referências alternativas para a cultura da violência e da dominação.

O aprendizado é um registro recorrente nas falas dos participantes, como podemos observar na declaração do sujeito número 06:

As pessoas precisam ver que primeiro a polícia não está ali para fazer o mal, mas para permitir que um determinado espaço tenha paz a partir de sua ação. E os territórios da paz trazem essa questão da inserção da polícia dentro da comunidade, permitindo aquele contato com as pessoas, de poder conversar. Aí aqui em Passo Fundo é trazer para um determinado espaço, uma determinada comunidade uma oportunidade para as meninas que moram ali, e com isso fortalecer o vínculo da comunidade com a Polícia e fazer que isso traga um impacto de fortalecimento da autoestima das meninas e das famílias. É como jogar uma pedra dentro da água. Joga no meio e vai formando ondas. (Transcrições, p. 06).

Nessa fala temos o registro que aponta a necessidade de perceber um novo sentido para a polícia e para as relações humanas. Trata-se de um aprendizado e de uma nova consciência, em que a polícia deixa de ser vinculada a algo negativo e passa a ser percebida como uma possibilidade de auxílio para as pessoas, para a comunidade. Essa mesma fala associa as ações de segurança com oportunidades de aprendizado, através de ações de cidadania que estabeleçam vínculos dos moradores da comunidade entre si e com a polícia. Dessa forma, uma ação de segurança, focada para o exercício da cidadania, exerce a função pedagógica com repercussão e influências que atingem dimensões mais abrangentes.

Na próxima fala, do sujeito número 02, está destacada a importância de interpretar a consciência do agressor:

O nosso sistema é uma mulher que vai na delegacia dizer que apanhou do marido. Bom, vamos da percepção que eu tenho do meu trabalho. Aí vem o marido e vai dizer que se estressou e bateu na mulher por um motivo X e que muitas vezes eu vejo que o motivo X que ele tomou não justifica a atitude, mas ele tem algum fundamento que ele teria e assim eles não conseguem entrar num consenso. Então nessas coisas devia ter a possibilidade de abrir mais, só que os sistemas são brutos e não tem esse tipo de espaço. (Transcrições, p. 07).

A fala transcrita aponta os limites dos sistemas de segurança, indicando que eles não estão abertos para entender os contextos e as individualidades. Para aperfeiçoar se fazem necessários aprendizados advindos da escuta, da mediação, do relacionamento, da convivência com o diferente. Esse aprendizado advindo do diálogo e da escuta do agressor

possibilitará a percepção de outros caminhos, a identificação e o reconhecimento dos problemas, a humanização das relações através do diálogo, o crescimento e engrandecimento pessoal.

A fala do sujeito número 15 simboliza um modo de aprendizado conectado com as ações, com a identificação e a análise dos problemas.

Eu comecei conhecendo, mais tendo mais experiência com as pessoas. Com a Etelvina falou não era fácil, não primeira conversa que gente conhecia o problema da pessoa. Gente passou por problemas que a gente nem conhecia, muitas vezes nem sabia que existia. Eu não tinha nenhum conhecimento (...). Eu já falei, eu conheci, me coloquei mais para as pessoas. Era uma pessoa fechada. Acho que o senhor lembra que eu estudei lá no NEEJA (Núcleo Educacional de Jovens e Adultos). Eu comecei a estudar depois dos trinta anos, eu era um bicho fechado dentro de casa. Então pra mim a me comunicar, a falar com as pessoas, a me relacionar com as pessoas e pra mim foi muito bom eu gostei muito, nunca reclamei de nada e, também, até hoje não estou a fim de sair. Foi muito bom. (Transcrições, p. 57).

Na manifestação estão simbolizadas as dificuldades de evidenciar os problemas das pessoas. Aprender e identificar problemas não é rápido e nem fácil; é necessário desenvolver habilidade de comunicação, de mudança de comportamento, de exercícios de comunicação, de relacionamento, de aceitação, de elevação da autoestima e da busca de reconhecimento.

A próxima fala, do sujeito número 05, simboliza um dos aprendizados presentes em diversas falas dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci. Trata-se do aprendizado através da prática da escuta:

Como mediadora aprendi muito a ouvir mais e falar menos, porque quando tu ouve mais as pessoas, tu pode sentir mais a pessoa, ver o que realmente ela está querendo passar pra nós (Transcrições, p. 20).

As falas destacam o aprendizado em várias dimensões, representando superação da condição inicial no aspecto pessoal, nas relações com outras pessoas, na percepção de oportunidades para a construção da própria vida de outra maneira, na capacidade de escuta e de fala, na necessidade de busca, na melhora da autoestima, na identificação de novos comportamentos individuais e na mudança de visão sobre o papel da polícia.

Após a descrição da categoria aprendizagem passamos a apresentar a segunda categoria evidenciada no conjunto das informações extraídas dos projetos, que denominamos de desenvolvimento.

6.1.2 Desenvolvimento

O desenvolvimento pode ser definido, conceituado e entendido como mudança e construção de novas possibilidades para a solução ou a administração de problemas. Identifica-se com capacitação e se diferencia de treinamento ao reconhecer a autonomia e o protagonismo do conjunto dos sujeitos envolvidos. O sujeito número 06 assim se manifesta:

Mudou bastante porque eu aprendi a me relacionar melhor com as pessoas, aprendi a conhecer pessoas diferentes, a ter um contato diferente (Transcrições, p. 23).
A principal contribuição acho que seria o estímulo que eles dão pra gente seguir outros caminhos, a estudar principalmente, porque a gente precisava estudar para fazer o Protejo. (Transcrições, p. 24).

O desenvolvimento supõe a alteração para uma nova condição, representada na fala do sujeito da pesquisa número 06, ao declarar a visualização de outras possibilidades, de outros caminhos, outras formas de relacionar-se.

O desenvolvimento supõe, também, a aplicação de recursos financeiros, advindos do Estado. Esses recursos devem ser investidos em pessoas que, em contrapartida, são qualificadas, capacitadas e motivadas para interagir e provocar o desenvolvimento. Nas palavras do sujeito número 04, assim está representado:

Tudo depende de dinheiro, porque na verdade a gente se encontra na sede dos Direitos Humanos, no IFIBE (Instituto de Filosofia Berthier) e é lá que a gente está ocupando o espaço. Então seria muito bom se a gente olhasse e desse continuidade ao projeto. É muito bom para quem se dedica, porque quem vai só por causa da bolsa e ficar os doze meses, então nem vá. Se não é para interagir e se aprofundar naquele estudo, não vai. E quanto mais a gente pesquisar sobre o assunto, quanto mais a gente lê, mais conhece. (Transcrições, p.18).

A fala do sujeito número 04 relaciona o desenvolvimento com a aplicação de recursos financeiros, com apoio institucional e com aprofundamento do estudo e da pesquisa.

O desenvolvimento está associado com as diversas formas de estímulo, com a visualização de novas situações para que passem a ocupar o lugar de situações indesejáveis, que se apresentem como solução para situações problemas. O sujeito número 01 assim se expressa a respeito:

Esses projetos desenvolvidos por essas pessoas ajudavam muito a comunidade. Às vezes pequenos conflitos que poderiam gerar dificuldades lá na frente ou violências, eram resolvidos ali na boa conversa entre as pessoas. Às vezes você tem um vizinho que você pode jogar uma água no pátio dele, ou ele tem um animal e te causa problemas, muitas vezes você não quer falar com o vizinho sobre esse problema, e

as mulheres fazendo a mediação, eu sei que resolveram problemas desse tipo. Elas chamavam o João e o Pedro, colocavam frente e frente e falavam se tem como resolver esse problema. Tem sim, se achava a solução e evitava de fazer uma denúncia, de ir ao fórum e causar um mal estar e até uma inimizade entre os vizinhos. (Transcrições, p. 01).

A declaração do sujeito número 01 representa os projetos como estímulos para superar dificuldades na convivência, nas relações de conflito, através do diálogo. Esse estímulo para o desenvolvimento, mudando uma situação indesejável, ocorre através da participação de uma pessoa que não está diretamente envolvida, ao realizar uma intervenção, promovendo o diálogo e a visualização de uma forma de resolver os problemas. Desse modo, o desenvolvimento que possibilita a mudança da situação indesejável ocorre com a participação direta, com o protagonismo dos sujeitos envolvidos nela, sem a necessidade da atuação de uma instituição externa.

Na próxima manifestação, do sujeito número 17, é possível identificar o desenvolvimento com a superação de problemas de agressão existentes na sua família.

O projeto mudou bastante a minha vida, mudou em relação a família que tinha muitos problemas na família. Tinha problemas de violência do meu irmão com minha cunhada e depois que começou isto aí, melhorou 100%. Parou as agressão, parou as intriga na família.

[...]

Minha mãe passou por isto, quando eu era criança, meu pai tinha problemas e depois meus irmãos. Minha mãe ainda está viva. Quando eu era pequena e vivia este problema com meu pai. Quando começou a mulheres da paz o problema era com o meu irmão que se comportava como o meu finado pai. Agredia a minha cunhada. O projeto ajudou melhorar isto. Ele está bem melhor. Até voltou a estudar. Está bem melhor. Não está tão agressivo. Ele agredia as irmãs também. Eu não estou falando só de agressão física. Eu estou falando de agressão verbal, também. A agressão física era só com minha cunhada, com a gente não porque eu sempre debatia, a gente sempre debateu e não deixava, mas se fosse pela minha mãe família. (Transcrições, p. 60).

O sujeito participante número 17 declara que a violência, a agressão física era um problema que vinha de gerações anteriores, passava de pai para filho, atingia o conjunto da família, e o projeto possibilitou a melhoria da situação em 100%.

O desenvolvimento depende da percepção de possibilidades em orientar a ação dos indivíduos e das organizações, através do diálogo com a rede de serviços e com os princípios de vida em sociedade. Essa percepção necessária para o desenvolvimento é dependente da capacitação, com a identificação de caminhos para enfrentar situações apresentadas pela vida pessoal, interpessoal e comunitária. Na manifestação do sujeito número 05, assim está simbolizado:

Então ali a gente buscava estar ajudando as mulheres a resolver os problemas e buscar seus direitos. Também onde não existia a violência nas famílias a gente falava muito dos CRAS, da vida que elas têm, que elas podem trabalhar, que elas podem se profissionalizar, não só ficar dentro de casa. (Transcrições, p. 19).

A fala do sujeito participante número 05 informa a metodologia utilizada para possibilitar o desenvolvimento com a superação das situações indesejáveis. Nessa metodologia está a motivação para que o sujeito afetado pela situação indesejada se mova em busca de soluções para elas. Com a fala do sujeito número 05 encerramos a descrição da categoria desenvolvimento e passamos a apresentar a categoria reconhecimento.

6.1.3 Reconhecimento

A descrição da categoria denominada de reconhecimento trata das variáveis do questionamento e do enfrentamento. A instabilidade nos diversos sistemas sociais, com valores múltiplos e contraditórios, desencadeia novas formas de reconhecimento. As instituições e os valores, como o casamento, a escola, a moral e a religião não possuem mais sentidos universais; estão sendo relativizados, confrontados e não determinam os modos de existência. Os modelos para a vida dos indivíduos foram destituídos; os papéis sociais, a autoridade e a hierarquia estão sendo desnaturalizados. Os comportamentos sociais previsíveis e naturalizados estão sendo percebidos como uma permanente construção. O não reconhecimento das diferenças culturais, de gênero, de orientação sexual e de raça, está sendo questionado. A defesa do multiculturalismo, da cidadania e dos direitos humanos possibilita o autorreconhecimento de potencialidades e capacidades. A possibilidade de reconhecer o outro, na sua singularidade, proporciona a aprendizagem e a constituição de novas dimensões da própria identidade, estimulando um movimento em que conflito e reconhecimento condicionam-se mutuamente.

Fragmentos da entrevista com o sujeito participante número 05 ilustram a categoria reconhecimento:

Muitas colegas minhas que viviam em violência conseguiram ver que não precisavam viver aquilo. A gente tinha reuniões, conversa com psicólogos, a gente tinha esclarecimentos com advogados e tudo e aprendemos que não precisamos ficar paradas, mas correr atrás. Não necessitaria se separar, mas sim mostrar para as pessoas que elas viviam que não queriam mais viver aquela vida (Transcrições, p. 19).

O sujeito número 05 informa que os projetos contribuíram para que muitas mulheres buscassem reconhecimento ao perceber que poderiam mudar a condição de vida pessoal

submissa, passiva de resignação com a dominação violenta. Esses recursos necessários para buscar o reconhecimento surgiram dos diálogos, da convivência e das orientações psicológicas.

O reconhecimento é identificado e simbolizado na fala do sujeito número 14, quando um sujeito é percebido como referência de contribuição de auxílio no encaminhamento de situações problemáticas.

Foi ótimo, fiquei muitos anos fora de Passo Fundo e que, daí tinha voltado, não estava mais me achando em Passo Fundo daí fui com minha cunhada, minha ex- cunhada, fomos lá, nós escrevemos e eu adorei. Eu sempre gostei de fazer parte, como sempre fiz com a comunidade, com tudo daí eu adorei. E até hoje eu sempre estou. As pessoas identificam a gente como mulher da paz e lá no bairro, agora eu estava trabalhando lá no cais da hípica então o pessoal ainda te procura, querem tua ajuda e isto é muito bom, é muito gratificante para a gente isso (Transcrições, p. 57).

O sujeito número 14 declara o seu reconhecimento em relação à importância do projeto para a sua reinserção na comunidade, para a potencialização de um aspecto já presente na sua identidade, que era de auxiliar as pessoas. O projeto contribui para que ela se reconheça e seja reconhecida como uma pessoa de valor.

Na próxima fala, do sujeito número 16, é possível identificar o autorreconhecimento como pessoa de valor em um grupo e, especialmente, na função de mãe.

O conhecimento de novas pessoas, novas amigas, que no meu dia a dia eu não conhecia. Em casa também, por que eu trazia para minhas meninas, as folhas que davam lá, inclusive passavam para as colequinhas, folhas que nos davam lá, trazer para a sala de aula dela. Então para mim foi muito válido. Pessoalmente ajudei minha família neste meio tempo. Então foi um curso bem bom, este aí que a gente fez, de valor para as nossas vidas, de conhecimento e edificação. (Transcrições, p. 58).

O sujeito número 16 informa que os projetos contribuíram para o autorreconhecimento e o reconhecimento das filhas na vida escolar, na medida em que passou a contribuir mais com a formação delas e das colegas da escola.

Na próxima fala, também do sujeito número 16, o reconhecimento está vinculado com a autonomia, com a independência, com a superação da submissão masculina.

Mas, tudo isto me, assim me deixou mais independente. Eu era muito dependente do marido, qualquer coisa que tinha que fazer. Claro que a gente tem que conversar, com o marido, fazer um plano, uma reforma na casa, mas eu nunca tomava decisão, não dava opinião e nunca tomava decisão. Não que ele fosse um carrasco, mas eu achava na minha opinião, lá nos meus anteriores era assim o pai decidia a mãe não dava opinião. O pai é que decidia. A mãe só dizia sim. (Transcrições, p. 63).

O reconhecimento foi associado à conquista de posição de igualdade na avaliação e tomada de decisões em relação aos assuntos que envolvem a casa e o planejamento das ações. Trata-se da mudança de uma cultura de submissão de não reconhecimento do feminino.

Na fala do sujeito número 02 é possível identificar o reconhecimento através do empoderamento feminino:

Eu acho que foi um espaço de empoderamento de nossas mulheres e isso com certeza teve um impacto muito grande nas comunidades que elas estavam inseridas. (Transcrições, p. 04).

O sujeito número 02 relaciona os projetos com visibilidade, valorização e reconhecimento das mulheres. Esse reconhecimento impacta ao torná-las referência para o encaminhamento de problemas existentes em suas comunidades.

A categoria reconhecimento está simbolizada na valorização da trajetória individual e na projeção de melhoria da condição pessoal. O sujeito número 04 se expressa sobre o tema do seguinte modo:

Muitas mulheres que tinha a autoestima baixa voltaram a trabalhar, melhoraram a autoestima, muitas voltaram a estudar. Então foi muito produtivo. Se fosse o caso de o governo abrir portas para mais projetos desse tipo. Tinha que dar continuidade para que as pessoas soubessem aproveitar. Muitas não souberam aproveitar. Pra mim foi de muita valia pra mim e pra minha casa, pro meu dia a dia, porque a gente aprendeu muita coisa. E até hoje eu estou aproveitando, porque estou fazendo o projeto voluntário. (Transcrições, p. 15).

Na declaração do participante número 04 é possível identificar reconhecimento com superação da baixa autoestima que contribui para a melhoria da vida cotidiana na dimensão pessoal e familiar.

O participante número 04 manifesta-se sobre o tema, também, ao informar com satisfação sobre a valorização da própria história através da construção de um minilivro. O reconhecimento é simbolizado, também, na visualização de apoios para superar a violência.

[...] Nossa história está ali naquele minilivro. Foi muito bom. Hoje a gente sabe como confrontar certo tipo de violência e às vezes está tão pertinho da gente, até mesmo na família, e hoje em dia a gente tem aquela visão, a gente pode aproveitar por que se tem aquela visão e se procura orientar, o vizinho a gente orienta. Se a gente vê que tem um marido meio brabo a gente fala “Ó cara”. Tem a lei Maria da Penha que se você bater tu sabe o que vai te acontecer. A gente está aí pra ajudar. (Transcrições, p. 15-16).

As falas registradas demonstram que os projetos possibilitaram reconhecimento para a ampliação da independência, para o enfretamento da cultura de violência contra a mulher,

para a diminuição da violência doméstica, com capacitações que agregaram informações. Com a transcrição das falas do conjunto dos sujeitos participantes encerramos a descrição da categoria reconhecimento e passamos a apresentar a categoria dimensão comunitária da política pública.

6.1.4 Dimensão comunitária da política pública

O sentido, a vivência e as experiências de comunidade apresentam-se de diversos modos. Comunidade refere-se ao que é comum, que permite definir um conjunto de características que fazem parte da população de uma região, de uma nação ou de um conjunto de nações. O conceito de comunidade transcende os limites da socialização humana e pode referir-se a um conjunto de organismos que interagem entre si, em um nível elevado de complexidade, denominado de ecossistema. Em outros modos específicos de utilização, o conceito de comunidade se refere a grupos que interagem virtualmente usando os recursos da tecnologia de comunicação, especialmente a internet. Nessa categorização, comunidade significa o espaço de convivência com limites territoriais e geográficos. No entanto, esses limites territoriais não são rígidos e menos rígidos são os limites de convivência e de socialização.

O sentido de comunidade é recorrente nas entrevistas, nas matérias jornalísticas e nos episódios. Na fala a seguir, do sujeito número 01, os projetos são identificados como uma oportunidade de olhar para a comunidade, de percebê-la como espaço a ser valorizado.

Mas eu acho que os políticos preferem trocar de nome os programas pra dizer que foram eles que criaram. Acho que falta mesmo é vontade política de perceber que aquele programa é bom e tem que ter continuidade, de dialogar com a comunidade, de ver com a comunidade se o programa está funcionando, se é bom para dar continuidade. (Transcrições, p. 03).

A manifestação do sujeito número 01 ressalta a necessidade de ouvir a comunidade, de dar continuidade para programas criados com a participação da comunidade. Na mesma manifestação evidencia-se uma crítica aos políticos que se impõem como criadores ou protagonistas dos programas.

A fala do sujeito número 02 manifesta a importância da participação das pessoas da comunidade como motivação para que as mulheres vítimas de violência domésticas sintam-se desafiadas a buscar solução para os seus problemas.

Como a violência doméstica normalmente as mulheres não procuram, elas passam esse tipo de problema mas elas não procuram ver o que fazer. O fato de ter mulheres dentro da comunidade, que entre outras coisas estavam habilitadas orientar as mulheres sobre essas questões, facilitou no trato das vítimas com a DP. Então isso foi uma das coisas que teve uma repercussão bem positiva do projeto. (Transcrições, p. 04).

A transcrição anterior avalia como positiva a qualificação de mulheres da comunidade para orientar em situações de violência doméstica. A falta de orientação é a apresentada como a causa para que as mulheres envolvidas, vítimas de violência, não procurem e não percebam alternativas para superar seu problema. Com a existência de mulheres da comunidade habilitadas para orientar e indicar as alternativas para superação da violência, as vítimas passam a se sentir encorajadas.

A manifestação do sujeito número 04 relata sobre a necessidade de construção de uma relação de confiança com a comunidade, para realizar um trabalho de superação da violência. Essa confiança é construída com a superação de resistências, com muita determinação e insistência.

A gente saiu a campo depois das capacitações, e a gente encontrou bastante resistência. Custou para puxar o pessoal pro lado da gente. Às vezes as pessoas não entendiam, a gente voltava e não recebiam, e a gente voltava ... e foi e foi e a gente conseguiu ganhar a confiança da comunidade. E em algumas visitas, com algumas conversas elas se abriam e contavam o que estava acontecendo. (Transcrições, p. 16).

O sujeito número 04 avalia a aproximação, a insistência, a paciência, os diálogos e a demonstração clara dos objetivos como necessários para o estabelecimento de uma relação de confiança. As relações de confiança da comunidade possibilitam a explicitação dos problemas vivenciados.

A próxima fala ressalta os aspectos positivos dos projetos para a comunidade, enfatizando a importância da presença de profissionais de diversas áreas atuando no cuidado das pessoas. O acesso a esses profissionais foi possível pelo deslocamento deles até a comunidade onde atuavam de forma conjunta com os mediadores. Isso possibilitou um grande aprendizado, como informa o sujeito número 05, para os mediadores que atuavam na resolução de problemas dos moradores da comunidade.

Pra comunidade foi bastante, quando tinha a casa ali que funcionava tinha dez mediadores, psicólogos, assistentes sociais, advogados, daí tinha as pessoas profissionais que cuidavam tudo. Então, pro bairro foi muito bom, porque as pessoas que tinham que se locomover do bairro pro centro, elas tinham ali pra resolver e saber como proceder. A gente podia ajudar e aprendeu bastante como mediadora (Transcrições, p. 20).

O sujeito número 05 avalia e registra os benefícios dos projetos para a comunidade. Esses benefícios se vinculam à existência de profissionais que realizam serviços de orientação para pessoas da comunidade, na própria comunidade. Entre os benefícios destacados está a aproximação e a superação das dificuldades de locomoção ao possibilitar que os serviços fossem realizados no espaço da própria comunidade.

A fala do sujeito número 07 ressalta a importância dos projetos para a comunidade em vários pontos vinculados com a segurança e com a mediação de conflitos. Informa, ainda, que apesar da descontinuidade, a realização do projeto ainda está ajudando em alguns aspectos.

Olha, esse projeto foi um projeto muito bom porque ele ajudou muito o bairro na questão da mediação de conflitos, na questão da segurança, enfim, ajudou em muitos pontos o bairro, e está ajudando em alguns pontos, mas em outros pontos parou. Ficou uma semente daquela época que tinha a casa de mediação de conflitos. (Transcrições, p. 26).

O sujeito número 07 informa que o projeto contribui com a comunidade em vários pontos, em especial no tema da segurança, destacando a importância da casa de mediação para o tratamento dos conflitos. O participante declara, ainda, que o projeto deixou sementes.

A transcrição a seguir, com a fala do sujeito número 20, mostra que a comunidade deve ser considerada, deve ser incluída, como uma parte a ser integrada na identificação e no encaminhamento dos problemas:

Por isso a integração da rede local, com diversos elementos: secretaria municipal, poder estadual e poder federal, eles podem compartilhar em ações de prevenção da violência trabalhando o sujeito, trabalhando as comunidades, trabalhando as famílias, para que de fato possamos reduzir essas violências que muitas vezes as causas já são conhecidas. A violência doméstica, a violência familiar, a questão da drogadição que induz esse tipo de atos. Então, isso são elementos conhecidos da comunidade, conhecidos da administração, e que sem dúvida nenhuma, se não trabalhados, se não articulados, de certa forma podem não resultar em projetos, em ações eficientes na redução da criminalidade. (Transcrições, p. 74).

O sujeito número 20 destaca a necessidade de trabalhar o sujeito, as comunidades, as famílias, para superar as causas da violência já conhecidas pela comunidade. A comunidade, seus sujeitos e seus grupos familiares devem estar integrados com a rede de serviços que inclui as instituições locais, municipais, estaduais e federais. Por ter conhecimento dos tipos de violência e de suas causas, a comunidade cumpre o papel de contribuir para articular as ações e tornar as ações de redução da criminalidade mais eficientes.

Essas falas transcritas demonstram a centralidade da comunidade, que é referida de diversas formas, se apresentando como parte ativa na solução dos problemas associados com

conflito, violência e insegurança. Passamos a descrever a categoria que trata das relações entre os sujeitos e as instituições.

6.1.5 Relações entre os sujeitos e as instituições

O poder de interferência dos sujeitos individuais e sociais nas instituições, normalmente, é de menor poder do que a interferência das instituições nos sujeitos. De modo geral, as políticas públicas têm a função de atender as necessidades dos sujeitos. Para isso as instituições responsáveis pela gestão dessas necessidades devem praticar uma metodologia que valorize o poder de atuação dos sujeitos.

A fala a seguir, do sujeito número 01, ilustra a mobilidade do sujeito policial, que se desloca da instituição órgão da polícia para aproximar-se e vincular-se a um território.

Com os territórios da paz e policiamento comunitário, onde existe em Passo Fundo, os índices de violência tem caído em Passo Fundo, porque a presença efetiva do policiamento e a relação que esses policiais vão criando com a comunidade vai diminuir muito a violência, porque o próprio delinquente que existe na comunidade ele fica sabendo que o policial sabe quem ele é, então ele acaba se inibindo de cometer certos atos, porque ele sabe que o policial conhece ele, que o policial está informado pela comunidade sobre ele. Então esse tipo de policiamento próximo da comunidade é fundamental. (Transcrições, p. 02).

O sujeito número 01 destaca a nova relação entre o sujeito profissional da segurança com os sujeitos que devem ser beneficiados com a diminuição da violência. Nessa nova forma de relacionar-se, a centralidade da instituição vinculada ao estado abre espaço para o conceito de território. Com a aproximação, com a vinculação a um território, a referência de segurança passa a ocupar espaço e apresentar-se como um ser inibidor dos atos de violência. Com o policial vinculado a um território, próximo do cotidiano de vida, as situações de violência são mais facilmente identificadas e avaliadas. A identificação e a avaliação das situações de violência são procedimentos necessários para que a segurança seja efetivada.

A próxima fala, do sujeito número 05, ilustra a função do sujeito que promove o diálogo, a convivência, com o objetivo de restabelecer relações entre os sujeitos.

Então, o Projeto teve uma grande validade pra mim e pro Bairro porque teve mudanças nas famílias. Muitas famílias que não conversavam, não tinham convívio com vizinhos, então a gente, como mediadores conseguimos conversar e diante de tudo eles conseguiram conviver de novo. Então, pro bairro foi muito importante o programa e nós como mediadoras gostamos muito e todas as mediadoras gostariam que continuasse. (Transcrições, p. 19).

As novas configurações das instituições, a exemplo da família, implicam em novas configurações dos sujeitos, que devem perceber a importância de mudar seus comportamentos. O sujeito número 05 relata as contribuições do projeto nas mudanças das instituições e dos comportamentos dos sujeitos. O diálogo entre as partes passa a apresentar-se como uma habilidade a ser desenvolvida e exercitada. Com a atuação de pessoas capacitadas para o diálogo, o convívio nas famílias e entre vizinhos foi reestabelecido.

Na fala do sujeito número 01, fica claro que a relação entre as instituições responsáveis pela execução dos projetos e os sujeitos proporcionou alterações na dimensão cidadão dos sujeitos.

Acho que o ponto mais positivo é o resgate da cidadania. As pessoas que participaram desse programa, depois que terminou se elas pudessem continuar voluntariamente elas continuariam, porque estavam inseridas na busca de soluções e ajudar a comunidade porque viam o resultado. (Transcrições, p. 01).

O sujeito número 01 relata sobre a mudança de comportamento do sujeito que se inseriu na função de buscar alternativas para auxiliar a comunidade na resolução dos problemas. Esse exercício proporcionado pelos projetos mudou as características do sujeito que passou a estar inserido, a sentir-se parte das soluções dos problemas.

Ainda no tema sujeito e instituições, o sujeito número 02 ressalta sobre as pessoas que passam a ter recursos para liderar ações em favor dos sujeitos que se percebem na condição de enfrentar e buscar soluções para seus problemas.

Então eu tive a oportunidade de participar, de dar algumas aulas e ter momentos de trocas com as mulheres durante a formação delas. Achei que foi um espaço de empoderamento para essas pessoas, porque muitas vezes, o que acontece é que se tem lideranças em uma comunidade, mas elas estão muito sem base. (Transcrições, p. 04).

O sujeito número 02 informa que os projetos possibilitam a construção de espaços para os sujeitos femininos se fortalecerem ao participar, relatar e ouvir o relato de outros sujeitos em condições similares. Esses espaços proporcionam bases para potencializar a dimensão de líder, que foi fortalecida.

A oportunidade de diálogo, entre desejos e necessidades contraditórias, interesses individuais, sociais e institucionais é uma das ideias presentes nas informações apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. Eles indicam que a mediação em posição de aproximação, na comunidade, é uma oportunidade a ser destacada. Essas informações estão incluídas na próxima categoria, denominada de *mediação horizontal*.

6.1.6 Mediação horizontal

A mediação pode ser entendida como uma variável da intervenção e ambas (mediação e intervenção) podem ocorrer de múltiplas maneiras. A intervenção pode ser classificada a partir de duas diretrizes, que são a vertical hierárquica e a horizontal mediadora. A intervenção vertical hierárquica se dá em sentido único, em que a vontade e o desejo de uma parte vence e anula outra. No modo vertical de intervir predomina uma sobreposição hierárquica geradora de confronto em caso de não submissão. Na intervenção horizontal mediadora, a hierarquia entre instâncias abre espaço para uma aproximação e um nivelamento hierárquico entre as partes, incluindo a mediação como diretriz. Independentemente dos conflitos e confrontos serem simples ou complexos, podem ser conciliados ou mediados por intervenções cuidadosas e prolongadas.

A construção da categoria *mediação horizontal* apoia-se nas repetidas incidências da noção de mediação, representada nas falas dos entrevistados. Essa categoria trata da mediação em contextos de conflitos e de confrontos e de maneiras distintas de lidar com eles. O sujeito número 05 manifesta-se da seguinte forma:

Na mediação de conflitos mudou bastante na medida que a gente não pode ter sempre a razão na hora de conversar. Então, conversando a gente aprende que não, que a gente tem que conversar e ver a medida certa para ambas as partes. Não é só um que tem razão. A gente tem que conversar pra ambas as partes ficarem bem. (Transcrições, p. 20).

O sujeito número 05 declara que os conflitos diminuíram à medida que a relação entre as partes se tornou mais horizontal por intermédio do diálogo, do argumento, da razão, bem como exercitando a escuta e o reconhecimento da fala, do argumento e da razão do outro. Com o sentido sendo percebido nas duas partes envolvidas, ambas se sentem contempladas e beneficiadas.

A fala do sujeito número 01 ilustra os benefícios da *mediação horizontal* para a solução de problemas, informando as vantagens de realizar a mediação no contexto do conflito, sem a necessidade da intervenção de atores externos, distantes da situação mediada.

Às vezes você tem um vizinho que você pode jogar uma água no pátio dele, ou ele tem um animal e te causa problemas, muitas vezes você não quer falar com o vizinho sobre esse problema, e as mulheres fazendo a mediação, eu sei que resolveram problemas desse tipo. (Transcrições, p. 01)
[...]

Daqui a pouco ele vai lá fazer um registro no poder público, na prefeitura, na vigilância sanitária, na secretaria do meio ambiente para denunciar o fato. E houve um caso parecido que uma agente contou e foi mediar a situação e foi bem simples. O vizinho disse que não sabia que estava incomodando tanto e pediu um prazo para encerrar com a situação, apertaram a mão e foram pra casa e assunto encerrado. (Transcrições, p. 03).

O sujeito número 01 informa os tipos de situações que causam conflitos, impedindo o diálogo entre vizinhos, os quais podem ser resolvidos mediante a intervenção de uma ação mediadora. Além disso, ressalta as vantagens de fazer a mediação através do diálogo no contexto do conflito.

A próxima fala, do sujeito número 02, contribui para ilustrar os benefícios da *mediação horizontal*, ao possibilitar que as pessoas envolvidas no conflito dialoguem sobre ele e construam uma solução para a situação indesejável.

É mais fácil para uma pessoa que está lá no bairro se abrir para uma pessoa ligada com um desses projetos porque está próximo, do que ir direto para a delegacia. A gente tem muita subnotificação com a violência doméstica, porque as pessoas não procuram, tem vergonha, medo, porque querem uma solução, mas não é a solução que eu posso oferecer aqui na delegacia. (Transcrições, p. 08).

O sujeito número 02 informa que é mais fácil dialogar com quem está próximo do que com quem é estranho e está distante. Outro benefício é a diminuição da carga das instituições, as quais, por estarem distantes da situação do conflito, têm mais dificuldade de contribuir para solucioná-lo.

O sujeito número 04 fala sobre as dificuldades em realizar mediações em contexto de resistência ao diálogo. Especificamente em contextos em que uma das partes precisa mudar de comportamento, mas demonstra resistência em dialogar, em mudar.

Até de enfrentamento, porque o momento que a gente começou a fazer as capacitações e sair pra rua, os valentões se encolheram porque sabiam que tinha alguém por perto. Até tem uma menina que tem uns 20 anos que o marido gosta de bater e ela me procurou. Eu disse senta, conversa com ele e diga que o dia que eu ver eu vou denunciar e ele sabe o que vai acontecer, porque a Lei Maria da Penha não é brincadeira. Pronto, ele parou e eles vivem na maravilha os dois, tranquilos. (Transcrições, p. 16).

O sujeito número 04 relata situações que apresentam dificuldade para o diálogo, bem como apresenta estratégias para superar a resistências. Além disso, exemplifica os benefícios advindos da *mediação horizontal*.

As informações relatadas pelo participante número 05 relacionam os benefícios de praticar a *mediação horizontal* na relação entre as pessoas, na convivência e na solução de conflitos.

As pessoas acham que podem sair matando todo mundo que vai resolver os problemas. Não é dessa forma. Se as pessoas pudessem hoje conversar como mediação de conflitos seria ótimo. Eu tenho um problema contigo, vamos sentar e conversar. A mediação de conflitos é isso, de ambos conversarem e ambos terem o novo em suas vidas. De repente ali, aquela situação em que eles viviam poderia não ter acontecido se tivesse uma mediação entre a família e poder voltar a viver feliz. (Transcrições, p. 30).

O sujeito número 05 ressalta que a *mediação horizontal* proporciona uma mudança de comportamento com melhorias na forma de viver, tendo o diálogo como modo de se compreenderem as relações e os conflitos humanos. O conjunto das falas transcritas ilustra as relações entre os projetos e a categoria *mediação horizontal*. Passamos a descrever a categoria que trata das políticas públicas e das políticas de governo.

6.1.7 Políticas públicas e políticas de governos

Os projetos do Pronasci executados em Passo Fundo são políticas de governos vinculadas com políticas públicas de justiça e de segurança. As políticas públicas que apoiaram as políticas de governo estão formalizadas na CF/88, na lei que institui o Pronasci, nas diretrizes da 1ª CONSEG, na lei Maria da Penha, entre outras.

A consolidação das políticas públicas de justiça e de segurança depende da execução de projetos que se vinculam com os governos, cujo tempo de continuidade é limitado. As mudanças de governos e nos rumos dos governos interferem na continuidade dos projetos e na consolidação das políticas públicas. Dessa forma, as ações dos projetos do Pronasci podem ser classificadas e qualificadas como políticas de governos e não como políticas públicas.

A fala do sujeito número 01 ilustra as dificuldades de transformar projetos em políticas públicas.

Mas eu acho que os políticos preferem trocar de nome os programas pra dizer que foram eles que criaram. Acho que falta mesmo é vontade política de perceber que aquele programa é bom e tem que ter continuidade, de dialogar com a comunidade, de ver com a comunidade se o programa está funcionando, se é bom para dar continuidade. (Transcrições, p. 03).

O sujeito número 01 informa a situação de falta de continuidade e de sobreposição dos interesses políticos com disputa de “paternidade” e de poder se sobrepondo às necessidades da comunidade.

O sujeito número 02 trata diretamente das relações entre um programa de governo e um programa de estado, que definimos como política pública.

É a questão de o projeto ser vinculado a um programa de governo e não de estado. Se tem um governo que está alinhado com esse tipo de ideia, é fácil colocar o projeto em pauta, em funcionamento e colocar isso para as instituições. É obvio que dentro das instituições vai ter gente que é obrigado, entre aspas, a fazer e vai ter gente que vai ter uma vinculação maior porque se identifica com isso dali. É a oportunidade de você fazer a instituição se identificar com aquilo como uma questão de segurança. (Transcrições, p. 10).

O sujeito número 02 relata os confrontos entre políticas de governo e cultura das instituições. No interior das instituições existem profissionais que se identificam ou que resistem em aceitar novos projetos.

O sujeito número 03 defende a sobreposição dos interesses da sociedade ou de partes específicas da sociedade que precisam dos projetos sobre os interesses e a ideologia partidária.

Então, independentemente de partido e de ideologia política, os projetos procuram atender uma camada da sociedade. Por isso esses projetos deviam ser mantidos, continuados e até fortalecidos, buscando proporcionar ao estado e ao município, principalmente ao cidadão, uma forma que ele tenha de ser atendido através de projetos como este. (Transcrições, p. 14).

O sujeito número 03 declara que os projetos do Pronasci, identificados como políticas de governos, devem ser mantidos e fortalecidos, pois beneficia os cidadãos. No entanto, as instituições estatais na dimensão municipal e federal que disponibilizaram os recursos e fizeram a gestão e a seleção das instituições que os executaram não asseguraram a transformação dos projetos de governos em políticas públicas.

Após a apresentação da categoria *políticas de governo e políticas públicas*, em que foi descrita a não responsabilização das instituições estatais para a continuidade dos projetos, apresentamos mais duas categoriais que contribuem para a descrição dos projetos. As categoriais são *aproximação e coesão do grupo* e *continuidade das ações*.

6.1.8 Aproximação e coesão do grupo

Informações já relatadas indicam que os projetos deixaram sementes representadas na capacitação das mulheres da paz e dos mediadores que atuaram e atuam para a mudança do cotidiano de muitas pessoas. É o caso dos jovens capacitados e beneficiados pelo Protejo, os quais seguiram um caminho da inserção social, apoiados em uma profissão. Da mesma forma, ocorre com as jovens capacitadas, reconhecidas socialmente com a atuação da polícia comunitária, especialmente do conjunto de ações vinculadas ao baile de debutantes comunitário.

Vários episódios contribuíram a para aproximar e evidenciar aspectos similares na identidade dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci. Essa aproximação com identificação de aspectos similares, visualizado na unidade de ações, estão sintetizados na categoria aproximação e coesão do grupo, que passamos a relatar.

Uma forma de aproximar as pessoas está manifestada na fala do sujeito número 21, da seguinte forma:

Eu acredito que a próprio Justiça Comunitária, pelas ações de cidadania que foram levadas aos Bairros Záchia e Valinhos. Esses Bairros não recebiam as ações concentradas, todas elas em um único momento. Por exemplo, uma ação de cidadania: lá no Bairro Záchia, em um sábado à tarde houve uma apresentação de dança, de música, feira de saúde, a polícia ambiental fez exposição de animais empalhados, passeio a cavalo para crianças e a escola do Záchia destinou funcionários para atender os pais de crianças evadidas. Então, foram várias ações que funcionou em um único momento, em um único local e em um sábado que a maioria das pessoas estavam de folga. Juntou centenas de pessoas. Foi a primeira ação de cidadania que foi feito lá. (Transcrições, p. 76).

A fala do sujeito número 21 a respeito do *Justiça Comunitária*, um dos quatro projetos pesquisados, proporcionou ações com a aproximação e coesão do grupo e exercício de cidadania. Essa fala descreve ações na comunidade, aproximando os serviços públicos e o cidadão. A segurança e a cidadania estão presentes nos passeios que as crianças fizeram a cavalo, ao fazer uso dos animais da brigada militar para agregação e lazer. Ao interagir com a polícia ambiental, os moradores estão fazendo uso dos recursos da política pública de segurança, para exercitar a cidadania. Ao vivenciar as políticas públicas de saúde e de educação através da música, da dança e de autocuidados também exercitam a cidadania.

Na fala do sujeito número 21, a aproximação é condição para oportunizar o exercício da cidadania e a identificação das pessoas.

Eu coloco a cidadania como oportunidades. Oportunidades de você conhecer alguma coisa, de tu participar de alguma coisa, de tu se sentir igual ao outro. E se tu tiver essa cidadania tu já tem a justiça e a segurança é tu que vai fazer através desta cidadania. Então, pra mim eu coloco os três pilares mesmo: a segurança, a cidadania e a justiça. E para mim a comunidade só funciona se tiver essas ações de cidadania. (Transcrições, p. 77).

O sujeito número 21 caracteriza justiça e segurança com cidadania. A cidadania, por sua vez, pressupõe aproximação e oportunidade de participação. Além disso, informa sobre a impossibilidade de exercer cidadania sem segurança e sem justiça. Inclui, ainda, em sua fala, um sentido para comunidade, ligado e dependente das ações de cidadania.

O sujeito número 02 ilustra a aproximação e coesão do grupo com a construção de um grupo a partir de uma ação, já relatada no início deste capítulo e que denominamos de episódio do baile comunitário de debutantes.

[...] Você poder mostrar para as pessoas que dentro das condições delas e o que elas tem de aporte pessoal trazidos para o projeto, elas podem fazer a diferença onde elas moram. [...] Aí aqui em Passo Fundo é trazer para um determinado espaço, uma determinada comunidade uma oportunidade para as meninas que moram ali, e com isso fortalecer o vínculo da comunidade com a Polícia e fazer que isso traga um impacto de fortalecimento da autoestima das meninas e das famílias. É como jogar uma pedra dentro da água. Joga no meio e vai formando ondas. (Transcrições, p. 06).

O sujeito número 02 informa que é possível aproximar um grupo, dentro das condições existentes, a partir de uma ação que promova o vínculo entre os seus representantes. Essa aproximação se evidencia, na medida em que o grupo se sente valorizado diante de outros grupos e instituições, como é o caso da polícia.

Ainda sobre a relação entre a polícia comunitária com a aproximação de um grupo de adolescentes e com a comunidade, assim repercutiu em um jornal local:

O objetivo do projeto não é apenas realizar o baile, mas desenvolver ações para promover a integração comunitária. Até o dia do evento, as debutantes participaram de ações sobre a prevenção de doenças, orientações, entre outros cursos. “Montamos toda a estrutura com decoração e será disponibilizado o book fotográfico”, conta o coordenador municipal da Juventude, Rodrigo da Luz de Jesus. (DIÁRIO DA MANHÃ, 2014).

A polícia, através da Brigada Militar, identificada como uma instituição distante da comunidade, foi a principal articuladora de ações que aproximaram adolescentes entre si e com a comunidade. Outras pessoas, representando outras instituições, públicas e privadas, se aproximaram e conviveram dentro de subprojetos reconhecidos como o baile de debutantes comunitário.

A aproximação e a unificação das pessoas são visualizadas, repetidas vezes, nas manifestações públicas feitas em praças e no fórum de Passo Fundo, exigindo a ação do judiciário no julgamento do responsável pelo assassinato da Sílvia.

A concentração teve início por volta das 15h30min, no centro da cidade. Para chamar a atenção do público, as mulheres estenderam uma colcha de retalhos, confeccionada por várias mãos durante o projeto, junto à estátua do Teixeira. Simbolizando o pedido de basta à violência, elas pintaram as mãos e marcaram sobre os cartazes. Logo após, o grupo, formado por aproximadamente 40 ativistas, partiu em direção ao fórum. (O Nacional, 2013d, em 26 -10 -2013).

No fragmento supracitado, extraído de um jornal de Passo Fundo, estão demonstradas a aproximação e a ação de pessoas em favor de uma cultura da não violência. Essa mobilização, assim como várias atividades com o objetivo de exigir o julgamento e a punição do responsável pela morte de uma participante do projeto *Mulheres da Paz*, demonstra que a aproximação pode gerar união e coesão. Nesse episódio específico a união e a coesão do grupo contribuíram significativamente para que as instituições envolvidas com a segurança e com a justiça atuassem de forma mais ágil do que normalmente agem.

Para o sujeito número 03, a aproximação e a coesão do grupo apresentam-se como condição para a constituição de grupos capacitados para orientar na busca de soluções de situações indesejáveis.

O que fica de positivo são as experiências que temos aqui em um grupo de pessoas que foram escolhidas e capacitadas para que elas conversassem com as pessoas, com as famílias, buscassem abrir as portas e tentar a solução dos problemas daquelas famílias da melhor forma. Isso é bem positivo. (Transcrições, p. 12).

A transcrição da fala do sujeito participante número 03 ressalta que a constituição de um grupo de pessoas representa um saldo positivo dos projetos. Essas pessoas que se aproximaram constituíram grupos, se capacitaram e contribuíram para que outras pessoas visualizassem maneiras de solucionar os próprios problemas.

Um aspecto que envolve os sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci é a baixa autoestima, a falta de horizontes, de percepção das próprias potencialidades. A fala do sujeito número 4 ilustra essa condição.

Muitas mulheres que tinham a autoestima baixa voltaram a trabalhar, melhoraram a autoestima, muitas voltaram a estudar. Então foi muito produtivo. Se fosse o caso de o governo abrir portas para mais projetos desse tipo. Tinha que dar continuidade para que as pessoas soubessem aproveitar. Muitas não souberam aproveitar. Pra mim foi de muita valia pra mim e pra minha casa, pro meu dia a dia, porque a gente aprendeu muita coisa. E até hoje eu estou aproveitando, porque estou fazendo o projeto voluntário. (Transcrições, p. 15).

O sujeito número 4 declara que os projetos contribuíram com seu dia a dia, ao motivar a volta ao trabalho. Declara, ainda, que a autoestima foi alterada para melhor ao incentivar a volta ao estudo. Nesse aspecto, a melhora de características da subjetividade das participantes está identificada como aspectos de aproximação e coesão do grupo com condições similares. Além disso, a participante informa que os governos deveriam dar continuidade a projetos com essas características, mas que apesar da falta de continuidade dos projetos como ação de

estado, ela continua atuando voluntariamente. Com a descrição do sujeito número 4, que menciona aspectos que aproximam pessoas e identificam grupos com o desejo de continuidade, passamos a relatar a última categoria desta análise descritiva das informações.

6.1.9 Continuidade das ações

A convivência humana em sociedade é influenciada por padrões culturais e por referências institucionais que se modificam e se repetem. As ações do Pronasci representam uma mudança no funcionamento das instituições e na cultura das pessoas. No conjunto das manifestações dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa afirma-se que as ações do Pronasci contribuíram para alterar as convivências no cotidiano dos sujeitos nelas envolvidos. Desse modo, a continuidade das ações significa a continuidade das mudanças e a não aceitação da repetição de convivências geradoras de insegurança e de injustiça.

A manifestação do sujeito participante número 01 ilustra essa categoria:

Acho que o ponto mais positivo é o resgate da cidadania. As pessoas que participaram desse programa, depois que terminou se elas pudessem continuar voluntariamente elas continuariam, porque estavam inseridas na busca de soluções e ajudar a comunidade porque viam o resultado. (Transcrições, p. 01).

Para o sujeito número 01, os projetos são identificados com cidadania, em que as pessoas se inserem na busca de soluções para problemas da comunidade. Nessa mesma fala está explicitada a importância do envolvimento, da participação dos cidadãos na solução dos problemas da comunidade. Além disso, na segunda frase do fragmento anteriormente transcrito, está simbolizado o desejo de continuidade das ações. O mesmo sujeito manifesta a importância do envolvimento em todas as ações sobre segurança para a comunidade.

O sujeito número 03 menciona os limites materiais ou financeiros como responsáveis pela não continuidade institucional dos projetos.

Os limites acredito que eles sempre acabam batendo na questão financeira. Porque hoje poderíamos ter ainda esse programa funcionando. O que houve? Parou porque houve uma dimensão de recursos por parte do ministério da Justiça e alguns programas tiveram que ser cortados. Esse é o limite. Agora não vejo limites de um programa desses de excluir uma comunidade por questões de logística por exemplo. Ele não vai ter limites porque é um programa bom e se houver problemas vais ser com um ou dois elementos do programa que serão substituídos. (Transcrições, p. 12).

O sujeito número 03 responsabiliza a instituição federal pela diminuição dos recursos que inviabilizaram a continuidade dos projetos. Ao mesmo tempo declara que é um programa bom e se houve problemas com pessoas, elas serão substituídas.

O sujeito número 04 lamenta a falta de apoio institucional com o investimento de recursos financeiros para a continuidade dos projetos

Então o que está em meu alcance eu faço. Então é uma pena que a gente não tem uma sede pra gente trabalhar ali uma tarde, pra poder receber as pessoas. Tudo depende de dinheiro, porque na verdade a gente se encontra na sede dos DH no IFIBE, e é lá que a gente está ocupando o espaço. Então seria muito bom se a gente olhasse e desse continuidade ao projeto. (Transcrições, p. 18).

O sujeito número 04, que afirma fazer tudo o que estiver no seu alcance para a continuidade das ações, lamenta a falta de recursos materiais e financeiros e manifesta o desejo de encontrar pessoas que olhem e apoiem o projeto.

A fala do sujeito número 02 informa que o término do projeto não simboliza o término das ações.

Mesmo o projeto tendo terminado elas vão se tornar referências naquelas comunidades, de procura. Alguém vai lá e precisa de alguma coisa sobre onde vou resolver um problema meu. Então eu vou procurar a fulana que trabalhou no projeto. É um empoderamento e uma visibilidade da mulher dentro da comunidade onde elas estão. [...] As pessoas precisam ver que primeiro a polícia não está ali para fazer o mal, mas para permitir que um determinado espaço tenha paz a partir de sua ação. E os territórios da paz trazem essa questão da inserção da polícia dentro da comunidade, permitindo aquele contato com as pessoas, de poder conversar. (Transcrições, p. 04).

O sujeito número 02 declara que o projeto mudou as pessoas, tornando-as referências em suas comunidades. Como referências, essas pessoas aumentam a visibilidade e o poder para encaminhar soluções dos problemas. Outra mudança relaciona-se com a percepção que as pessoas passaram a ter da paz e da polícia. Nessa mudança de percepção causada pelos projetos nas pessoas está incluída a construção da paz a partir de ações de aproximação e de diálogos.

O sujeito número 01 defende o resgate dos projetos, sugerindo que sejam retomados, ampliados e aplicados em outros lugares.

Mas acho que, não só em Passo Fundo, mas deve ter um resgate desses projetos. Isso não é coisa de só um ano, ou dois anos. Tem que ter uma maneira desses projetos serem contínuos, porque os problemas desse ano foram resolvidos, mas os problemas que virão no ano que vem? No outro ano, como é que faz? Então tem que ter um meio de tornar esses projetos políticas públicas dos municípios, dos estados, da união, mas que sejam projetos que precisam continuar, talvez renovando os agentes desses projetos para

não tornar-se dependência de emprego, porque cada um que passa nesse programa como mediador e participante, ele sai com aprendizado para toda a vida. Então se você vai fazer na comunidade e a cada ano ou dois anos, renovar essas equipes, você vai trazendo para essas comunidades uma cultura de paz, e isso é fundamental. (Transcrições, p. 03).

O sujeito número 01 defende que os projetos sejam contínuos, pois os problemas que envolvem a segurança também são. Além disso, sugere a necessidade de transformá-los em políticas públicas para que as três esferas do estado estejam comprometidas com eles. Dessa forma, os projetos podem contribuir para instituir uma cultura de paz.

O sujeito número 02 avalia como negativo a não continuidade institucional dos projetos, apontando aspectos positivos na sua execução e manifestando o desejo de continuidade.

Acho que de positivo ficou muita coisa: a união do grupo, a manutenção do grupo mesmo com a extinção do projeto, não com todas as integrantes, mas uma grande parte. A semente foi lançada. E de negativo, de fato, de o projeto não ter tido uma continuidade. Eu acho que isso era um desejo tanto do grupo como da comunidade de onde elas são. Porque isso teve reflexos positivos. (Transcrições, p. 05).

O sujeito número 02 informa vários pontos positivos dos projetos, avaliando que mesmo com sua extinção formal uma parte das integrantes continua com as ações.

O sujeito número 04 lamenta o fim do projeto, que se manteve por apenas doze meses e não teve continuidade.

Pena que o projeto acabou, porque a gente queria mais e mais. Hoje a gente tem algumas pessoas que se propuseram a dar palestras. A gente se reúne uma ou duas vezes por mês. Pena que foi só por 12 meses. Deveria ser um projeto para toda a vida que é sobre a violência. A gente aprende bastante também porque tem umas partes que fala sobre políticas públicas que a gente não sabia. [...] Foi uma capacitação muito bem dada. Pena que não teve continuidade. Seria um projeto pra dois anos, ou para sempre, porque foi excelente e não teve nada de falas no projeto. (Transcrições, p 15).

O sujeito número 04 informa que uma parte do grupo continua se reunindo e se capacitando, apesar do projeto ter terminado. Além disso, declara que o projeto sobre a superação da violência deveria ser para a toda a vida, pois foi uma excelente capacitação e, por isso, merecia ter continuidade.

O sujeito número 02 apresenta uma descrição dos problemas vinculados com a falta de segurança e manifesta o desejo de realizar ações voltadas para os agressores.

O nosso sistema é uma mulher que vai na delegacia dizer que apanhou do marido. Bom, vamos da percepção que eu tenho do meu trabalho. Aí vem o marido e vai dizer que se estressou e bateu na mulher por um motivo X. E que muitas vezes eu vejo que o motivo X que ele tomou não justifica a atitude, mas ele tem algum fundamento que ele teria e assim eles não conseguem entrar num consenso. Então nessas coisas devia ter a possibilidade de abrir mais, só que os sistema é bruto e não tem esse tipo de espaço. [...] Eu com 3.500 ocorrências por ano nunca vou poder fazer uma coisa dessas de fazer a mediação. Eu gostaria muito de ter essa possibilidade. Eu tenho um plano para esse ano. Quero fazer grupos de discussão com os homens. Porque as mulheres têm muitos espaços para falar, e os homens não. Estou começando a perceber isso. (Transcrições, p. 07).

A declaração do sujeito número 02 parte de uma situação concreta entre milhares de ocorrências para demonstrar que o sistema de segurança não é sensível com o contexto e com os envolvidos nele. Ao analisar o funcionamento das instituições responsáveis pela segurança, informa que houve abertura, construção de espaços para a manifestação das pessoas agredidas. No entanto, como continuidade das ações, sugere e manifesta o desejo de constituir espaços de escuta e discussão com os agressores.

Passamos agora para a descrição dos três episódios selecionados entre o conjunto dos episódios envolvendo os quatro projetos. Os episódios são *O Baile de Debutantes Comunitário*, *A Construção e Utilização da Colcha* e *o Assassinato da Sílvia*. Esses episódios estão apoiados nas falas dos vinte e um sujeitos participantes da pesquisa e a opção por eles se apoia na repercussão e na representatividade que tiveram.

6.2 Três episódios

A relação com a totalidade dos episódios que envolvem os projetos do Pronasci executados em Passo Fundo não pode ser apresentada nesta descrição das informações, pois é muito grande e, por isso, selecionamos os três de maior repercussão. No quadro construído para o capítulo da metodologia, quando apresentamos as informações dos sujeitos participantes da pesquisa, destacamos um episódio que marcou a execução dos projetos do Pronasci, na visão do participante (Quadro 02, p. 97-99). Além das informações apresentadas pelos sujeitos participantes, a seleção dos três episódios se apoia na repercussão que tiveram na comunidade local, regional, nacional e mundial, como foi o episódio do assassinato da Sílvia, cuja repercussão culminou com um filme documentário premiado pelo Congresso Nacional e pelo Banco Mundial. (BANK, 2014). O episódio do baile de debutantes comunitário e a construção e utilização da colcha foi amplamente repercutido por órgãos de imprensa local e regional, devidamente relacionados nas referências desta tese.

6.2.1 O baile de debutantes comunitário

Além da referência manifestada por diversos participantes da pesquisa, o baile de debutantes comunitário repercutiu com a divulgação em diversos veículos de comunicação (Diário da Manhã, 2014; O Nacional, 2014a; O Nacional, 2014b; UPFTV, 2014a; UPFTV, 2014b). Esse episódio se relaciona e se vincula ao conjunto das nove categorias. Simboliza a superação, a transgressão de uma verdade naturalizada nas relações entre grupos sociais e comportamentos de gênero. A superação dos limites das condições sociais possibilitou a participação em um evento anteriormente restrito para jovens de um determinado nível econômico. A superação do machismo possibilitou a liberdade de escolha para jovens que enfrentaram a cultura machista que impõe subordinação e obediência do feminino ao masculino. A segurança, a justiça e a cidadania expressaram-se de forma unificada no baile de debutantes comunitário, que passaremos a relatar.

Um baile de debutantes normalmente está associado a meninas pertencentes a um segmento social e econômico diferente do qual pertencem as protagonistas do episódio que passaremos a descrever. Além disso, o que pode ser considerado inovador e desencadeador de repercussão neste episódio está na sua relação com a polícia e com a segurança. O núcleo de Policiamento Comunitário do 3º RPMon (Regimento de Polícia Montada) da Brigada Militar, com o apoio de várias entidades parceiras de Passo Fundo, foi protagonista do evento. Trata-se de um projeto realizado com ajuda de diversas entidades para 16 (dezesesseis) debutantes moradoras do Bairro Integração de Passo Fundo. Durante três meses as jovens participaram de oficinas, palestras e outras atividades de formação, organizadas pelos policiais do Núcleo de Policiamento Comunitário do 3º RPMon da Brigada Militar, em parceria com Prefeitura de Passo Fundo e apoio da Universidade de Passo Fundo (UPF). O evento ocorreu no dia 15 de novembro de 2014, às 20h30, no Ginásio Poliesportivo do Bairro Jaboticabal. O objetivo do evento não se limitou à realização de um baile, pois incluiu ações para promoção do protagonismo, da emancipação, da cidadania e da integração comunitária.

O evento contou com uma estrutura decorada, e as jovens ganharam o vestido para uso na data e um *book* fotográfico como memória material de suas histórias. Reunindo aproximadamente 300 pessoas, o evento contribuiu para a realização de um sonho de jovens das comunidades que não teriam tal oportunidade por falta de condições financeiras. As protagonistas do baile foram meninas que completaram 15 anos em 2014, estavam frequentando regularmente as aulas das suas escolas, participaram de reuniões e de palestras

sobre diversos temas, vinculados ao exercício da cidadania. Houve a inscrição de 25 jovens, estudantes das escolas municipais Fredolino Chimango, Irmã Maria Catarina, Padre José de Anchieta e Diógenes Martins Pinto, todas pertencentes ao Bairro Integração. Incluímos, a seguir, um registro fotográfico que materializa a memória de um dos momentos culminantes do baile de debutantes comunitário. Trata-se de uma foto, realizada no ginásio comunitário do bairro, que registra um dos momentos mais significativos do projeto.

Foto 1 – Grupo de debutantes



Fonte: PMPF, 2014.

Cabe relatar que a realização do projeto ultrapassou obstáculos, superando barreiras. É ilustrativo considerar que apenas 16 (dezesesseis) das 25 (vinte e cinco) jovens que realizaram a inscrição participaram como debutantes do baile. Entre os obstáculos está o comportamento machista e possessivo dos namorados, companheiros ou maridos, que dificultaram, não apoiaram ou não autorizaram a participação.

Um dos coordenadores do projeto demonstra envolvimento emocional com o conjunto dos projetos pensados pelo Núcleo de Policiamento Comunitário, dando indicativos de elos necessários para o bom desenvolvimento social. Entre os efeitos que esses eventos comunitários causam na população, se inclui a demonstração de que o policial não é uma

máquina ou apenas um técnico, mas é um ser humano, um ser social que convive, se relaciona, se alegra e se emociona.

A reconstrução desse episódio, projeto da polícia comunitária e subprojeto do Pronasci, contribui para ilustrar o conjunto das categorias já descritas neste capítulo. O baile de debutantes comunitário simboliza aprendizagem, aproximação e coesão do grupo entre si e das instituições e com a comunidade e desenvolvimento orientado por intervenções horizontais.

6.2.2 A construção e utilização da colcha

Passamos para a descrição do segundo episódio que ilustra o conjunto das nove categorias construídas para descrever as informações utilizadas nesta tese. Além da referência manifestada por diversos participantes da pesquisa, a construção e a utilização da colcha em diversas ações das *mulheres da paz* repercutiu com a divulgação em vários veículos de comunicação. (CDHPF, 2013a; Diário da Manhã, 2014; O Nacional, 2014a; O Nacional, 2014b; UPFTV, 2014a; UPFTV, 2014b). Esse episódio simboliza a superação e a transgressão de uma verdade naturalizada nas relações entre grupos sociais e comportamentos de gênero.

Trata-se da construção e utilização de uma colcha. Da mesma forma que o baile de debutantes, a colcha representa o desejo de superar a subordinação do feminino ao masculino, por valorizar e demonstrar o protagonismo da mulher. A construção dessa colcha é a demonstração que a aposta na emancipação humana, apoiada em uma razão universal, científica, pode ser entendida como um exercício em construção. Os exercícios de superação da submissão causam conflitos, por vezes confrontos, entre culturas, gêneros, gerações, economias, mercados e estados. Ocorre que os grupos não eleitos ou que se sentem desprestigiados nesta *peregrinação* em direção ao desenvolvimento, podem exigir a própria inclusão, buscando a superação das condições de inferioridade. Esse é o caso das mulheres, cujo histórico de lutas e de ações possibilitou, em tese, avanços na superação de sua condição de inferioridade e de subordinação. As mulheres passam a considerar como não adequado sua subordinação às condições de violência física e psicológica, passando a lutar pela superioridade do humano em relação ao gênero.

A colcha, construída pelas *mulheres da paz* de Passo Fundo, simboliza o desejo de superação dos confrontos e inseguranças que envolvem as diferentes formas de agir e de

viver. Inspiradas no filme *Colcha de Retalhos* (MOORHUSE, 1995), as *mulheres paz* de Passo Fundo escreveram uma carta com suas histórias de vida e confeccionaram seu retalho individual. Na sequência esses retalhos foram unidos por bairro e, por fim, os retalhos de todos os bairros foram integrados, representando uma unidade e registrando simbolicamente as individualidades. Os retalhos confeccionados por cada mulher da paz e pelas integrantes da equipe multidisciplinar revelam parte da história de cada uma das mulheres, bem como expressam o pertencimento, simbolizando o desejo de uma cultura de paz, de superação das injustiças, de direitos humanos que antecedem as condições econômicas, culturais e de gênero. As experiências de vida de um grupo de pessoas são representadas em um pedaço de pano que passa a simbolizar o sentimento de cada uma delas.

A colcha representa, entre outras coisas, o sentimento de pertença, gerador de união, de coesão e de conforto como declara o sujeito participante número 02:

Eu me lembrei agora da colcha, que eu acho que foi um trabalho de construção, aquela coisa do totem. Não tem quem não se encante com ela. Foi muito bonito de se ver. Eu não participei da construção, mas vi a colcha. (Transcrições, p. 05).

A transcrição dessa fala ratifica a dimensão pedagógica da colcha, salientando que sua construção e sua utilização sensibilizaram e encantaram. Para ilustrar esse relato, incluímos, logo adiante, uma foto que comprova a utilização da colcha em um momento público de grande repercussão, que foi a solenidade de formatura das *mulheres da paz*.

Nesta transcrição, uma manifestação sobre a colcha:

E uma coisa que me marcou foi a construção da colcha. Deu muito comentário. Cada ideia que veio e isto marcou, cada pedaço desta colcha tem uma história nossa. (Transcrições, p. 64).

A fala transcrita ratifica o simbolismo da colcha ao relatar que ela foi uma construção que representa a história do grupo que a confeccionou. Em consequência disso, a colcha tornou-se um símbolo, *uma mística*, que acompanhava as mulheres em momentos importantes da caminhada, expressando um elo das individualidades no grupo.

Foto 2 – Uma das inúmeras vezes que a colcha foi utilizada



Fonte: CDHPF, 2013.

A presença da colcha em encontros, os momentos solenes e as exposições públicas simbolizam os desejos das mulheres enquanto grupo, simboliza olhares e interpretações a serem evidenciados, identificando unidade na diferença. Na colcha está simbolizado um desejo de transgressão e subversão das ordens e verdades anteriores ou naturalizadas. Os comportamentos que se apresentam de forma ordeira e subordinada assumem características de questionamento, insubordinação e transgressão. A ordem estabelecida pela cultura de subordinação ao masculino, aos limites restritivos de condições morais e de condições materiais, passa a ser questionada e transgredida. Esses comportamentos traduzidos nas ações das *mulheres da paz*, simbolizados em uma colcha, transcendem os limites de uma ciência positivista, objetiva e ordenada. A construção e o estabelecimento de uma nova condição pessoal e social estão relacionados com uma ciência abrangente, que almeja o estabelecimento de relações, que enfrente o complexo, superando o previsível e atingindo os contextos, as individualidades e as subjetividades. Trata-se de uma nova forma de representar a realidade que busca legitimidade em um campo dominado pela autoridade científica. Reconhecer a validade dessa forma de conceber a realidade, de explicar as ações e de explicar a vida, implica na abertura e na ampliação das formas de representação da realidade. A fronteira entre a razão e a emoção, entre o certo e o errado, o masculino e o feminino, o humano e o não humano, o humano e a natureza, a liberdade e a segurança está em discussão no exercício pedagógico simbolizado na colcha.

6.2.3 O assassinato da Sílvia

Além dos dois episódios (um baile e uma colcha) já descritos, o assassinato de uma membra do programa *Mulheres da Paz* causou grande repercussão. (CDHPF, 2013b; O NACIONAL, 2013d; O NACIONAL, 2014c; BANK, 2014). O assassinato de Sílvia gerou mobilização dos sujeitos envolvidos com os projetos do Pronasci. Como demonstrado na fala do sujeito participante número 02, esse acontecimento foi um *baque* (um choque) e, ao mesmo tempo, um motivo para *coesão* e ação.

Eu me lembro do episódio da Sílvia que foi um baque pro grupo, porque uma perda na condição que foi, foi um baque muito forte para o grupo, mas serviu também como um momento a mais de coesão, tanto que depois disso o grupo continuou se reunindo quando havia audiências e quando foi o julgamento do agressor. (Transcrições, p. 05).

O contexto desse assassinato demonstra que o estabelecimento de uma condição plena ou ao menos satisfatória de justiça e de segurança está em crise. A justiça e a segurança real ou imaginária, material ou psicológica se apresentam em uma linha que indica sua diminuição e não seu aumento. Sílvia Aparecida de Miranda, 36 anos, foi assassinada a facadas pelo genro, em de 25 de outubro de 2012. A vítima foi até a casa do acusado, onde estava a filha dela, de 19 anos, mantida no local contra a própria vontade. Ao defender sua filha de violência doméstica praticada pelo genro, Sílvia Aparecida de Miranda foi assassinada. Na fala do sujeito participante número 11, assim o fato é relatado:

A minha mãe foi ver se ela tinha dado o remédio pra nenê e foi dito lá que nem deu tempo de se trancar nada. Ela só chegou em casa e disse: chama a Vivi que o “Cham” me deu uma facada. Mas não foi só uma facada, foi mais que uma. Então pra nós isso foi...ele teve a intenção mesmo de matar. Porque ela não ia conseguir se dar seis facadas. Então foi ele e teve a intenção de matar mesmo. E ela junto. Ela viu, nem apartou, não protegeu minha mãe nem nada. (Transcrições, p. 49).

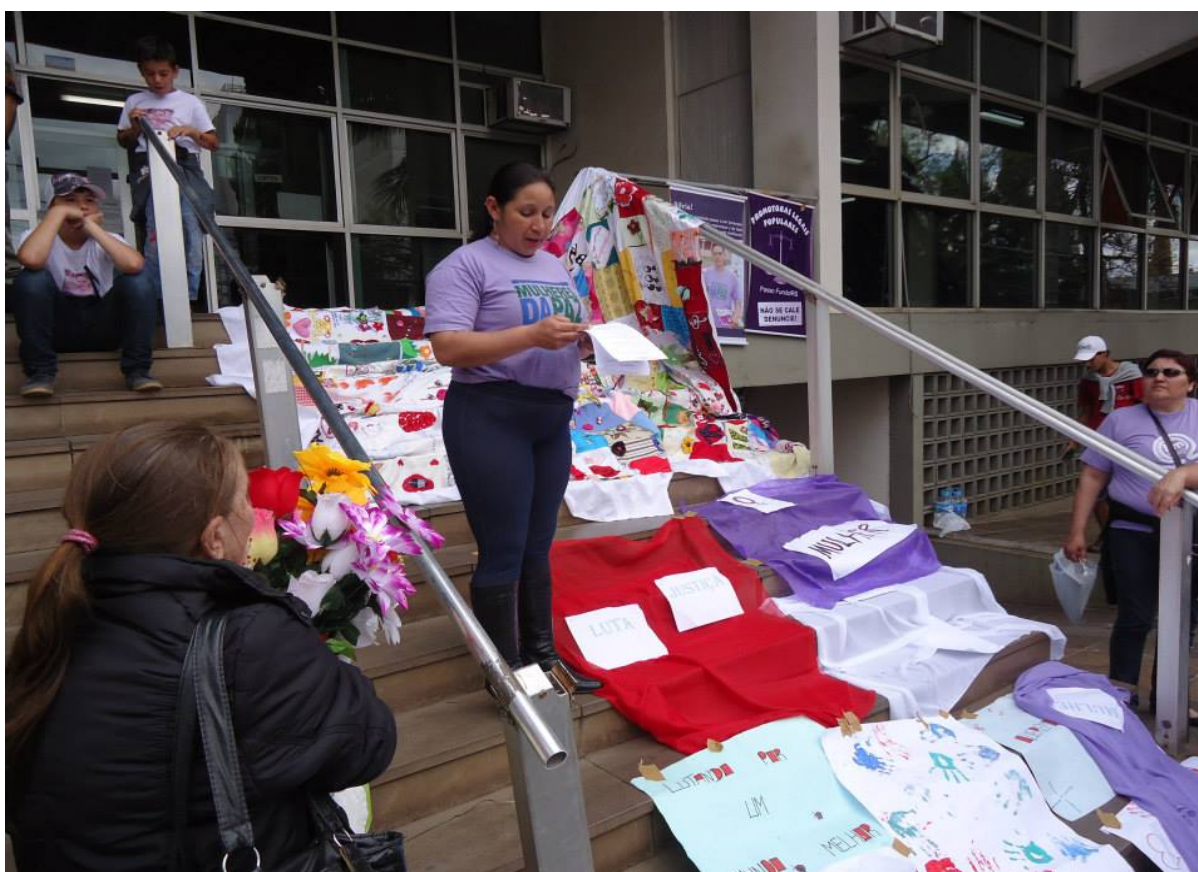
O relato do sujeito número 11, que tem vínculos familiares e biológicos com a vítima do assassinato, demonstra revolta não apenas com o agressor direto, mas também com a companheira do agressor, que é filha da Sílvia, pois ela não defendeu a própria mãe. Ou seja, a mãe realizou uma intervenção para proteger a filha da violência masculina, no entanto a filha parece não ter agido para proteger a mãe e autodefender-se.

Sílvia é considerada um símbolo da luta contra a violência à mulher e lembrada por sujeitos que não aceitam a violência masculina. (BANK, 2014). Para exigir a punição do responsável por seu assassinato, várias manifestações foram realizadas. Em algumas dessas

manifestações as mulheres usavam a colcha, confeccionada por várias mãos durante o projeto. Entre outros locais, o fórum, instituição que compõem o judiciário, foi o local-símbolo para exigir justiça pela morte da Sílvia.

A foto incluída a seguir ilustra um desses momentos de manifestação em frente ao fórum, exigindo celeridade na atuação do poder judiciário.

Foto 3 – Foto simbolizando uma das inúmeras ações das mulheres da paz



Fonte: CDHPF, 2013.

Outro símbolo no histórico do assassinato é a mãe da Sílvia, Ortelina de Miranda, 67 anos, que ficou com a guarda de três dos cinco netos deixados por Sílvia e que participa das atividades exigindo justiça. Ela compõe o grupo dos 21 participantes entrevistados para a coleta das informações desta tese. Entre as manifestações realizadas pelos ativistas de uma cultura de paz, está uma vigília de 20 dias em frente ao fórum pedindo para que o autor do assassinato seja levado a júri popular. As mobilizações são resultados do trabalho de conscientização adquirida durante o projeto *Mulheres da Paz*, do qual Sílvia não somente fazia parte, como era uma das lideranças no bairro Jaboticabal.

Outro aspecto marcante no episódio é o comportamento da filha de Sílvia e companheira do acusado. A surpresa deve-se à mudança da versão dada à polícia. No primeiro depoimento, ela havia descrito uma rotina de violência física e psicológica ao lado do acusado. Sobre a noite do crime, contou ter encontrado suas roupas cortadas e espalhadas pelo quarto. Pouco tempo depois, Sílvia chegou ao local e, durante a conversa entre as duas, o companheiro interferiu e iniciou uma discussão. Também confirmou que ele se armou e investiu contra sua mãe. No entanto, antes do julgamento, a filha de Sílvia mudou a versão dos fatos, negando a briga entre o companheiro e a mãe e declarando que a mãe havia atacado o seu companheiro com pedradas. Conforme a nova versão da filha, o réu tentava defender-se quando Sílvia caiu sobre o canivete que ele tinha em mãos. A jovem assumiu ainda ter rasgado suas próprias roupas dentro da casa. Em contradição com a declaração da companheira do condenado, está o laudo de necropsia comprovando que Sílvia levou cinco e não apenas uma facada, uma atingiu o coração, três a feriram embaixo do braço esquerdo e uma nas costas.

O crime transformou-se em espécie de símbolo contra a violência doméstica em Passo Fundo, o que pode ter contribuído para a celeridade do judiciário. O acusado teve a prisão preventiva decretada e permaneceu preso por mais de um ano e, após, aguardou julgamento em liberdade. Michel de Moraes Rodrigues, acusado de assassinar a Sílvia, foi julgado e condenado, em 2014, dois anos após o assassinato. A condenação de 9 anos e seis meses de prisão gerou um novo recolhimento, considerando que ele aguardava o julgamento em liberdade, saindo preso do fórum. Esse fato transmite uma mensagem para a sociedade e para as mulheres que estão em situação de agressão, que não aceitam agressão contra as mulheres. Em algum grau pode ser compreendida pela sociedade como realização da justiça. E esse episódio simboliza a condenação e a prisão das pessoas que cometem esse tipo de violência e de injustiça.

A força simbólica dos acontecimentos que envolvem o assassinato, associada à identidade ou ao pertencimento de Sílvia, pode contribuir com o desejo de mudança na cultura da violência contra a mulher. A comoção e as manifestações das *mulheres da paz* e de ativistas de Direitos Humanos, exigindo a atuação célere do judiciário, e a condenação do autor dos atos que causaram a morte sinalizam e reforçam o desejo associado com a superação da violência, com a construção da emancipação, com a não aceitação da violência de gênero e com a concretização de uma ideia de justiça.

Com a descrição das nove categorias e dos três episódios, apresentamos as informações coletadas sobre os limites e as possibilidades das políticas públicas de segurança e de justiça para a emancipação dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci realizados em Passo Fundo. No registro das falas dos sujeitos envolvidos com as ações do Pronasci evidencia-se a importância e o desejo de continuidade. Essas ações desencadearam movimentos, novas ações e consequências que estão em andamento. O encerramento do vínculo e do apoio institucional aos sujeitos dos projetos é percebido como uma perda; no entanto, a atuação dos mediadores, das *mulheres da paz*, dos jovens capacitados pelo protejo são forças que atuam na comunidade.

No próximo capítulo exercitamos modos de representar ou simbolizar os temas da justiça e segurança em sintonia com uma metodologia técnica, das especialidades ou com uma metodologia que se apoia nos contextos e nas situações problemas. Essas duas dimensões relevantes da vida humana podem ser formuladas e executadas em sintonia com duas concepções distintas de política pública. Uma que as caracteriza como temas independentes e que pertencem a áreas do conhecimento específicas. Outra que identifica a justiça como uma condição para a segurança, bem como se apoia na segurança para ser viabilizada a justiça.

7 A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DA JUSTIÇA DA SEGURANÇA

“O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas.”
(Ludwig Wittgenstein)

Nesta parte da tese retomaremos o problema dos limites e das possibilidades das novas políticas públicas de segurança e de justiça na emancipação dos sujeitos, para analisá-lo sob a luz do percurso teórico reconstruído e das informações relatadas. Esse percurso iniciou com a reconstrução das concepções e das condicionalidades ou dos pressupostos para as práticas que envolvem os temas da justiça e da segurança. Agrupamos e reconstruímos o conjunto dessas concepções em duas abordagens que denominamos de *pensamento simples* e de *pensamento complexo*. Passamos por uma reconstrução conceitual do Pronasci, ao destacar as bases conceituais da política pública. Realizamos uma reconstrução dos quatro projetos principais do Pronasci realizados em Passo Fundo-RS, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados para o acesso e a interpretação das informações e apresentamos as informações coletadas na tese em nove categorias e três episódios. Por fim, neste último capítulo apresentamos uma interpretação das informações relacionando-as com o problema e com os objetivos da tese.

O conjunto das concepções reconstruídas nesta tese está aglutinado em dois grupos – *pensamento simples* e *pensamento complexo*. O simples e o complexo são modos de pensar vinculados com modos de agir e com teorias que orientam maneiras de analisar e interpretar.

No grupo de abordagem que denominamos de *simples* está contemplada uma forma de conceber o direito, a psicologia e a segurança como campos de conhecimento que mantêm pouca interação entre si; são técnicos, formais e dissociados dos cotidianos e das dinâmicas complexas da vida. Incluem-se nessa forma de pensar, reconhecida como moderna, autores que fazem parte de um ciclo com referência inicial em Descartes e culminância em Kant. Descartes pode ser considerado um dos protagonistas dos pensamentos mecânicos e técnicos que promoveram um “endeusamento” da razão. Kant é identificado como pensador que exercitou a crítica da razão, produzindo obras que apontaram seus limites.

Após esse ciclo, apresentam-se pensadores que se incluem no grupo que denominamos de *pensamento complexo*. Nesse ciclo, os questionamentos, as críticas e as desconstruções passam a ser acentuadas. Uma nova ferramenta passa a dividir, ocupar o espaço e até substituir a razão como ferramenta do desejo humano por esclarecimento, liberdade, segurança, justiça e emancipação. Esta ferramenta chama-se linguagem, a qual se apresenta

como recurso para desconstruir mitos, dogmas e arbitrariedades construídas em nome da razão. Na tradição inglesa, pode ser destacado Wittgenstein, como destruidor dos mitos de um sentido universal e absoluto. Na tradição alemã, Nietzsche apresenta-se como um pensador que se destaca ao defender o uso do *martelo* para a desconstrução, destruição do modelo, do esquema mental, idealista e racional. Na cultura francesa, Foucault é um dos representantes dessa forma de pensar, ao apontar os limites e a dominação exercida por práticas institucionais apoiadas em técnicas racionais de controle dos indivíduos, que supervaloriza uma forma de pensar apoiada na razão, que serve para controle e manutenção do poder.

Outro grupo de pensadores que também se situam no que denominamos de *pensamento complexo*, em uma nova época, com novas condições históricas para a vida humana denominada, segundo Bauman (2010), de *pós-modernidade* ou de *modernidade líquida*, inclui Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, Luis Alberto Warat e Serge Moscovici. Esses autores defendem a superação do pensamento simples, fragmentado, que separou a ciência do humano e do social. Essa forma objetiva, racional, científica, única (absoluta) e simples de pensar serviu a um modelo que não conviveu, nem inclui de forma satisfatória outros modos de pensar e de construir conhecimentos. Os limites do pensamento simples e absoluto estão evidenciados em acontecimentos sociais catastróficos como as duas guerras mundiais e o holocausto. A superação do pensamento dominador, absoluto, cego e patológico depende da capacidade de religar, de relacionar partes, cujo sentido passa a ser identificado na relação. Boaventura de Sousa Santos problematiza o poder absoluto de um sujeito científico (o juiz) na definição, de forma neutra sobre o que é justo. Luis Alberto Warat (2004) recorre a Edgar Morin para afirmar que ciência moderna, apoiada na ordem e na razão, causou erros, ignorâncias, cegueiras, perigos, patologias no modo de construção do conhecimento. Moscovici (2011), ao teorizar sobre a ação das minorias, destaca a incerteza e as diferentes combinações possíveis entre os componentes do conhecimento.

Após tratarmos da cognição que transitou da razão formal, rígida e estática para a referência da linguagem como componente central e dinâmico das estratégias comunicativas, adentramos no tema das políticas públicas de segurança. O conceito de segurança localizado na CF/88 é um divisor de paradigmas, pois implica na construção de oportunidades para que o indivíduo, independentemente de sua condição (violento ou pacífico), se construa como cidadão. A política pública de segurança simbolizada nos projetos do Pronasci configura-se no interior do paradigma de segurança com cidadania.

Os projetos do Pronasci têm, entre seus objetivos, valorizar a comunidade local como referência para identificar e solucionar os problemas que impedem o bom desenvolvimento da cidadania. A caracterização do humano como cidadão, como sujeito de relações que vislumbra um desenvolvimento emancipatório, implica na identificação de espaços de existências. Esses espaços podem ser físicos, locais ou globais, mas, também, virtuais, psicológicos e subjetivos.

Nos últimos anos, com evolução e expansão da tecnologia, em especial da tecnologia da comunicação e do transporte, o espaço existencial se movimentou significativamente da dimensão física para a dimensão virtual. O ser humano continua construindo sua vida em comunidades; no entanto, esse termo sofreu profundas ressignificações. Nessas alterações dos espaços de vida, o enraizamento geográfico e cultural cede espaços para o conjunto de relações com outras referências geográficas e culturais. Dessa forma, as pessoas que vivem na comunidade do Bairro Integração de Passo Fundo-RS, Brasil, por exemplo, podem relacionar-se com pessoas de vários lugares do planeta Terra e dão sentido para a expressão comunidade global. A força da expressão comunidade global está associada ao conjunto de características da vida humana em uma sociedade globalizada. Essa globalização significa a transposição dos limites geográficos e culturais e está sendo impulsionada por objetivos econômicos e comerciais. Trata-se de um fenômeno que pode ser identificado no início da história humana e acentuado a partir do final do século XX. Em certos aspectos a valorização da comunidade global implica na diminuição e até na desvalorização da comunidade local, pois as referências, que eram predominantemente de um contexto geográfico, cultural e econômico, passam a ser substituídas por outras influências globais. A convivência e a autoconstrução da identidade ultrapassam os limites das influências locais e assumem características que se identificam em um contexto global.

Nesse contexto de alterações significativas de referenciais cognitivos e do modo de existir, a viabilização da segurança, da justiça e a cidadania dependem da capacidade do ser humano de exercer sua autonomia, vislumbrando formas saudáveis e seguras de desenvolvimento. Nessa caracterização, o espaço cotidiano, fisicamente localizado, suprido de condições materiais, com proteção das intempéries e acesso ao alimento, continua posto nas condições para a segurança. As formas de atribuir sentido a outros seres humanos de convivências imediatas, bem como aos seres humanos existentes em espaços e culturas diferentes, também são componentes da justiça e da segurança.

No histórico das comunidades beneficiadas pela política pública de segurança aqui analisada, se evidencia o distanciamento e a ausência do Estado. Trata-se de bairros geograficamente distantes das referências centrais da cidade, separados por vazios urbanos. O poder aquisitivo dos moradores desses bairros é considerado baixo, e os serviços prestados pelo Estado, quando chegam, se apresentam de forma precária. O índice de valorização e reconhecimento dos moradores que vivem nessas comunidades é menos elevado, se comparado com as regiões centrais da cidade. A presença e a atuação dos *mediadores*, das *mulheres da paz*, dos *policiais comunitários* e das oportunidades de conviver em outros espaços se apresentaram, em sintonia com as informações apresentadas no quinto capítulo do desenvolvimento desta tese, como indicativos de valorização da cidadania, do reconhecimento, do desenvolvimento e da segurança.

Organizamos este último capítulo em três tópicos, sendo que o primeiro aborda o tema da segurança na sua relação com o paradigma da complexidade. No segundo, trataremos das relações entre a política pública simbolizada no Pronasci e a cidadania. Por fim, no último tópico, a segurança é apresentada como resultado das aproximações ou distanciamentos entre identidades e justiça.

7.1 A política pública de segurança no referencial do pensamento complexo

Para iniciar este item, é válido um exercício de aproximação entre o problema, os objetivos e o referencial teórico deste trabalho. A relação entre estes três pontos se estabelece através da identificação dos limites e das possibilidades dos projetos do Pronasci, evidenciando-se os aspectos positivos e os aspectos negativos na execução do novo de forma diferente.

Além disso, uma análise mais aprofundada para explicitar aspectos do comportamento dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci relaciona os referenciais de sentido individual (bases epistemológicas), os objetivos e os resultados. Uma ação humana consciente (profissional ou pessoal) é praticada com a capacidade de identificar as relações desses três componentes. O envolvimento consciente e a interferência de sujeitos individuais e de atores institucionais, que orientavam suas atuações a partir de referenciais que deveriam ser claramente explicitados, podem ser apontados como fator de interferência nos resultados dos projetos, bem como no desencadeamento de ações para a continuidade da efetivação dos objetivos do Pronasci.

Um exemplo, uma ação que demonstra a relação entre sentido individual, objetivos e resultado, pode ser visualizado no comportamento de um profissional representando uma instituição (poder judiciário, prefeitura, instituição de ensino superior) que não questiona, aceita, não problematiza determinadas crenças (“é pobre por que é preguiçoso, ignorante”, “é coitado, sempre vai ser pobre e ignorante”) sobre as pessoas, sobre os cidadãos que vivem nas comunidade beneficiadas pelos projetos do Pronasci. Essas crenças desses sujeitos que representam instituições interferem no resultado das ações que envolvem os projetos do Pronasci.

Outro exemplo que demonstra as relações entre sentidos individuais, objetivos e resultados dos projetos do Pronasci pode ser identificado no episódio que envolve a morte da Sílvia. (BANK, 2014). O comportamento da Franciele (filha da Sílvia, mulher da paz assassinada), suas crenças, os referenciais que orientam o seu comportamento, parecem ser coniventes com a violência masculina (em nome do amor, da crença que a violência masculina é normal ou tolerável). Nesse caso, em uma família com três gerações (Ortelina, Sílvia e Franciele) parece haver um retrocesso ou um retorno da convivência e conivência com referências de comportamento que aceitam as crenças da normalidade da violência masculina. Portanto, a morte da Sílvia, uma *mulher da paz*, interferiu, sensibilizou, gerou ações de cidadania, pressionou o poder judiciário e está associada com referências diferentes, com crenças sobre a violência masculina que se confrontam e geram violência.

No interior da forma complexa de pensar, a política pública de segurança não pode ser compreendida sem incluir estratégias comunicativas para romper com os abismos que separaram a razão da emoção, o homem da natureza e o conhecimento científico e o mundo da vida. A aproximação entre realidade objetiva e dimensão subjetiva, a caracterização das condições materiais e das condições existenciais apresentam-se como constitutivos da segurança. O conflito, inerente à condição humana, deve ser identificado como um componente central para compreender a segurança. Dessa forma, não é adequado pensar que a conquista da segurança significa eliminar os conflitos, pois o conflito surge de forma simultânea ao indivíduo como ser independente do seu gerador ou do seu cuidador. Um bebê, uma criança, quando não atendida em seus desejos, evidencia o conflito através do choro, do grito e, às vezes, faz uso da agressão física. Essa forma primária de conflito é superada pelo amadurecimento e pela mediação entre cuidador e cuidado. Outra forma de conflito é fruto das relações de poder que também surge com o início das relações entre dois seres.

Uma hierarquia de poder estabelecida entre pais e filhos, homens e mulheres, na família, nas instituições, na comunidade e na sociedade podem ser uma referência de resolução pacífica e positiva de conflitos. Mas pode, também, ser foco de confronto e de insegurança quando não for usada em benefício do bom desenvolvimento de quem se submete ao poder. Submeter-se ao poder de outro implica em não exercer a própria liberdade, que tem sua restrição justificada em nome da segurança. (BAUMAN, 2014).

Os níveis, as dimensões e as intensidades dos conflitos e dos confrontos são indicadores do grau de segurança. Um conflito pessoal é gerador de insegurança subjetiva, que pode contribuir com um desenvolvimento saudável ou contaminar relações interpessoais, resultando em crises, confrontos e violência. Um conflito interpessoal pode transformar-se em aumento de confronto e gerar insegurança na comunidade.

A mediação e a conciliação podem diminuir os conflitos e os confrontos, geradores de insegurança e de injustiças, que se apresentam de forma objetiva e materializada, bem como em dimensões subjetivas, de sentimentos. Trata-se de dois conceitos (mediação e conciliação) que se apresentam como métodos para buscar soluções que compatibilizem interesses e necessidades geradoras de conflito e de confronto. A mediação e a conciliação são indicadas para o conjunto de situações de conflito, no entanto, em casos em que a conciliação não é viabilizada a mediação continua sendo útil como forma de administrar os conflitos.

As diretrizes das ações que embasaram os projetos do Pronasci apontam para a promoção de transformações sociais, democratizando a justiça, a partir da realidade cotidiana dos sujeitos. Podem ser entendidas como uma forma de democratização e aproximação entre justiça/judiciário/estado e cidadão. Trata-se de destacar o diálogo e a prevenção da violência para auxiliar no exercício da cidadania, a partir dos sujeitos que vivem com menor acesso aos serviços viabilizadores de cidadania disponibilizados pelo Estado. Trata-se de perceber uma inclinação conceitual que se desloca da legislação para a interpretação. (BAUMAN, 2010). Com essa inclinação o poder *absoluto* do Estado, representado na capacidade do juiz de legislar, aplicando a lei, a partir do paradigma racionalista, passa a apoiar-se na legitimidade do diálogo, da interpretação, do consenso, dos valores vigentes e aceitos pela sociedade.

Interpretar formas de viabilizar o desejo de segurança e a justiça implica na desconstrução da noção de Estado como uma entidade universal e com capacidade de gerar unidade. Da mesma forma, a sociedade civil anda no sentido oposto de uma visão unitária, abrindo espaços e legitimidade para a diversidade. As experiências do estado ditatorial e absoluto, o aumento do poder do mercado e da livre iniciativa comprovam a insuficiência das

análises a partir de uma unidade, a partir de uma oposição entre interesses binários. As relações entre a sociedade civil e o estado passam a incluir um terceiro ator denominado de *livre mercado*, que se apresenta como um ator com grandes capacidades de influência nos desejos e nas formas de existência.

A análise da segurança pode percorrer o caminho do micro para o macro, ou seja, do individual, interpessoal e comunitário para o Estado e para o mercado. No percurso inverso, a segurança parte do mercado e do Estado, através de suas instituições para chegar no indivíduo. As passagens que compõem as relações dessas instâncias são conflituosas, se apresentam de formas contraditórias e podem ser mediadas. As relações entre as instituições estatais e a comunidade em que o sujeito com desejos se localiza estão implicadas, também, por uma força ampla e complexa denominada de *livre mercado*. O modo de vida com espaços individuais crescentes de liberdade contrapõe-se e se confronta com poderes das instituições públicas e privadas. A evolução e o crescimento livre de instituições privadas confrontam-se com interesses comunitários e sociais. A divulgação de exemplos de comportamentos de sujeitos que confrontam valores coletivos em nome de desejos individuais ou particulares é matéria-prima que alimenta um setor do livre mercado chamado de instituições privadas de comunicação.

O enfrentamento da criminalidade, da violência, da insegurança e da sensação de insegurança, aproximando as políticas de segurança com ações sociais, repressão e prevenção, teoria e prática, mercado, estado e sociedade, inclui a viabilização do diálogo entre o cidadão e as instituições públicas e privadas de abrangência municipal, estadual federal e global. A viabilização da segurança ocorre através da intervenção que aproxima o governo e a população, visando à cidadania e à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Para isso é necessária a união de conhecimentos profissionais e populares, com abertura para novas formas de conhecimento interdisciplinar, com o objetivo de auxiliar no processo de intervenção psicossocial, permitindo uma compreensão e um diálogo mais amplo, que pode resultar em práticas mais eficazes. Nesses novos modos de cognição, influenciado por estratégias comunicativas, está incluída a mediação, entendida como intervenção horizontal, que valoriza os sentimentos, os afetos, o diálogo, visando à construção criativa e mútua de soluções para situações geradoras de insegurança.

Dessa forma, os quatro projetos analisados podem configurar-se como uma abordagem que prioriza a construção e promove uma cultura baseada no diálogo, na compreensão, no respeito à diferença, na criatividade e na solidariedade.

7.2 Segurança e cidadania nos projetos do Pronasci

Os projetos do Pronasci visam disponibilizar *ferramentas* para superar a dependência de um agente externo no atendimento das necessidades, desenvolvendo a capacidade autônoma para transformar uma situação indesejável. No entanto, para efetivar os princípios do Pronasci se faz necessário um modo de subjetivação com ênfase no comunitário, para promover a autonomia dos sujeitos e romper com a tradição assistencialista que engessa as comunidades em uma relação de dependência. Em outras palavras, a segurança depende de novas formas de subjetivação.

Considerando que os envolvidos na capacitação dos projetos do Pronasci são pessoas, jovens ou adultas, com acesso à sociedade limitado a um espaço geográfico e cultural, a apresentação, de outras referências, com outros espaços, constitui-se em uma oportunidade de romper barreiras, superar limites. Os limites para os sujeitos envolvidos pelo Pronasci são de ordem material e de ordem subjetiva, por incapacidade cognitiva de perceber possibilidades de emancipação diante de um contexto de submissão. Com as vivências proporcionadas pelos projetos, os cidadãos passam a ter a possibilidade de posicionar-se, de questionar, de dialogar e interagir na sociedade, nas suas estruturas familiares, na convivência em grupos e no seu ambiente de trabalho. Ao aproximar o sentimento de justiça dos cidadãos, promover o diálogo e a empatia, surge um processo relevante para a construção de uma sociedade justa e pacífica. Diante disso, as pessoas passam a ser capazes de catalisar processos de transformação social e promoção de cidadania. A aproximação entre teoria e prática, congregando profissionais de diversas áreas com um objetivo comum, contribui para a ampliação do conhecimento e da capacitação. A tarefa prática e o diálogo oportunizam o desenvolvimento de habilidades em mediação, dando uma real noção das dificuldades, da necessidade e da importância da prática de abordar a segurança a partir do contexto.

A aprendizagem e a capacitação dos recursos humanos para trabalhar os conflitos em diferentes situações proporcionam mais cidadania e maior segurança. A aproximação entre teoria e prática profissional e cidadã pode auxiliar na mediação e, conseqüentemente, contribuir para a transformação das partes envolvidas, possibilitando acordos ou não, porém tornando as pessoas capazes para o diálogo. Essa capacidade facilitadora do diálogo entre as partes gera alternativas para administrarem seus problemas e conseguirem de forma autônoma a solução de seus conflitos. Administrar o conflito é aprender a lidar com ele, de maneira que a convivência com as pessoas próximas não seja prejudicada, possibilitando um ambiente de

interação e troca no contexto em que vivem. Nesse processo de ser agente atuante e administrador de seus conflitos podem surgir as soluções compartilhadas para transformar as próprias pessoas em agentes efetivos da cidadania.

A capacitação proporciona protagonismo dos cidadãos envolvidos nos projetos, com a identificação dos limites e das possibilidades para tratar da justiça e da segurança, evidenciando os aspectos positivos e os aspectos negativos na execução do novo, de forma diferente. Além disso, o envolvimento de sujeitos individuais e de atores institucionais, na revisão e superação de suas atuações comprometidas com referenciais hierárquicos e autoritários, pode ser elencado como uma consequência dos projetos do Pronasci. Os passos em direção à segurança com cidadania têm relações com a capacidade de desnaturalizar alguns comportamentos a partir das micro e das macrorrelações. Nesses comportamentos, cuja naturalização está sendo questionada, se incluem as autoridades, as formas de organização e o comportamento de várias instituições.

A necessidade econômica de ampliar o consumo motiva políticas de distribuição de crédito e comercialização da cultura e da educação, estendendo essas possibilidades para um número crescente de pessoas. Nas macrorrelações a globalização das relações e o interesse do mercado se confrontam com o Estado e com os consumidores. Nas microrrelações, o círculo vicioso e a naturalização da violência masculina passam a vivenciar um aumento do conflito e do confronto com valores que justificam e exigem relações horizontais, de maior proximidade, benefícios e obrigações entre homens e mulheres, entre pais e filhos.

A segurança nesse contexto complexo para o exercício da cidadania se apresenta na mesma proporção da liberdade que as partes têm para defender os seus de interesses. Essa liberdade é também acompanhada pela crise das trajetórias de cada indivíduo, da constituição de um grupo social, de uma instituição e a vida em sociedade. Vários são os fatores geradores de crises, mas em épocas de mudança ou mudança de época²¹, elas tendem a acentuar-se, em decorrência da insegurança e dos conflitos. Os vários sistemas sociais, políticos, econômicos e culturais encontram-se em um estado de crescente desordem e de crise. As estruturas de dominação, os antagonismos e os conflitos são individuais, locais, regionais e globais.

As formas satisfatórias de convivência e superação da crise dependem dos exercícios de análise de tal crise. Nesses exercícios, é relevante ultrapassar as análises limitadas em uma

²¹ Vários pensadores identificam o atual momento histórico com como uma mudança de época. Zygmunt Bauman é um dos autores que trata dessa identificação e caracterizou, inicialmente, o período que iniciou na primeira metade do século XX com período pós-moderno. Em suas produções mais recente (BAUMAN, 2010) identifica o atual momento histórico com o nome de Modernidade Líquida.

área do conhecimento ou uma em dimensão espacial e temporal. Costuma-se simplificar as explicações para caracterizar a crise vigente, identificando-a com a concentração de renda ou do excesso de corrupção. No entanto, uma descrição satisfatória para a crise inclui releituras da economia, da sociologia, da filosofia e da psicologia. Na releitura da economia se fazem necessários destaques para suas dimensões e consequências globais, que ultrapassam os limites geográficos, incluem as formas de relações dos seres humanos com a natureza, bem como dos seres humanos entre si e de diferentes gerações. A convivência administrada da crise depende da segurança no acesso às necessidades materiais, na proteção das ameaçantes manifestações da natureza e dos outros seres vivos que possam desejar ou disputar os mesmos espaços e bens. Na releitura da sociologia se fazem necessárias ênfases para os diversos modelos de vida em sociedade, para as formas de convivência e de acesso aos bens materiais e de consumo. A filosofia deve incluir e destacar em suas atribuições a superação dos desprestígios e dos preconceitos, no modelo de vida que separa, que fragmenta as formas de explicar a realidade, que não ultrapassa a superficialidade, que não se desafia nas buscas pelas bases e pelos fundamentos da existência. A psicologia não deve fugir de temas complexos que envolvem a constituição do sujeito na indefinida fronteira entre interior e exterior, entre realidade subjetiva e objetiva, entre realidade imaginária e realidade concreta.

Ao ser influenciado e inclinar seus desejos para uma das partes, num conflito ou num confronto, os sujeitos institucionais do mercado e do Estado comprometem, confrontam o ideal de segurança com justiça. Para direcionar o rumo das ações em favor da segurança se faz necessário priorizar exercícios que identifiquem necessidades comuns e aproximem identidades que se confrontam. Nessa forma de pensar, os projetos do Pronasci podem ser caracterizados como um exercício que promove a caracterização de situações indesejadas e que podem ser alteradas. Ao identificar uma situação indesejada e propor alternativas viáveis para transformá-la, o sujeito participa de uma forma de construção da segurança e da justiça.

7.3 A segurança e a justiça como exercícios de aproximação

Os fantásticos progressos do conhecimento apoiados na razão e na ciência trouxeram no seu escopo a expectativa de verdades e valores universais. A insegurança, a violência e o crime foram identificados pela ciência moderna como anomalias individualizadas. Para explicitar essa compreensão de segurança se faz necessário reconstruir sua trajetória na sua relação com a história da vida humana. O estudo dessa história pode ser dividido em grandes épocas, que se relacionam com as formas de representação da realidade. Na época antiga,

aproximadamente 2500 anos atrás, se localiza a transição do mitológico para o lógico e o surgimento da ciência. (JOVCHELOVITCH, 2008). Na época identificada como medieval, período reconhecido na nossa cultura cronológica em uma linha do tempo localizada após a época antiga e que se estende aproximadamente até o ano de 1500, predomina, entre outras características, a centralidade na fé, na religião e no poder absoluto da igreja. A ciência experimentou grandes evoluções, progressos e aperfeiçoamentos, a partir de movimentos denominados de *renascimento*, *iluminismo* e *revolução industrial*. Neste período, identificado como moderno, que inclui a conceito de antropocentrismo (centralidade no humano), inclui-se a expectativa de uma jornada em relação a emancipação, realização e felicidade humana. Ocorre que a história do século XX demonstrou um distanciamento entre várias áreas do conhecimento ao ponto de não ser visualizado pontos de unidade. Temas como a emancipação e realização humana ficaram distantes da ciência que está, também, afastada dos temas que aproximam o ser humano e a segurança, bem como os seres humanas entre si, a partir de suas humanidades.

A capacidade dos sujeitos de concentrar, acumular bens culturais e materiais, através de suas famílias, de seus grupos, de suas identidades e de seu gênero, confronta com a ação de outros sujeitos que passam a reconhecer e valorizar a própria cultura e o seu pertencimento. A organização jurídica tradicional auxilia na manutenção da ordem estabelecida, contribuindo para a conservação da fronteira entre os grupos de sujeitos. As mulheres envolvidas com os projetos do Pronasci estão identificadas como pessoas de menor reconhecimento. Suas ações e unificações geram conflitos e confrontos com os sujeitos detentores dos bens culturais e materiais protegidos por um sistema jurídico. Importante salientar que a separação entre o reconhecimento masculino e o não reconhecimento feminino vai além dos limites materiais e está cristalizado na cultura. De forma que a organização, a união e a ação de um grupo de sujeitos, que ultrapassam os limites estabelecidos por outro grupo, contribuem para gerar conflitos e confrontos. O comportamento de um grupo de mulheres, que não aceita a subordinação ao masculino, que não aceita a violência física, compõe o ambiente de conflitos e de confrontos. A exemplificação do que pode ser considerado maior e o mais nocivo de todos os confrontos foi descrito no quinto capítulo do desenvolvimento com a reconstrução do episódio do assassinato da Sílvia.

A escassez ou a falta de justiça e de segurança tem relações com o aumento da crise identificada nas dimensões global, regional e individual. Na dimensão global a crise apresenta-se, na relação entre homem e natureza, no acesso ao conjunto de recursos materiais

e na forma de organização da vida em sociedade. A consistência e o poder de coerção dos referenciais antropocêntricos e iluministas estão sendo questionados, e a mudança para novos referenciais é geradora de insegurança, de crise, de riscos e de imprevisibilidade. A autopercepção humana, na condição de centro e de superioridade, passa a dividir e conviver com a centralidade da natureza, com a relatividade e com a complexidade. A aposta em uma razão, uma ciência e uma técnica, como indicativos satisfatórios de emancipação, não se concretizou, em consequência das transgressões éticas e da falta de humanidade. A justiça e a segurança advindas do sistema jurídico apoiado em uma ética de legalidade, em uma relação social vertical, entre superior e inferior, senhor e escravo, vivenciam conflitos e confrontos com modelos que se apoiam em relações horizontais entre culturas e saberes.

Na dimensão regional, os continentes e os países vivem crises específicas, decorrentes de manifestações da natureza, de conflitos políticos, econômicos e culturais. Terremotos e vulcões são a causa de destruição e crise em diversos países. Disputas em relação ao papel, ao modelo e ao comando na gestão do estado são motivos de grandes disputas e crises em muitos países. A diminuição e a falta de acesso a condições materiais mínimas para sobrevivência são motivo de insegurança crescente em outros países. O conflito e o confronto entre crenças, culturas e formas de vida são motivo para guerras civis declaradas ou não explícitas.

Na trajetória individual, as crises manifestam-se com mais intensidade nas mudanças de fases presentes na história de cada pessoa, quando ela deixa de ser criança para ser adolescente, para ser adulta e para ser velha. Essas mudanças são físicas, biológicas, psicológicas e simbólicas. No interior de cada fase, uma pessoa atravessa crises específicas, vinculadas a contextos diferenciados. Essas relações com contextos específicos, que transcendem os limites individuais e atingem as comunidades, acentuam alterações que ameaçam e confrontam culturas e estruturas institucionais. Essas alterações geram incerteza, desestabilizam posições de poder, causando imprevisibilidade nas consequências. A previsibilidade e a segurança de papéis predeterminados, naturalizados para o masculino, para o feminino, para a família, para a igreja e para a escola estão em estágio de reconstrução, com espaços para o exercício do protagonismo e em busca do reconhecimento.

Uma *receita* para a solução dessas anomalias geradoras de insegurança passou pela retirada da sociedade dos indivíduos que não cumprem, não respeitam, não seguem as normas da sociedade. Em nome dessa verdade e dessa receita foram criadas inúmeras instituições, incluindo presídios e manicômios. Para os temas que envolvem diferentes visões sobre o que é justiça, a fórmula da *receita*, o método, está com seres dotados de poderes científicos na

área do direito. Dessa forma, a segurança e a justiça são dependentes e subordinadas, quase exclusivamente, a uma forma de representar a realidade através da razão e da ciência. Ocorre que a aplicação da ciência, do método científico, da receita disponibilizada pela razão e pela ciência não viabilizou a emancipação almejada. Teorias críticas e questionamentos passam a evidenciar o poder dominador e destrutivo dessa visão moderna de ciência. Em tais questionamentos demonstra-se que estratégias comunicativas que instrumentalizam o ser humano em nome da razão e da ciência são indicativos para considerar outras formas de entender e representar a realidade, abrindo espaços para verdades advindas de contextos específicos, de comunidades e de subjetividades.

Nesta época, de questionamento das fórmulas, advindas do método (técnica) científico, se apresentam os espaços para ações e políticas públicas que consideram as verdades, as representações advindas de contextos específicos, que são explicados a partir do comportamento, da cultura de uma comunidade. Os presídios, os manicômios e as pessoas dotadas da fórmula científica para a segurança e para a justiça abrem suas verdades, permitem que novas representações e novas fórmulas sejam consideradas. A segurança e a justiça passam a ser pensadas em um contexto em que o *velho* (ciência moderna) não apresenta respostas satisfatórias e o *novo* precisa ser construído. Ocorre que em períodos de transição, entre o velho e o novo, a insegurança e os conflitos se avolumam.

Essas diferenças hierárquicas entre gêneros, entre culturas e entre condições econômicas se apresentam como empecilho para a emancipação à medida que desvalorizam e desconstroem uma identidade humana rígida. A concepção antropocêntrica que classifica o ser humano hierarquicamente superior aos demais seres vivos e a natureza passa a conviver com visões mais lineares. Nessas diferentes visões alguns animais são tratados como humanos e alguns humanos não são reconhecidos em sua humanidade.

Considerando que a receita moderna, do pensamento simples que promoveu a separação e hierarquização entre os diferentes não responde satisfatoriamente a demandas por segurança, outra forma passou a ser gestada e exercitada. Esta forma de conceber a segurança, presente na CF/1988, na 1ª Conseg e nos projetos do Pronasci, aproxima a segurança da cidadania e da justiça. Essa forma de conceber a segurança depende da aproximação entre instituições e comunidade, para integração, reconhecimento e protagonismo saudável dos cidadãos. Ações com as características do baile de debutantes comunitário estão relacionadas com a materialização dessa concepção de segurança.

Uma pergunta em relação ao envolvimento da polícia com eventos dessa natureza pode auxiliar para compreender melhor os obstáculos para a realização deste baile e da política pública de segurança e de justiça: qual é a relação ou quais são as relações entre a realização de um baile para jovens de 15 anos e a política pública de segurança?

A resposta depende da concepção, das referências ou do paradigma que orienta a caracterização de segurança. Em um paradigma positivista, funcionalista e simplista, a política pública de segurança está focada na retirada de circulação social de *indivíduos*, *elementos* que desrespeitam as leis e ameaçam a segurança da sociedade. Nessa forma de conceber a segurança, eventos com a caracterização, com o histórico de baile de debutantes não têm relação com a política pública de segurança.

Foto 4 – Aproximação entre autoridades e lideranças sociais



Fonte: CDHPF, 2013.

A imagem apresentada representa uma das ações vinculadas aos projetos do Pronasci de Passo Fundo, que demonstram a aproximação entre autoridades e pessoas do povo. A localização do registro, em frente ao Fórum de Passo Fundo, a colcha e a frase simbolizam a ação das pessoas para aproximar dimensões da vida que não deveriam estar separadas.

Alguns dos conflitos geradores de insegurança, existentes na comunidade são por fatores territoriais e de convivência. Com o acesso ao *Núcleo de Justiça Comunitária*, por

exemplo, esse processo de resolução de conflitos pode ter uma nova opção de solução. Vale destacar que a execução dos projetos aqui analisados inclui um processo de sensibilização das lideranças dos bairros, seguida de seleção, capacitação e atuação dos *agentes mediadores*, das *mulheres da paz* e dos *jovens* em situação de vulnerabilidade social.

No registro fotográfico realizado em frente ao Núcleo de Justiça Comunitária, do Bairro Záchia, Passo Fundo-RS, os agentes comunitários demonstram proximidade e parceria com representantes do poder público, vinculados com a segurança, com a justiça, com a assistência social, com a educação e com a saúde. O local apresentou-se como referência para troca de experiências e qualificação a partir dos problemas existentes na comunidade. Essa forma de atuar comprova a aproximação e promove a integração entre poder público e comunidade entre conhecimentos técnicos, acadêmicos e saberes populares.

Foto 5 – Grupo em frente ao núcleo de justiça comunitária, Bairro Záquia, Passo Fundo-RS



Fonte: Blog do Projeto Justiça Comunitária

Entre os objetivos dos projetos do *Pronasci* está a difusão da mensagem de uma cultura de paz e direitos humanos, distribuindo informações de cidadania e de segurança pública como antídoto para diminuir e enfrentar a violência. A sociedade de Passo Fundo tem, entre seus sujeitos, pessoas capacitadas para tratar de temas como gênero, direitos da mulher e cidadania, violências, fatores de risco e prevenção à drogadição. O trabalho social de orientar

para a cidadania, defender e promover os direitos humanos, que não é realizado de forma satisfatória pelo estado, permite construir redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens, adolescentes e mulheres. Além disso, está registrado no histórico dos projetos a ampliação das relações pessoais, a consolidação do protagonismo e o acesso ao apoio psicológico e jurídico em benefício do empoderamento feminino.

Uma descrição e análise dos projetos do Pronasci, aglutinados no *Território da Paz*, evidencia seus limites, seus descompassos, suas dificuldades e potencialidades. Os conflitos e as disputas – entre os gestores e as instituições que executaram ou disputaram a execução, mas não foram escolhidas – retardaram o início da execução, têm relações com o descompasso no cronograma dos projetos e se apresentam como uma hipótese de explicação para a falta de sequência deles como políticas públicas.

Outro limite está associado com o referencial classificatório e hierárquico, que separa o humano e os conflitos, bem como seres humanos de conflito e seres humanos sem conflito. A efetividade dos objetivos do Pronasci depende da consolidação do referencial que aponta a necessidade de tratar dos conflitos sob a ótica dos seus envolvidos. No interior desse referencial, os conflitos entre vizinhos, por exemplo, podem ser resolvidos ou administrados através da aproximação, do diálogo entre os sujeitos envolvidos, sem a intervenção das estruturas formais do judiciário, que atuaria como instituição de fora e de forma vertical. No entanto, essa prática de mediação pressupõe habilidades, capacidade de diálogo e estratégias comunicativas ainda não consolidadas.

As manifestações dos sujeitos envolvidos com os projetos do Pronasci identificam os projetos como uma oportunidade de capacitar pessoas para dialogar na comunidade. Essas informações associam os projetos com disponibilização de recursos para as pessoas usarem como ferramentas para a comunidade, as quais estão agrupadas e descritas no quinto capítulo de desenvolvimento desta tese, com o nome de desenvolvimento. Outro resultado dos projetos está visualizado no exercício da cidadania, com o reconhecimento da superação de situações inadequadas para a aproximação entre as pessoas e as instituições.

As relações entre um baile de debutantes comunitário, a construção e utilização de uma colcha, o assassinato de uma *mulher da paz*, as manifestações públicas em defesa da justiça, entre outros episódios, dependem da concepção, das referências ou do paradigma que orienta a caracterização de segurança. Em um paradigma positivista, funcionalista e simplista, a política pública de segurança está focada na retirada de circulação social de *indivíduos*, *elementos* que desrespeitam as leis e ameaçam a segurança da sociedade. Nessa forma de

conceber a segurança, eventos com a caracterização, com o histórico dos episódios já relatados, não têm relação com a política pública de segurança.

A reconstrução dos três episódios evidencia a necessidade de promover aproximações das pessoas entre si e delas com as instituições. Evidencia, também, que a vida não está reduzida à dimensão técnica, objetiva e científica, mas inclui a arte e os sentimentos. A segurança e a justiça não estão limitadas em uma única dimensão, mas envolve o conjunto de fatores que influenciam no comportamento humano. A convivência e a expressão dos sentimentos dos envolvidos nos contextos de agressão, conflito e violência são muito relevantes para a alteração dessas realidades. Os sentimentos positivos, de aprendizado e reconhecimento evidenciaram-se no baile de debutantes comunitário. O diálogo, a aprendizagem e a aproximação e coesão do grupo, a partir das situações de vida, estão evidenciados na construção e utilização da colcha. O assassinato da Sílvia demonstra que a superação da violência doméstica depende de insistência na cultura da não agressão física que deve transcender gerações. A manifestação da mãe da Sílvia demonstra que ela e sua filha não aceitavam a violência masculina. (BANK, 2014). No entanto, a filha de Sílvia parecia conviver com um maior nível de conformismo do que a mãe, em relação à violência praticada pelo marido e autor da morte da Sílvia.

Da mesma forma, as relações das nove categorias descritas no capítulo anterior demonstram que os projetos do Pronasci estão apoiados pelo referencial epistemológico que privilegia a construção de ações e intervenções flexíveis e horizontais. Demonstram, também, que os níveis de segurança e de justiça estão vinculados à capacidade de análise do contexto de vida, que inclui padrões culturais e a dimensão da subjetividade. Nesses padrões culturais devem ser promovidos a aprendizagem e o desenvolvimento que não aceitem a agressão física ou psicológica. Para que isso ocorra, o sujeito agredido e o agressor devem ser afetados por intervenções que incidam na convicção subjetiva e alterem o comportamento. Além disso, a segurança e a justiça dependem do desenvolvimento humano, com igualdade de oportunidades para a convivência social pacífica. As condições para esse desenvolvimento dependem das políticas públicas que possibilitem o atendimento das necessidades básicas de todos os cidadãos. De políticas públicas que considerem o ser humano de forma integral, como ser dotado de capacidade de desenvolvimento e não de forma reduzida, como número, como eleitor, como incapaz ou necessitado.

As nove categorias demonstram, ainda, que a política pública do Pronasci e seus projetos merecem ser defendidos. Que os sujeitos responsáveis pelo comando das instituições

devem priorizar a sustentabilidade conceitual e econômica das ações vinculadas aos projetos do Pronasci, pois elas estão constituídas por características que rompem a separação entre a ciência e o humano, que promovem a anterioridade e a superioridade da condição humana em relação à condição de gênero, econômica, cultural ou intelectual.

Diante disso, os projetos do Pronasci se configuram como uma alternativa capaz de catalisar importantes processos de transformação social e promoção de cidadania. Apesar dos desafios de formulação/execução, é importante considerar que estes não devem ser vistos como inviabilizadores dos objetivos dos projetos. A concretização dos objetivos dos projetos do Pronasci depende, também, do funcionamento da rede de políticas sociais. As potencialidades e o resultado efetivo estão condicionados ao funcionamento de outros projetos dentro de um sistema de segurança. Dessa forma, articulados com outros projetos de segurança com justiça, podem apresentar-se como potenciais de uma cultura de paz, de segurança e de justiça.

Portanto, nas ações do Pronasci em Passo Fundo, simbolizados em nove categorias e três episódios, apresentados no quinto capítulo do desenvolvimento, se incluem em uma mudança significativa de visão, em que desejos, interesses e necessidades são movimentados. Nessa movimentação são explicitados desejos que se apresentam, com graus de independência, autonomia e protagonismo. Esses desejos podem confrontar-se com a necessidade de superar a subordinação, a dependência e a submissão.

8 CONCLUSÃO

“O esforço para unir a sabedoria e o poder raramente dá certo e somente por tempo muito curto.” (Albert Einstein)

É oportuno esclarecer, inicialmente, que estas considerações sinalizam a demarcação de uma etapa da pesquisa e não sua finalização. Temos como objetivo registrar algumas constatações percebidas no decorrer da trajetória deste trabalho. Iniciamos tratando de segurança, de justiça e de emancipação.

Compreender a emancipação como capacidade de interpretação e construção de entendimentos é situá-la na posição de renovação, reconstrução, construção e desejo de reconhecimento. Esta capacidade de transformar, de criar, de ser protagonista e de transgredir, percebida pelo sujeito moderno, situa-se em posição de crise ao confrontar-se com desejos e vontades de outros sujeitos e de outros seres. O caminho para a emancipação, orientado por uma forma do conhecimento e da ciência, necessita da construção de novas referências de renovação, de reinvenção e de novas estratégias de comunicação.

As formas de descrever a emancipação estão simbolizadas em episódios e categorias. O episódio, por exemplo, que recebe o nome de *Assassinato da Silvia*, simboliza a percepção dos limites da razão. É um indicativo da insuficiência da razão autônoma para a realização da emancipação. A categoria, denominada de *reconhecimento*, vincula-se com a educação, demonstrando que a autonomia da razão é condicionada pela força do meio, pela força do contexto e da interferência externa. A categoria, denominada de continuidade das ações, simboliza uma das percepções mais destacadas nas falas do conjunto dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci executados em Passo Fundo e demonstra a incapacidade e a ineficiência do Estado.

O Pronasci está situado na instabilidade dos diversos sistemas sociais, com valores múltiplos e contraditórios, que desencadeiam novas formas de reconhecimento. As instituições e os valores, como o casamento, a escola, a moral e a religião não possuem mais sentidos universais, estão sendo relativizados, confrontados e não determinam os modos de existência. Os modelos para a vida dos indivíduos foram destituídos, a descrição dos papéis sociais, da autoridade e da hierarquia está sendo desnaturalizada. Os comportamentos sociais previsíveis e naturalizados estão sendo percebidos como uma permanente construção. O não reconhecimento das diferenças culturais, de gênero, de orientação sexual e de raça, está sendo questionado. A defesa do multiculturalismo, da cidadania e dos direitos humanos possibilita o

autorreconhecimento de potencialidades e capacidades. A possibilidade de reconhecer o outro, na sua singularidade, proporciona a aprendizagem e a constituição de novas dimensões da própria identidade, estimulando um movimento em que o conflito e o reconhecimento se condicionam mutuamente.

A segurança relaciona-se com as definições de conhecimento, de justiça, de psicologia e de políticas públicas. Ao localizar conceitualmente esses temas fica evidenciado que existem formas distintas para defini-los. A segurança foi definida (e vinculada) como maneiras de organizar a vida em sociedade. Os modos de vida, por sua vez, são amplos e em movimento. Em consequência disso, a busca por conhecimento permanece como uma ação em construção. Do mesmo modo, a definição de justiça permanece em movimento, sendo possível identificar uma dimensão formal, institucional do judiciário e uma dimensão vinculada ao mundo da vida. As relações entre os sujeitos e as políticas públicas de segurança apresentam a psicologia como ponto importante nessa relação. Para que as políticas públicas contribuam na emancipação dos sujeitos, se faz necessária uma caracterização do que é o ser humano e como ele se constitui como sujeito. A organização jurídica tradicional auxilia na manutenção da ordem estabelecida, contribuindo para a conservação da fronteira entre os grupos de sujeitos. De forma que a organização, a união e a ação de um grupo de sujeitos, como ocorre nos projetos do Pronasci, ultrapassam os limites estabelecidos por outro grupo, contribuindo para gerar conflitos e confrontos.

O desejo de segurança e de justiça convive em relação de conflito e de confronto com as referências de liberdade e de transgressão. A viabilização do desejo dos sujeitos, pertencentes a uma comunidade, constitutiva de uma sociedade, torna-se dependente do estado, composto por um conjunto de instituições administradas por entendimentos contraditórios. O ideal de sujeito autônomo e livre é contido pelo desejo e pela liberdade de outros sujeitos e de instituições. As instituições públicas devem cumprir a função de mediar relações em caso de confronto entre desejos e interesses particulares e coletivos. Ocorre que o estado materializado em instituições públicas e administrado por sujeitos livres não está imune de ser influenciado pelas instituições privadas e por sujeitos individuais. A emancipação e a cidadania implicam em protagonismo e liberdade, que, por sua vez, estão envolvidos com mudança, inovação e com imprevisibilidade. A previsibilidade da segurança e da justiça, estabelecida pelo poder do estado e pela estabilidade das necessidades individuais se confronta com o aumento do desejo, que exige transgressões e superação de limites.

A descrição conceitual do Pronasci como política pública está apoiada no conceito de segurança e de justiça formalizado na CF/88, que representa um marco conceitual na ampliação dos direitos dos cidadãos, com a formalização de mecanismos para a participação popular por meio de conselhos e conferências. Nesse contexto se situa a 1ª CONSEG e a institucionalização do Pronasci. A implementação do conjunto dos projetos do Pronasci, em especial dos projetos *Justiça Comunitária*, *Mulheres da Paz*, *Protejo* e *Polícia Comunitária* apresentam-se como um exercício de integração das políticas públicas, um exercício da cidadania e efetivação de direitos. Ao tratar-se das bases do Pronasci, há que lamentar-se a falta de sustentabilidade conceitual, política e econômica para a continuidade e transformação dos projetos em políticas públicas de segurança com abrangência nacional.

As ações do Pronasci em Passo Fundo-RS vinculam-se a uma nova forma de pensar a segurança e a justiça. Nessa forma, o papel desempenhado pelos *agentes de mediação* do projeto justiça comunitária, pelas *mulheres da paz* e pela *polícia comunitária* transcende a dimensão formal e institucional, por atuar nos contextos culturais e de poder, apontando alternativas para a superação de violência. Os índices de violência, e em especial de violência contra os jovens e contra as mulheres, apontam a necessidade de relacionar a segurança e a justiça com os seus constitutivos, com o estado, com a liberdade, com a cultura e com o mercado, reconhecendo múltiplos e localizados contextos referenciais para a análise. A constituição de novos espaços de pensamento e o reconhecimento de novos comportamentos, pelos quais as pessoas – independentemente da condição de gênero, classe social ou etnia – lutam para legitimar seus direitos, é uma das variáveis para a explicação do elevado número de situações de violência. Os referenciais para o comportamento, a partir da condição de gênero, por exemplo, sofreram mudanças significativas. A estabilidade social e institucional, disciplinada por uma prescrição do feminino e do masculino, seguida e aceita pelo conjunto da sociedade, passa por questionamentos, aceitação e contestação. Nesse conflito, entre os que aceitam e os que não aceitam tais mudanças, está um ponto importante para a compreensão da insegurança e da violência associadas com as condições de gênero e que afetam de maneira mais elevada as mulheres. A cultura da diversidade, da flexibilidade com a multiplicidade de referências (valores) na vida e no comportamento das pessoas, confrontada com referenciais rígidos, estáticos, que predominam na organização do estado, evidenciam a necessidade do que Warat (2004) denomina de novos espaços de pensamento.

Com a descrição das nove categorias e dos três episódios, realizamos a análise das informações coletadas, tratamos dos limites e das possibilidades das políticas públicas de

segurança e de justiça para a emancipação dos sujeitos envolvidos nos projetos do Pronasci realizados em Passo Fundo. No registro das falas desses sujeitos evidenciam-se a importância e o desejo de continuidade. Essas ações desencadearam movimentos, novas ações e consequências que estão em andamento. O encerramento do vínculo e do apoio institucional aos sujeitos dos projetos é percebido como uma perda, no entanto, a atuação dos mediadores, das mulheres da paz, dos jovens capacitados pelo Protejo são forças que atuam na comunidade.

A descrição e os exercícios para explicitar, representar ou simbolizar os temas da justiça e da segurança podem ser feitos em sintonia com uma metodologia técnica e formal ou com uma metodologia que se apoia nos contextos e nas situações problemas. Da mesma forma, a política pública responsável pela viabilização dessas duas dimensões relevantes da vida humana pode ser formulada e executada em sintonia com duas concepções distintas. Uma que caracteriza justiça e segurança como temas independentes e que pertencem a áreas do conhecimento distintas. Outra que identifica a justiça como uma condição para a segurança, bem como se apoia na segurança para ser viabilizada a justiça.

Esse paralelo entre dois modos distintos de compreender as políticas públicas de segurança está incluído no que denominamos em nossa tese de *pensamento simples* e *pensamento complexo*. No interior do *pensamento simples*, a insegurança é identificada com a maldade humana ou a falta de punição. A justiça é identificada como instituição que abriga o judiciário ou conjunto de normas filosóficas e jurídicas. A política pública é identificada com o serviço que retira de circulação social e pune os infratores. No interior do *pensamento complexo*, a segurança é identificada como um tema vinculado com a cidadania, com as condições sociais, materiais, subjetivas e objetivas. A justiça é identificada como dependente do funcionamento de um conjunto de políticas públicas que viabilizam condições materiais, de educação, de saúde e de segurança para o exercício da cidadania.

O limite mais geral e abrangente está em sintonia com a afirmação de Warat (2004, p. 169): “O ocidente, mesmo com fantásticos e surpreendentes avanços tecnológicos e informativos, celebra a chegada do terceiro milênio absolutamente desacreditado em seus esforços iluministas de realização da autonomia individual e coletiva.”

Outra constatação que representa limite nos projetos investigados indica que os serviços executados pelo estado, como forma de devolução dos recursos recolhidos com a cobrança de impostos, estão atrelados a um modelo técnico e compartimentado. Na prática, o cidadão, ao necessitar dos serviços do estado, não é atendido de forma integral, mas como

doente, aluno, contribuinte, pobre, criminoso, deficiente ou necessitado. Nessa forma de gestão e de atuação do estado, os projetos do Pronasci apresentam-se com o diferencial de partirem do cidadão e dos seus problemas. Os programas *Justiça Comunitária*, *Mulheres da Paz*, *Protejo* e *Polícia Comunitária* caracterizam-se por envolver os cidadãos na identificação, caracterização e encaminhamento das situações problemas.

Uma constatação que incluímos como possibilidade dos projetos demonstra que a formulação dos projetos inclui a participação de profissionais, de diversas áreas, atuando de forma interdisciplinar. Os encaminhamentos adequados para a maioria das situações problemas abordados nos Projetos do Pronasci demandam conhecimentos que não se restringem a uma área específica, como o direito, mas exigem a participação de diversas áreas atuando em conjunto.

Outra constatação incluída nas possibilidades dos projetos demonstra alteração na distância entre as instituições e os cidadãos. A atuação das instituições acadêmicas, de maneira geral, ocorre sem relações diretas com o conjunto das instituições públicas e comunitárias. As instituições comunitárias não têm legitimidade e reconhecimento para interagir com o poder público e com as instituições acadêmicas na caracterização e nos encaminhamentos para as situações-problema. A atuação das instituições estatais é dividida por área (saúde, educação, assistência social) e por abrangência (federal, estadual, municipal). A relação de proximidade entre as instituições estatais, instituições executoras e a comunidade apresentou-se como condição necessária para o adequado funcionamento dos projetos.

As falas transcritas e o conjunto de informações analisadas demonstram que os projetos contribuíram para despertar e para ampliar o desejo e a necessidade de destinar mais atenção aos jovens e às mulheres. Da mesma forma, contribuíram para a percepção de que a superação das situações de violências depende de investimentos que ultrapassem um período curto; para o desejo de continuidade e a crítica pela situação de não sequência; para o desejo de maior comprometimento e a inconformidade com a desatenção da gestão local; para o desejo de reconhecimento pela capacitação realizada; para a percepção da importância de eventos realizados na comunidade; para a percepção da relação entre os projetos e a diminuição da violência; para o desejo de continuar aprendendo, agindo e auxiliando na diminuição da violência e demonstração de sequência, apesar da falta de apoio institucional. Enfim, os projetos contribuíram, inclusive, para o reconhecimento de suas próprias contribuições para a mudança na rota de muitas vidas e, principalmente, para a percepção de

que os projetos deixaram marcas, potencialidades e a manifestação do desejo de retomada e de continuidade.

O Pronasci e, em especial, os projetos executados em Passo Fundo-RS, devem ser defendidos como ações que possibilitam uma construção subjetiva orientada por mediações horizontais, pela anterioridade do humano em relação à condição de gênero, condição econômica ou grau de instrução. Essas são diretrizes do Pronasci que se contrapõem a uma cultura cristalizada nas pessoas e nas instituições que estão orientadas por mediações verticais, classificatórias, em que o humano é preterido em relação ao poder, ao econômico, ao acadêmico e ao formal. Essa cultura cristalizada nas instituições e nos indivíduos representa um dos limites na construção de novas formas de subjetivação e na emancipação dos sujeitos, podendo ser indicada como uma das causas do fim do apoio institucional aos projetos.

A emancipação ocorreu nos projetos de Passo Fundo, na medida em que as pessoas, homens e mulheres, jovens, famílias e vizinhos, mudaram a forma de relacionar-se e de conviver. Nessa mudança, as relações superaram a agressão física ou se desfizeram enquanto relação violenta e patológica. Essa informação aparece claramente nas transcrições e pode ser conferida na descrição das categorias *aprendizagem, desenvolvimento e reconhecimento*. A política pública do Pronasci e o conjunto de seus projetos materializam conceitos com potencial emancipatório e se incluem em uma mudança significativa de visão, em que desejos, interesses e necessidades são movimentados. Nessa movimentação são explicitados motivações que se apresentam, com graus de independência, autonomia e protagonismo e podem confrontar-se com a necessidade de superar a subordinação, a dependência e a submissão. Em consequência disso, os sujeitos responsáveis pelo comando das instituições devem priorizar a sustentabilidade conceitual e econômica das ações vinculadas aos projetos do Pronasci, pois elas estão constituídas por características que rompem a separação entre a ciência e o humano, promovem a anterioridade e a superioridade da condição humana em relação à condição de gênero, econômica, cultural, intelectual ou institucional.

As instituições e os indivíduos que protagonizaram o Pronasci e a 1ª CONSEG devem ser elogiados. Mas, por que o apoio institucional aos projetos deixou de existir? Por que a 2ª CONSEG não foi realizada? Os indivíduos que comandam as instituições que deveriam envolver-se, apoiar e investir recursos materiais e financeiros nos projetos, mas não apoiam, não se envolvem e não investem, devem ser criticados, devem ser questionados.

Por fim, a ampliação dos níveis de segurança pública depende da continuidade do debate para construir estratégias comunicativas com maior sustentabilidade e legitimidade conceitual das relações cognitivas, políticas, sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Coleção os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BICALHO, P.P.G.; KASTRUP, V.; REISHOFFER, J.C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*; V 24, p. 56-65, 2012.

BICALHO, P. P. G. et al. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, p. 331-339, 2015.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dantzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Legisladores e Intérpretes*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Tempos Líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Vigilância Líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. (1891). *Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891*. Disponível em: <Lei n. 23, de 30 de outubro de 1891>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. (1933). *Decreto nº 22.872 - de 29 de junho de 1933*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/páginas/23/1933/22872.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. (1937) *Lei n. 378, de 13/01/1937*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm>. Acesso em: 31 Mar. 2015.

_____. (1941). *1ª Conferência Nacional de Educação e 1ª Conferência Nacional de Saúde* (1941). Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. (1967). *Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. (1979). *Lei n.6683, de 28 de agosto de 1979*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. (1986). *8ª Conferência Nacional de Saúde*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2015.

_____. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. (1990). *Lei N° 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. (1993). *Lei N° 8.742 de 7 de dezembro de 1993*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. (1996). *Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. (2004). *Emenda Constitucional n° 45 de 8 de dezembro de 2004*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>. Acesso em: 02 abr. 2015.

_____. (2006). *Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 09 jan. 2014.

_____. (2008). *Lei N° 11.707, de 19 de junho de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm> Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. (2009 a). *Documento base da A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública ocorrida em Brasília, agosto de 2009*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/texto_base_1_conferencia_seguranca_publica.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. (2009 b). *Relatório da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/relatorio_final_1_conferencia_seguranca_publica.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. (2010 a). *CONAE. Documento Final*. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. (2010 b). *Relatório de sistematização das propostas das Audiências Públicas e Consultas Livres do CONASP*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/conselho-nacional/2011cadernopropostas_conasp.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. (2012). *Projeto de Lei 3734/2012*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=542102>> Acesso em: 21 abr. 2014.

_____. (2014). *CONAE. Documento Final*. Disponível em:
<<http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/Sistematizacao/DocumentoFinal29012015.pdf>>.
Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. (2016). *BANCO DE TESES DA CAPS*. Disponível em:
<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. *Ministério da Justiça. Reforma do Judiciário*. Disponível em:
<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ123F2D72ITEMID6DD8023789EE4DE69B639AEAAE6ABC03PTBRNN.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

_____. *Histórias das Conferências de Saúde*. Disponível em:
<<http://conselho.saude.gov.br/14cns/historias.html>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

CAPRA, F. (1982). *Ponto de Mutação*. Tradução de Álvaro Cabral. Digital Source.
Disponível em: <<http://ruipaz.pro.br/textos/pontodemutacao.pdf>> Acesso em: 04 abr. 2015.

GUINDANI, M. et al. *Pesquisa de Avaliação “Impacto Social do Programa Justiça Comunitária”*. (Relatório de Pesquisa). Instituto de Estudos da Religião (ISER) e Ministério da Justiça. Rio de Janeiro, 2012.

CAETANO, F. C. et al. (2014). *Secretaria de Reforma do Judiciário Balanço de Gestão: 2011-2014*. Ministério da Justiça. 2014.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Norhfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CRUZ, G. B. (2013) *A historicidade da Segurança Pública no Brasil e os desafios da participação popular*. Disponível em:
<<http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20130403.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

FIGUEIREDO, I. S.; NEME, C.; LIMA, C. S. L. *Coleção Pensando Segurança Pública*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), v. 3, Brasília, 2013.

FIGUEIREDO, I. S.; NEME, C.; LIMA, C. S. L. *Coleção Pensando Segurança Pública*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), v. 4, Brasília, 2014.

FOUCAULT, M. *A ética do cuidado de si como prática da liberdade. Ditos e Escritos V*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2012.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Mello Machado e Eduardo Martin Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

_____. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir*. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança pública no Brasil. Da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de segurança pública*. Ano 03, ed. 05, ag/set 2009, p. 100-114.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1970.

GGIS. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/ggiriograndesul.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

GGI-M. (2009). Disponível em: <<http://cm-passo-fundo.jusbrasil.com.br/legislacao/914826/decreto-120-09>>. Acesso em: 07 set. 2015.

GAGLIETTI, M. et al. Justiça Restaurativa e Psicologia Positiva como Referenciais Emergentes para Evitar a Violência. In: MELEU, M.; GAGLIETTI, M.; GRAZIOTTIN, T. N. C. (Org.). *Temas Emergentes no Direito*. Passo Fundo: IMED, 2009, p. 75-96.

GAGLIETTI, M; SILVA, G. A; GAGLIETTI, N.F. Mediação Comunitária em Passo Fundo (RS): Saliências de uma experiência. In: GAGLIETTI, M; GRAZIOTTIN, T. N. C.; CASAGRANDE, A. (Org.). *O novo direito*. Ijuí: Unijuí, p. 89-127, 2014.

GUARESCHI, N. M. de F.; HADLER, O. H. Entre a justiça e a psicologia: juventudes observadas e ciências que observam. In: *Anais da ABRAPSO XVII ENCONTRO NACIONAL*. Comunicação oral no grupo: Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil. Disponível em: <<http://www.encontro2013.abrapso.org.br/trabalho/public>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

GUARESCHI, P. A. (Org.). *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva Latino-Americana*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUARESCHI, P. A. *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2005

GUARESCHI et al. Grupos focales em psicología comunitária. In: Saforcada, E.; Sarriera, J.C. (Org.). *Enfoques conceptuales y técnicos em psicología comunitária*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

GUARESCHI, P. Psicologia Social e Representações Sociais – Avanços e Novas Articulações. In: VERONESE, M.; GUARESCHI, P. (Org.) *Psicologia Social do Cotidiano: representações sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. El misterio de la comunidad. In: SAFORCADA, E SARRIERA (compiladores). *Enfoques conceptuales y técnicos em psicología comunitária*. Buenos Aires: PAIDÓS, 2008, p. 15-27.

JOVCHELOVITCH, S. *Os Contextos do Saber – Representações, Comunidade e Cultura*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nolson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1990.

KUJAWA, I. *Considerações sobre o conceito de significação*. In: *Revista de Psicologia da IMED* v. 1, n.1(2009). Disponível em: <<http://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/15>>. Acesso em: 31 maio 2013.

KUJAWA, I.; GAGLIETTI, M. Intervenções da Psicologia em Políticas Públicas como Forma de Impulsionar o Desenvolvimento Humano. In: CENCI, C. M. B.; MAURINA, L. R. C.; WAGNER, M. F. (Org.). *Intervenções em psicologia: transitando em diferentes contextos*. Passo Fundo: IMED, 2009, p. 37-60.

LIMA, et al. Avaliações, diagnósticos e análises de ações, programas e projetos em segurança pública. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). *Coleção Pensando a Segurança Pública*, v. 4, Brasília, 2014.

LOURAU, R. *A análise institucional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LUCAS, D. C.; SPENGLER, F. M. (Org.). *Justiça Restaurativa e Mediação. Políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: Unijuí, 2011.

MANTOVANI, C. P.; SILVA, E.R. Educação e Direitos Humanos: Ações Afirmativas das Mulheres da Paz. *Ágora Revista Eletrônica*, Cerro Grande, RS, Ano VIII, nº 16, junho de 2013, p. 43-52.

MARKOVÁ, I. *Dialogicidade e Representações Sociais: As dinâmicas da mente*. Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Psicologia das minorias ativas*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2011a.

_____. *A invenção da sociedade. Sociologia e Psicologia*. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011b.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NARDI, H. C. e SILVA, R.N. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, N.; HÜNING, S. M. (Org.). *Foucault e a psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

NIETZSCHE, F. Sobre verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: *Coleção Os Pensadores*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. Nova Cultural. São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta linguística – pragmática na filosofia Contemporânea*. São Paulo: Loyola, 1996.

PASSO FUNDO (2010). *Lei complementar nº 262*. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/passos-fundo/lei-complementar/2010/26/262/lei-complementar-n-262-2010-dispoe-sobre-a-criacao-da-secretaria-de-seguranca-publica-e-alteracao-da-estrutura-administrativa-definida-na-lei-complementar-n-165-de-25-de-setembro-de-2006-e-lei-complementar-n-164-de-25-de-setembro-de-2006>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

PINTO, R. S. G. *Justiça Restaurativa no Brasil é Possível?* Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf> Acesso em: 12 jan. 2014.

PLATÃO. *Coleção Os Pensadores*. Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PRUDENTE, N. M. *Justiça Restaurativa e Experiências Brasileiras*. In: SPENGLER, F. M.; CESAR, L. D. (Org.). *Justiça Restaurativa e Mediação. Políticas Públicas no tratamento dos conflitos sociais*. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

RODRIGUES, S. M. de A. et al. *Mediação e Cidadania: Programa de mediação de conflitos ano 2010*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2010.

SANTOS, B. de S. (1986). Introdução à sociologia da administração da justiça. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 21, p. 11-37.

_____. (1990). *Pela Mão de Alice. O social e Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SARRIERA, J. C. El paradigma ecológico em la psicología comunitaria: del contexto a la complejidad. In: Saforcada, E.; Sarriera, J.C. (Org.). *Enfoques conceptuales y técnicos em psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. A intervenção social: suas origens, aspectos éticos, conceituais e metodológicos. In: CENCI, C. M. B.; MAURINA, L. R. C.; WAGNER, M. F. (Org.). *Intervenções em psicología: transitando em diferentes contextos*. Passo Fundo: IMED, 2009, p. 37-60.

SILVEIRA, A. M. et al. *Projetos protejo e mulheres da paz: a percepção dos participantes em minas gerais e rio de janeiro*. In: FIGUEIREDO, I. S.; NEME, C.; LIMA, C. S. L. *Coleção Pensando Segurança Pública*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), v. 4, Brasília, 2014.

SEN, A. *A ideia de justiça*. Tradução de Denise Bottmann e Ricardo Donienelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Sobre Ética e Economia*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, R. N. Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16 (2), maio/ago. 2004.

SLAKMON, C.; VITTO, R. C. P. D.; PINTO, R. S. G. *Justiça restaurativa. Coletânea de artigos*. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1323798246_Coletania%20JR.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

SPENGLER, F. M. *Da Jurisdição à Mediação. Por uma outra cultura no tratamento de conflitos*. Ijuí: Unijuí, 2010.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009.

WARAT, L. A. *Surfando na Pororoca: O Ofício do Mediador*. Traduzido por Orides Mezzaroba, Arno Dal Ri Júnior, Aires José Rover e Cláudia Servilha e Monteiro. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

WITTGENSTEIN, L. *Da certeza*. Tradução de Maria Elisa Costa. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

_____. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.

AUDIOVISUAIS

BANK, The World (2014). *Primeiro Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/video/2013/03/08/Brazil-short-documentary-contest-domestic-violence-Silvia>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

MOORHOUSE, Jocelyn (1995). *Filme Colcha de retalhos*.

JORNAL O NACIONAL (2012). *Mulheres da Paz Assassinato*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2iScjnechI>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FUTURATV (2013). *Jornal do Futura – Mulheres da Paz*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BDN40YlkT4c>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

UPFTV (2013 a). *Reportagem- Curta Documentário: Lei Maria da Penha*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IXRXv2HYh6M>>. Acesso em: 10 jul.2015.

_____. (2013 b). *Reportagem – Colcha de Retalhos*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8RAEm7glKrA>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2014 a). *UPFTV - 1º Baile de Debutantes Comunitário*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9anSBue4mUM>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2014 b). *Book Baile de Debutantes Comunitário*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SC15464Fvm0>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

VITRINE (2013). *Mulheres da Paz de Passo Fundo*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dj50dx4T4RQ>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

REPORTAGENS EM JORNAL

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. (2014). *Em Prol da Comunidade*. Disponível em: <<http://www.diariodamanha.com/noticias/ver/5219/Em+prol+da+comunidade>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

_____. (2013 a). *Bolsas das 130 agentes do Mulheres da Paz não podem ser renovadas*. Disponível em:

<<http://www.onacional.com.br/geral/37148/bolsas+das+130+agentes+do+mulheres+da+paz+nao+podem+ser+renovadas>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2013 b). *Comissão é premiada pelo Mulheres da Paz*. Disponível em:

<<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/44032/comissao+e+premiada+pelo+mulheres+da+paz>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2013 c) *Mulheres da Paz e Proteção em Passo Fundo em pauta*. Disponível em:

<<http://onacional.com.br/geral/cidade/41858/mulheres+da+paz+e+protejo+em+passo+fundo+em+pauta>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2013 d). *Assassinato de Silvia completa um ano. Mulheres da Paz fizeram uma manifestação na sexta-feira à tarde pedindo por justiça*. Disponível em:

<<http://onacional.com.br/geral/cidade/43042/assassinato+de+silvia+completa+um+an>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2013 e). *Crédito rápido, fácil e juro baixo para os Territórios da Paz*. Disponível em:

<<http://www.onacional.com.br/comunidade+em+acao/41504/credito+rapido+facil+e+juro+baixo+para+os+territorios+da+paz>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

_____. (2013 f). *Ônibus Lilás" já está em Passo Fundo*. Disponível em:

<<http://onacional.com.br/geral/cidade/44581/onibus+lilas+ja+esta+em+passo+fundo>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

_____. (2014 a). *Integração terá baile comunitário para debutantes. Projeto realizará o sonho de debutar de aproximadamente 30 meninas. Evento será realizado em novembro*.

Disponível em:

<<http://onacional.com.br/geral/52753/integracao+tera+baile+comunitario+para+debutantes>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2014 b). *Um baile de princesas*. Disponível em:

<<http://www.onacional.com.br/comunidade+em+acao/55462/um+baile+de+princesas>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. (2014 c). *Jovem é condenado a 9 anos e meio pela morte da sogra*. Disponível em:

<<http://www.onacional.com.br/policia/56464/jovem+e+condenado+a+9+anos+e+meio+pela+morte+da+sogra>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SITES INSTITUCIONAIS

GOVERNO DO RS (2011). *Governo instala dois Territórios da Paz em Passo Fundo*. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/114664/governo-instala-dois-territorios-da-paz-em-passo-fundo/termosbusca=*> Acesso em: 08 jan. 2016.

CDHPF (2013 a). *Mulheres da Paz expõe trabalho artístico*. Disponível em: <<http://cdhpf.org.br/noticias/mulheres-da-paz-expoe-trabalho-artistico/>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

CDHPF (2013b). *Mulheres da Paz em destaque nacional – documentário “Sílvia”*. Disponível em: <<http://cdhpf.org.br/noticias/mulheres-da-paz-em-destaque-nacional-documentario-silvia/>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

RBS (2011 a). *Lançamento do Protejo deve auxiliar na redução da violência em Passo Fundo*. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/passofundo/2011/11/04/lancamento-do-protejo-deve-auxiliar-na-reducao-da-violencia-em-passo-fundo/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

RBS (2011b) *Bairro Záchia recebe evento social do Projeto Território da Paz*. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/passofundo/2011/12/24/bairro-zacchia-recebe-evento-social-do-projeto-territorio-da-paz/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

BLOGS

JUSTIÇA COMUNITÁRIA EM PASSO FUNDO-RS. Disponível em: <<http://justicacomunitariapf.blogspot.com.br/>> Acesso em: 11 dez. 2015.

PROTEJO EM PASSO FUNDO-RS. Disponível em: <<http://protejopf.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Políticas Públicas de Justiça e de Segurança Pública em Passo Fundo, RS: Limites e possibilidade de emancipação dos sujeitos envolvidos nas ações do Pronasci

Pesquisador: Pedrinho Arcides Guareschi

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 33321214.1.0000.5334

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 859.510

Data da Relatoria: 02/11/2014

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa fará um estudo dos limites e possibilidades de projetos vinculados ao Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) que foram desenvolvidos em Passo Fundo no período de 2011 a 2013, visando a analisar em que medida o protagonismo dos sujeitos sociais envolvidos nos referidos projetos permite a ampliação de condições de segurança, justiça e cidadania em suas experiências cotidianas. A pesquisa parte de algumas questões orientadoras, a saber: 1) Quais as possibilidades de implantação das novas políticas de segurança a partir da reforma do judiciário, na cidade de Passo Fundo, e quais as limitações que tal implantação acarreta?; 2) Quais são as transformações na visão e no comportamento dos sujeitos, em seu contexto, com a efetivação dos projetos?; 3) Como pode ser reconstruída e caracterizada a participação dos sujeitos nos episódios de conflito, insegurança, injustiça, cujas soluções podem ser consideradas bem sucedidas, a partir da atuação associada às novas ações da justiça em Passo Fundo, RS; 4) É possível estabelecer conexões entre os níveis de insatisfação, conflito, protesto, revolta e segurança?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral

- Analisar os limites e as possibilidades das novas políticas públicas no campo da justiça no que

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília **CEP:** 90.035-003
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)308-5698 **Fax:** (51)308-5698 **E-mail:** cep-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS



Continuação do Parecer: 859.510

se refere à participação dos sujeitos nos sistemas de segurança vinculados aos projetos do Pronasci.

Objetivos específicos

- Identificar fatores associados à relação entre os sujeitos afetados pelos projetos do Pronasci e os índices de insegurança, a partir de Passo Fundo, RS;
- Analisar fatores, nas estratégias utilizadas pelos sujeitos dos projetos, que contribuíram para a superação as insatisfações, conflitos e inseguranças;
- Analisar ações associadas com os níveis de insatisfação, conflito e revolta que se associam com a insegurança.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O pesquisador coloca que, pelo fato de a pesquisa abordar experiências que envolvem situações de violência, pode se produzir algum tipo de desconforto durante as entrevistas e, por consequência, acarretando um grau de risco mínimo. Caso se apresente algum desconforto ao serem abordadas situações de violência durante a entrevista o pesquisador fará os encaminhamentos necessários.

Benefícios:

Identificar fatores que contribuem no protagonismo dos sujeitos para aumentar os índices de segurança com justiça.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto compreende uma etapa de análise documental e outra de entrevistas com os diferentes atores sociais que participam dos seguintes projetos: 1) Justiça Comunitária, 2) Mulheres da Paz, 3) Proteção e 4) Territórios da Paz.

Trata-se de pesquisa qualitativa, apoiada nos estudos de Bauer e Gaskell (2008). Serão realizadas entrevistas com sujeitos representativos dos diversos segmentos envolvidos nos quatro projetos pesquisados, contemplando gestores, profissionais, lideranças comunitárias e lideranças políticas, buscando identificar aspectos positivos e negativos nos procedimentos adotados em situações envolvendo os quatro projetos.

No projeto Justiça Comunitária serão realizadas cinco entrevistas com sujeitos envolvidos com a mobilização das comunidades e que executaram e coordenaram a execução. São lideranças que atuaram nas comunidades, e profissionais que atuaram na execução do projeto. Além das

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (513)308-5698 Fax: (513)308-5698 E-mail: cap-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS



Continuação do Parecer: 859.510

entrevistas será usado o recurso da reconstrução de 3 (três) episódios associados com o projeto. Estes episódios serão selecionados

através da indicação dos mediadores, das lideranças que se envolveram e dos profissionais que atuam no projeto. A reconstrução será feita através do registro da fala dos profissionais, dos agentes mediadores e dos moradores que se envolveram com o episódio.

No projeto Mulheres da Paz serão realizadas cinco entrevistas com sujeitos(as) do projeto envolvidos(as) com a mobilização das comunidades que executaram e acompanharam a execução. São lideranças que atuaram nas comunidades, dialogaram com referências das comunidades e profissionais que atuaram na execução. Além das entrevistas, será usado o recurso da reconstrução de 3 (três) episódios associados ao projeto. Estes episódios serão selecionados através da indicação das Mulheres da Paz e dos profissionais que atuam no projeto. A reconstrução será feita através do registro da fala dos profissionais, dos agentes e dos moradores envolvidos com o episódio.

No projeto Protejo serão realizadas cinco entrevistas com sujeitos do projeto que se envolveram com a mobilização para a seleção dos beneficiados, que executaram e acompanharam a execução. Além das entrevistas será usado o recurso da reconstrução de 3 (três) episódios associados como o projeto. Estes episódios serão selecionados através da indicação dos profissionais que executaram e que fizeram a gestão do projeto. A reconstrução será feita através do registro da fala dos profissionais, dos gestores, dos jovens beneficiados e dos moradores envolvidos com o episódio.

No Projeto Territórios da Paz serão realizadas cinco entrevistas com sujeitos do projeto, selecionados entre profissionais, lideranças e comunidade. Além das entrevistas, serão selecionados e reconstruídos 3 (três) episódios do conjunto de registros fornecidos pelos policiais e pelas lideranças comunitárias. Após a seleção dos episódios, será feita a reconstrução dos mesmos através do registro da fala das pessoas que tiveram algum tipo de envolvimento com o mesmo, incluindo vítimas, agressores e policiais.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas, na reconstituição dos episódios e na pesquisa documental será feita uma categorização para identificar os fatores relacionados às situações de injustiça e insegurança.

Também serão identificadas categorias que sintetizem os limites e possibilidades dos projetos pesquisados, além do papel dos cidadãos que atuaram na efetivação dos mesmos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

No TCLE constam os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos, no caso, a

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600
 Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
 UF: RS Município: PORTO ALEGRE
 Telefone: (51)308-5698 Fax: (51)308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS



Continuação do Parecer: 859.510

realização de entrevistas, especificando o tempo aproximado das mesmas. O TCLE menciona o caráter confidencial das informações obtidas durante as entrevistas, o armazenamento dos dados pelo período de cinco anos e o fato de que o sujeito pode deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. O TCLE também menciona que se trata de uma pesquisa com riscos mínimos e que o pesquisador fará os encaminhamentos necessários caso se apresente algum incômodo ao serem abordadas situações de violência durante a realização das entrevistas.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto encontra-se bem qualificado em todos os níveis, atendendo os requisitos éticos conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado pelo CEP-Psico.

PORTO ALEGRE, 05 de Novembro de 2014

Assinado por:
Milena da Rosa Silva
(Coordenador)

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2800
Bairro: Santa Cecília CEP: 90.035-003
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (513)308-5698 Fax: (513)308-5698 E-mail: cep-psico@ufrgs.br

ANEXO B: ATAS DO GGI-M DE PASSO FUNDO (RS)



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura de Passo Fundo



Secretaria de Segurança Pública - SEG

ATA N° 02/2015

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e quinze, reuniu-se o Colegiado Pleno do GGI-M na Sala de Reuniões do Regimento do 3º RPMon, localizado na Av. Presidente Vargas número 1501, bairro São Cristóvão cidade de Passo Fundo. Estiveram presentes: Srª Raquel Rubio (Sec. Munc. de Segurança Pública), Sr. João Darci Gonçalves da Rosa (Sec. Munc. de Segurança Pública), Rodrigo Garcia Calegari (Polícia Rodoviária Federal), Sr. Leonel Cristan (Polícia Rodoviária Federal), Sr. Paulo Videla Ruschel (Polícia Civil), Sr. Iran James Palicer Cairos (Ordem dos Advogados do Brasil), Sr. Ferando Carlos Bicca (Brigada Militar), Sr. Ruberson Stieven (Núcleo de Agentes Fiscais de Trânsito), Sr. Airton Ickert (7º CRB – Bombeiros) Sr. Ricardo Telló Dürks Coordenador da 4ª CRP-IGP.. A reunião teve início com as boas vindas realizadas pelo Secretário de Segurança Pública do Município de Passo Fundo, Sr. João Darci Gonçalves da Rosa que inicialmente cumprimenta a todos e relata a situação sobre o caso de perturbação do sossego público vivenciada na Rua Independência centro da cidade. A Sr. Raquel Rubio, apresenta um breve relato sobre o sucesso da realização da 1ª Conferência Municipal em Defesa do Trânsito Seguro realizada nos dias 26 e 27 de março no centro de eventos da UPF e destaca que a meta inicial eram alcançar 400 inscritos e o resultado foi 1018 inscritos e mais de 2000 pessoas participaram de pelo menos um painel. A conferência abordou diversos assuntos como: Embriaguez ao volante; Cidade Educadora; Bases Sólidas da Década Mundial em Segurança no Trânsito de 2010- 2020; Estatísticas DPVAT; Simulação de Incidente de trânsito com múltiplas vítimas com equipes da SAMU, Bombeiros, Unimed e Argos; Mobilidade Urbana com o Arquiteto Marcos Bicalho de São Paulo; Motociclista um modal em constante crescimento X Segurança no Trânsito; Balada Segura e Projetos de Educação para o Trânsito de sucesso – Cidades Caxias do Sul e Ijuí. O Sr. João Gonçalves destacou que o Arquiteto Bicalho foi quem fez o plano de Mobilidade de Passo Fundo e também cita o Projeto FETTRAN da Polícia Rodoviária Federal que foi lançado a segunda edição na Câmara de vereadores o qual apresentou excelentes Teatros produzidos por alunos de escolas municipais e que irá convidá-las a participar das próximas edições do Bairro a Bairro. O convidado para a reunião Sr. Airton Ickert fez uma apresentação sobre a legislação pertinentes à prevenção de incêndios em bares e estabelecimentos comerciais. Primeiramente falou sobre parâmetros gerais da legislação de incêndios, citando que os Bombeiros trabalham em área de risco e por isso não se vê a corporação na vias em casos de som alto e perturbação do sossego público. Sr. Ickert relatou que hoje existem mais de seis Resoluções Técnicas, a maioria dos casos existem prédios antigos os quais possuem prazos para adequações. A lei está instável e que em 2019 se encerram os prazos e as leis estarão realmente em



Secretaria de Segurança Pública - SEG

vigor. A Lei Federal de Paulo Pimenta do PP em que novos prédios já estão sendo fiscalizados todos os sistemas de prevenção. Sr. Ruschel questiona se a Prefeitura, cuidará dos alvarás no sentido das normativas em prevenção de incêndios. Sr. Ickert afirma que um dos requisitos das novas construções é estar em dia com a legislação. Prédios construídos ainda existe prazo para adequação, prédios em construção deverão ser submetidos a novas adaptações com medidas compensatórias. O Sr. Galegari questiona sobre a situação de reformas nos prédios. O sr. Ickert responde que novas construções deverão seguir as regras e em bares mesmo construções antigas a nova regulamentação deve estar sendo respeitada com pena de o estabelecimento ser interditado pelos bombeiros caso não esteja de acordo. Sr. Ruschel complementa dizendo que em caso do restaurante se transformar em casa de shows a mesma será interditada. Sr. Ickert confirma e cita exemplo, em restaurante a lotação máxima será de 80 pessoas e danceteria a lotação será de 200 pessoas em caso de descumprimento os bombeiros e prefeitura efetuarão a interdição. Sr. Ruschel questiona se para Shows temporários deverá haver autorização? Sr Ickert responde que não necessita de autorização por que no alvará deverá constar a lotação e o número de saídas de emergência por número de pessoas. Sr. Leonel pergunta sobre quantas pessoas o estabelecimento deverá comportar por metros quadrados. Sr. Ickert responde dizendo que depende do local e cita o exemplo do Bailão que seria 3 pessoas por metro quadrado. Para casas noturnas não tem exceção e deve estar em vigor as novas normas. O Sr. João Gonçalves questiona sobre estabelecimentos que apenas alugam espaços para festa como seria o funcionamento. Sr. Ickert responde que tais estabelecimentos devem se enquadrar em casas noturnas inclusive com Alvará para este fim. Nestes casos a primeira responsabilidade é do proprietário e depois dos poderes públicos e em alguns casos existem medidas compensatórias que deverão ser implementadas para o funcionamento do estabelecimento. A Srª Raquel Rubio questiona sobre a fiscalização nestes estabelecimentos Sr. Ickert responde que o Corpo de Bombeiros apenas verifica casos de denúncias e cita exemplo do estádio do Sport Gaúcho o qual não possui projeto arquitetônico para a construção anexa ao antigo estádio do Teixeirinha. Sr. Fernando Bicca relata que quem faz a vistoria nos estádios para liberação em dias de jogos não se limita apenas a autorização e sim na liberação emitida pelos Bombeiros. Sr. Ickert encerra dizendo que se consegue apenas otimizar processos pelo Corpo de Bombeiros mas que a legislação se atualizou e que algumas exigências deixaram de vigorar, neste ano há grande instabilidade muitas motivadas pelo grande número de novas legislações após caso Boate Kiss. Inclusive, haverá um Seminário para o efetivo no dia vinte e sete de abril deste ano para atualização. As normativas são emitidas pelo CRB e ainda alguns clubes sociais mesmo com grande quantidade de frequentadores são isentos de várias regras nesta exceção ainda está os salões paroquiais. Sr Airton Ickert agradece e encerra apresentação. Srª Raquel Rubio



Secretaria de Segurança Pública - SEG

entrega cópia impressa de proposta de criação da Câmara Temática de Segurança no Trânsito do GGI – M e apresenta a proposta aos presentes destacando a importância do tema segurança no trânsito e alguns aspectos da violência . A Sr^a Raquel Rubio cita o objetivo geral da criação da Câmara , que se refere a ouvir a sociedade civil sobre o assunto , violência no trânsito e aspectos da segurança , inclusive a proposta apresenta três objetivos específicos, criar um observatório de estatísticas de trânsito; identificar principais problemas sazonais e permanentes na cidade e apresentar ações de prevenção. A sistemática seria : reuniões mensais abertas à comunidade e principalmente às faculdades e universidades da cidade e a participação do pleno do GGI seria opcional. A Sr^a Raquel se coloca a disposição para coordenar as reuniões e trazer para o pleno os resultados obtidos. O Sr. João Gonçalves coloca em votação a criação da Câmara , todos os presente aprovam. Sr^a Raquel informa que a primeira reunião da Câmara Temática de Segurança no trânsito será no dia vinte e oito de abril no Plenário da Câmara de Vereadores às 16h. E convida a todos para se fazerem presentes. O Sr. Fernando Bicca informa sobre operação que se realizará durante o final de semana e feriado do dia vinte e um de abril o qual terá o nome de Operação Tiradentes em que reunirá várias entidades como Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Conselho Tutelar, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Militar (BOE, POE e Regimento 3^oRPMon), PATRAN, Núcleo Agentes Fiscais de Trânsito, Secretaria Municipal da Fazenda, e outras com a finalidade de garantir o sossego público principalmente na região central próximo a rua Independência. Sr. Rodrigo Calegari informa aos presentes que estão sendo implementadas novas lombadas eletrônicas na BR 295 região do trevo da AABB e região do Bairro Alexandre Zachia, as lombadas serão instaladas pela empresa Kopp Tecnologias. O Sr. João Gonçalves destaca que está é uma antiga reivindicação da população e que atenderá a demanda. Nada mais havendo a tratar, eu Raquel Rubio encerro a presente ata que será enviada para os integrantes do Colegiado Pleno para leitura e aprovação e também inserida no sistema INFOGGI que está sendo inicializado no GGI- M Passo Fundo.

Município de Passo Fundo
Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Passo Fundo

GGI GGI-M de Passo Fundo	Ata da 3ª reunião Ordinária	Data: 13/05/2015	
		Início: 16:00	Término: 17:00
		Local: Regimento do 3º RPMon -	
Endereço da Reunião: Av. Presidente Vargas Nº 1501 - Quartel da Brigada Militar, São Cristóvão CEP: 99064-000 Passo Fundo, Rio Grande do Sul			

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, foi realizada a 3ª reunião Ordinária do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, com a participação dos seguintes integrantes do Colegiado Pleno e convidados presentes:

Membros do Colegiado Pleno	
Nome	Cargo/Órgão
RAQUEL CHAVES RUBIO FERRÃO (Presente)	Secretária Executiva/GGI-M
RAN JAMES PALICER CAIROS (Presente)	Vice Presidente OAB Passo Fundo/Outra Representação
RICARDO TELLO DURKS (Presente)	Diretor/Outra Representação
PAULO VIDELA RUSCHEL (Representado)	Delegado de Polícia Regional Titular 6º DPR De Passo Fundo/Chefe da Polícia Civil
CLAUDIO EDGAR TRINDADE BELCAMINO (Presente)	Delegado de Polícia Titular da 2ª DP de Passo Fundo/Chefe da Polícia Civil
FERNANDO CARLOS BICCA (Presente)	Ten. Cel. QOEM - Cmt 3º RPMon/Comandante da Polícia Militar
RODRIGO GARCIA CALEGARI (Presente)	Chefe da 8ª Delegacia PRF/Passo Fundo/Polícia Rodoviária Federal
LUCIANO PALMA AZEVEDO (Representado)	Prefeito Passo Fundo/Prefeito Municipal
JOÃO DARCI GONÇALVES DA ROSA (Presente)	Secretário Municipal de Segurança Pública/Secretário Municipal de Segurança Pública

Membros Convidados	
Nome	Cargo/Órgão
IZAIR BORILE (Presente)	Coordenadora/Outra Representação
PAULA DORNELLES (Presente)	Coordenadora/Outra Representação
VITOR PAULO MACHADO (Presente)	Representante pleno/Outra Representação
ERIBERTO BRANCO (Presente)	Comandante 3º RPMon/Comandante da Polícia Militar

Nome	Cargo/Órgão
ISRAEL KWPWA (Presente)	Estudante Doutorado/Outros convidados pela necessidade e pertinência temática
ROSANA PULGA BORILLI (Presente)	COORDENADORA/Outros convidados pela necessidade e pertinência temática

Iniciados os trabalhos, o(a) Sr. (a) LUCIANO PALMA AZEVEDO, convidou o(a) Sr. (a) RAQUEL RUBIO para secretariá-lo(a), obedecendo a ordem do dia, a qual fora previamente convocada com o seguinte teor:

Pauta
1. Relatório da 1ª Reunião Câmara Temática de Segurança no Trânsito
2. Dia 18 de Maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Convidados do SEMCAS para falar sobre o assunto
3. Mudanças no formato das ATAS das Reuniões em conformidade com o sistema INFOGGI
4. Assuntos Gerais

Registro dos Debates

Sr. João Gonçalves cumprimenta a todos e sugere uma breve apresentação de todos os presentes.

Apresentação pessoal de todos os participantes da reunião.

Sr. João Gonçalves cumprimenta o Sr. Fernando Bicca pela posse como Comandante Regional do Planalto e cumprimenta ao Sr. Eriberto Branco pela posse como comando do 3º RPMon.

Sr. João Gonçalves fala sobre a importância o assunto que será apresentado pelas Sr^{as} Paula e Elenir que fazem parte da Secretaria Municipal Cidadania e Assistência Social, nas questões de violência de crianças e adolescentes. Foi apresentado pela Sr^a Elenir o funcionamento dos serviços executados pela secretaria em Proteção social Básica, e Proteção social especial. Também executam Serviços de proteção e atendimento à família. CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social. em 2014 foram realizados 3980 atendimento, não significa que sejam indivíduos diferentes pois podem existir mais de um atendimento por indivíduo. Apresentou como surgiu a ideia do dia em combate a violência Infantil que no dia 18 de maio haverá um evento na praça do Teixeira à 13h 30 min.

Sr. Elenir Chapuis relata questões de violência que crianças sofrem e que muitas vezes somente revelam estes mal tratos anos após a agressão e convida a todos.

Sr. Fernando Bicca cita a questão da complexidade desta questão que registra trezentas audiências somente no ano de 2014. Sr. Israel questiona onde se consegue o número de registros dos casos de violência infantil. Sr^a Elenir responde que todas informações estão registradas no Ministério de Desenvolvimento social. Sr. Fernando Bicca explica como funciona a questão da denúncia através do disque 100, através do Ministério Público, Conselhos Tutelares e outros órgãos. Sr^a Paula Dornelles relata que existem muitas questões da violência do Idoso. Sr^a Rosana Pulga questiona se o número de telefone é o mesmo para todas as cidades, e a Sr^a Paula responde que o disque 100 é o mesmo número para todas as cidades. O Sr. Claudio Belcamino relata que é registrado em média uma ocorrência por mês na 2ª DP aqui em Passo Fundo. em relação à violência do Idoso. A SEMCAS participa nos eventos do Bairro a Bairro da Prefeitura de Passo Fundo disponibilizando estas informações. O Sr. Iran questiona como é a espera por atendimento e a Sr^a Elenir explica como funciona o atendimento que a prioridade é os fatores mais complexos e principalmente crianças que sofrem violência.

Ato contínuo, agradecendo a presença de todos, em não havendo nada mais a tratar, o coordenador dos trabalhos, o(a) Sr. (a) JOÃO DARCI GONÇALVES, propõe que a próxima reunião ocorra em 10 de junho de 2015, respeitando-se os ditames da Portaria SENASP/MJ 01 de 16 de janeiro de 2014 que regulamentou os Gabinetes de Gestão Integrada, o que restou aprovado pelo Colegiado Pleno, com os seguintes encaminhamentos:

Encaminhamentos (deliberações/decisões)

1. Solicitar à Prefeitura o empréstimo de um gazebo para o Evento do dia 18/05 .
2. Solicitar autorização aos Shopping Bela Città para utilizar o espaço coberto em frente ao Shopping na Av. Brasil próximo a Av. Sete de Setembro. (Sr. João Gonçalves fica

Ações Pactuadas	
Título	Tipo
Ação de Combate a Violência sexual contra	Prevenção
Descrição	
Dia 18 . Ação em combate à violência sexual contra crianças . Panfletagem em conjunto com diversas entidades.	

Isto posto, o coordenador dos trabalhos declarou encerrada a reunião, tendo eu, RAQUEL CHAVES RUBIO FERRÃO (Secretário(a) Executivo(a) do Gabinete de Gestão Integrada), lavrado esta ata em 02 (duas) vias que depois de lida e aprovada por todos, serão extraídas cópias para cada participante, ficando as originais arquivadas no Gabinete de Gestão Integrada Municipal - Passo Fundo, conforme disciplina a lei ou decreto de criação nº 120/2009.

(nome/cargo/assinatura)